

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**OLIGARQUIAS E ELITES POLÍTICAS NO PIAUÍ:  
1982-1995.**

MANOEL RICARDO ARRAES FILHO

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

Campinas, Maio de 2000

200016204

**Manoel Ricardo Arraes Filho**

**OLIGARQUIAS ELITES POLÍTICAS NO PIAUÍ: 1982-1995.**

**Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob orientação da prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rachel Meneguello.**

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovado pela comissão julgadora em 18/07/00.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_

**UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE**

**Campinas, maio de 2000.**



UNIDADE BC  
N.º CHAMADA:  
UNICAMP  
Ar 69 o  
V. \_\_\_\_\_ Ex. \_\_\_\_\_  
TOMBO BC/ 42855  
PROC. 16-278100  
C  D   
PREC@ R\$ 11,00  
DATA 21/10/00  
N.º CPD \_\_\_\_\_

CM-00149610-5

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

**Ar 69 o**      **Arraes Filho, Manoel Ricardo**  
**Oligarquias elites políticas no Piauí : 1982-1995 / Manoel**  
**Ricardo Arraes Filho. -- Campinas, SP : [s.n.], 2000.**

**Orientador: Rachel Meneguello.**  
**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Partidos políticos. 2. Elites políticas . 3. Oligarquia.**  
**4. Regionalismo – Brasil, Nordeste – 1982-1995. I. Meneguello,**  
**Rachel. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de**  
**Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

À minha mãe, Antônia Flora – Nina – exemplo de mulher, guerreira e companheira. Com sua força e coragem foi uma vitoriosa em todas as batalhas que podem ser vencidas.

À Nadja, companheira e amiga, por encarar a aventura sem medo e pelo amor e dedicação essenciais à nossa união. Ao Marcelo Ricardo, a mais nova razão de minha vida.

À minha família, pai, irmãos, irmãs, cunhados e aos sobrinhos queridos.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a algumas pessoas amigas, queridas e dedicadas que de uma forma ou de outra facilitaram os procedimentos ou permitiram que esta dissertação chegasse a seu final.

Em primeiro lugar à Deus, *amigo invisível* das horas de angústia, uma recorrência cotidiana;

Gostaria de agradecer à Universidade Federal do Piauí, através do PICD que concedeu a bolsa de estudo, elemento necessário à permanência em plagas campineiras;

À minha orientadora, professora doutora Raquel Meneguello, pela enorme paciência, pelo estímulo ao estudo do Legislativo piauiense e até mesmo pelas críticas severas aos descaminhos que vez por outra empreendi em vôo cego na árdua elaboração e concretização deste trabalho acadêmico;

Aos meus companheiros do Departamento de Geografia e História, em especial ao professores Pedro Vilarinho, Fonseca Neto e ao professor doutor Alcides Nascimento, que leram partes do trabalho e deram opiniões valiosas. Aos geógrafos Emília Rebelo e José Luiz Lopes pelas orientações sobre a utilização dos mapas. Aos professores Luiz Carlos Puscas do Departamento de Economia e ao professor Vicente de Paula do Departamento de Filosofia, ambos da UFPI que leram e discutiram trechos da dissertação;

Ao historiador Paulo Gutemberg e aos funcionários TRE local que facilitaram a coleta dos dados eleitorais do Piauí e permitiram o acesso às dependências desta instituição;

Aos amigos e *tios de fé*, José Soares e Adalto Soares, funcionários da Assembléia Legislativa do Piauí por facilitar o acesso ao gabinete dos deputados e à biblioteca da Casa;

Ao jornalista Walteres Arraes pela leitura de partes do trabalho e pelos livros;

Ao jornalista e jurista José Lopes dos Santos por me receber em sua casa e conceder a entrevista, e pela doação de seus livros que contam um pouco da história política do estado;

À todas estas pessoas e instituições que permitiram que frutificasse mais um estudo sobre o Legislativo brasileiro, em específico, sobre o piauiense. Entretanto, as lacunas, equívocos ou erros que sempre acompanham trabalhos desta natureza, devem ser creditados unicamente à pessoa do autor.

Campinas, (SP) Maio de 2000.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
CAPÍTULO UM: Domínio político e estrutura oligárquica. ....	23
1.1 – Notas introdutórias sobre Elites, Elite Política e Oligarquias .....	23
1.1.2 – O conceito de Oligarquia.....	23
1.2 – As Elites e a Elite Política.....	30
1.3 – A Política Oligárquica como Estrutura.....	36
CAPÍTULO DOIS: Política regional e Oligarquias no Piauí .....	43
2.1– Introdução.....	43
2.2 – As feições da geografia política piauiense: .....	44
2.3 –Urbanização e industrialização no Brasil e no Piauí .....	45
2.4 – Os municípios do interior: a região Sul piauiense.....	52
2.5 – As oligarquias da região Central piauiense .....	56
2.6 – As oligarquias do Norte .....	58
2.7 – O caso de Teresina. ....	60
2.8 – O local de nascimento dos deputados .....	63
2.9 – Conclusões .....	70
CAPÍTULO TRÊS: Família e Política no Piauí .....	73
3.1 – Famílias e Poder Político: Notas Para Uma Introdução .....	73
3.1.1 – O caso piauiense .....	75
3.2 – Geografia Política e Famílias no Legislativo Piauiense.....	77
3.3 – Os Principais Troncos Familiares no Legislativo .....	81
3.3.1 – A Família Almendra Freitas.....	82
3.3.2 – A Família Portella.....	87
3.4 – Herança Política: Hegemonia Familiar e Renovação Oligárquica.....	91
3.5 – Famílias e estratégias políticas .....	97
3.6 – Outras conclusões .....	101

CAPÍTULO QUATRO: Perfil Sócio-Econômico dos Deputados Piauienses .....	103
4.1 – Indicadores Utilizados na Pesquisa .....	103
4.2 – A Faixa Etária dos Deputados .....	104
4.3 – Carreira Política: Mobilidade e Renovação Parlamentar .....	110
4.4 – Nível de Escolaridade dos deputados Estaduais e federais.....	113
4.5 – Ocupação Profissional da Elite Parlamentar.....	118
4.6 – Conclusões .....	124
CAPÍTULO CINCO: A Política Oligárquica Piauiense: Estrutura e Manutenção .....	127
5.1 – Ocupação Prévia de Mandatos .....	128
5.2 – Continuidade e Circulação da Elite Política.....	131
5.3 – Número de Mandatos dos deputados .....	134
5.4 – Continuidade de Mandatos e Partidos: Institucionalização político-partidária? .....	139
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	143
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA .....	153
ANEXOS .....	158

## LISTA DE TABELAS, QUADROS, ORGANOGRAMAS E MAPAS

Tabela 1. Evolução da população urbana brasileira, nordestina e piauiense: 1940-1991 .....	p.46
Tabela 2. Distribuição relativa da população do Piauí, por censos .....	p. 47
Tabela 3. Participação dos subsetores econômicos na riqueza no Piauí, Nordeste e Brasil: 1980-1991 .....	p. 49
Tabela 4. Evolução do eleitorado Piauiense e teresinense, por anos .....	p. 50
Tabela 5. Eleitorado por grau de instrução, no Piauí: 1989-1998 .....	p. 51
Tabela 6. Empresas segundo o porte, número e porcentagem: Teresina, 1993 .....	p. 61
Tabela 7. Cinco candidatos a deputado federal mais votados em Teresina, 1990.....	p. 63
Tabela 8. Origem dos deputados piauienses na Câmara Federal, por região e legislatura .....	p 64
Tabela 9. Origem dos deputados na Assembléia Legislativa, por região e legislatura .....	p. 64
Tabela 10. Distribuição geográfica das famílias segundo os partidos representados na Assembléia do Piauí, 1995-99.....	p. 79
Tabela 11. Composição da Assembléia segundo as relações de parentesco, Piauí: 1982-1994 .....	p.93
Tabela 12. Faixa etária dos deputados estaduais, por partidos e legislaturas .....	p. 105
Tabela 13. Bancadas estaduais: média etária por partidos a cada legislatura e geral.....	p.107
Tabela 14. Média etária geral das bancadas federais por partidos, 1982-1994 .....	p. 108
Tabela 15. Deputados estaduais em primeiro mandato, por faixa etária e legislatura .....	p. 113
Tabela 16. Nível de escolaridade dos deputados estaduais, por partidos: 1982-1994 .....	p. 115
Tabela 17. Nível de escolaridade dos deputados federais, por legislaturas .....	p. 116
Tabela 18. Grupos de ocupação profissional na Assembléia Legislativa: 1994.....	p. 119
Tabela 19. Atividades profissionais dos deputados federais, por partidos e legislaturas.....	p. 121

Tabela 20. Profissões dos deputados estaduais por legislaturas.....	p. 123
Tabela 21. Experiência política dos deputados estaduais piauienses, 1982-94.....	p. 129
Tabela 22. Taxa de renovação e permanência das bancadas estaduais e federais, 82-94 ....	p. 132
Tabela 23. Número de mandatos dos deputados estaduais, por legislaturas .....	p. 134
Tabela 24. Número de cadeiras na bancada federal do Piauí, por partidos e legislaturas ....	p. 135
Tabela 25. Número de cadeiras na Assembléia, por partidos e legislaturas .....	p. 136
Tabela 26. Número de mandatos na Assembléia Legislativa, por partidos,1994 .....	p. 136
Tabela 27. Porcentagem das cadeiras obtidas na Assembléia pelos três maiores partidos, 1982-1994 .....	p. 140

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1. Cargos públicos assumidos pela família Almendra Freitas, 1950 – 1994 .....	p. 85
Quadro 2. Cargos públicos assumidos pela família Portella Nunes, 1950 – 1994 .....	p. 90
Quadro 3. Relação dos deputados estaduais e herdeiros políticos, por partidos, eleitos em 1994 .....	p. 95
Quadro 4. Relação dos deputados e número de mandatos, por partidos, 1994 .....	p. 138

## **LISTA DE ORGANOGRAMAS**

Organograma 1. Famílias e Partidos na região Sul do Piauí .....	p. 54
Organograma 2. Famílias e partidos na região Central do Piauí, 1982-1994 .....	p. 57
Organograma 3. Famílias e partidos da região Norte do Piauí .....	p. 59
Organograma 4. Genealogia das famílias Almendra Freitas, Gayoso e Castelo Branco .....	p. 84
Organograma 5. Genealogia da família Portella Nunes .....	p. 89
Organograma 6. Casamentos entre famílias políticas no Piauí .....	p. 99
Organograma 7. Dispersão das famílias em partidos políticos .....	p. 100

**LISTA DE MAPAS**

Cidades representadas na legislatura de 1982 .....	p. 66
Cidades representadas na legislatura de 1986 .....	p.67
Cidades representadas na legislatura de 1990 .....	p.68
Cidades representadas na legislatura de 1994 .....	p.69

## APRESENTAÇÃO

Este é um trabalho sobre a classe política piauiense, definida como aquele estrato minoritário eleito e politicamente dominante – a elite parlamentar. Tendo em vista o grande universo de atores políticos que o conceito pode incluir, o foco está voltado apenas para os deputados estaduais e federais eleitos entre os anos de 1982 e 1994. Em suma, este trabalho é uma análise sobre as elites políticas e a oligarquização do Legislativo piauiense.

De forma geral, os estudos que contemplam a natureza e a vida política piauiense ainda são muito restritos e escassos, sejam sobre a vida partidária, sejam sobre a elite política local<sup>1</sup>. Assim, a inexistência de estudos acadêmicos que contemplem especialmente o Legislativo piauiense apresentou-se para mim como um desafio estimulante, face ao caráter pioneiro que o reveste.

Estudos nessas áreas só recentemente começaram a despertar a atenção dos pesquisadores de história, sociologia e política. As reflexões e dados aqui apresentados, ao tempo em que introduzem a especificidade estadual no rol já extenso dos trabalhos sobre poder político local realizados no país<sup>2</sup>, são uma contribuição para futuras reflexões sobre a formação e composição dos partidos e da elite política piauiense das duas últimas décadas e fornecem importantes luzes sobre as oligarquias regionais brasileiras, um conhecimento ainda fragmentado e em fase de construção, pois estudos sobre elites políticas e suas oligarquias se restringem a

---

<sup>1</sup> Bonfim, Washington L. S. & Santos Júnior, R. B. “**Formação Política**”, in *Piauí: Formação, Desenvolvimento e Perspectivas*. Teresina, Fundapi, 1995. Pp.41-54; Farias, Francisco P. *Do Coronelismo ao Clientelismo: A Transição Capitalista Numa Região do Piauí – 1982-1986*. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1999; Silva, Roberto John G. *Metamorfose das Oligarquias no Caso do Piauí*. Tese de doutoramento, USP, mimeo, 1999 e as obras do professor José Lopes dos Santos. *Política e Políticos: Eleições 1986*. Teresina, Gráfica Mendes, 3 vols., 1988; *Política e Outros Temas*. Teresina, Gráfica Mendes, 2 vols., 1992.

<sup>2</sup> Blondel, Jean. *As Condições de Vida Política no Estado da Paraíba*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1957; Pang, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1979; Queirós, Maria Isaura P. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1976; Carvalho, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados, Rio de Janeiro, v.40, n.º 2, 1997; Leal, Victor Nunes, *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1997; Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Editora Globo, 177, 2.ª edição; Bursztyn, Marcel *O Poder dos Donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste*. Petrópolis, Vozes, 1984. e Lewin, Linda. *Política e parentela na Paraíba um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1993.

apenas alguns Estados<sup>3</sup>.

O conceito de classe ou elite política neste estudo enfoca apenas os deputados estaduais e federais eleitos nos pleitos de 1982, 1986, 1990 e 1994. A investigação, que se estende por um período de aproximadamente quinze anos, repousa principalmente na constituição, homogeneidade, oligarquização e estabilidade política dentro do Parlamento estadual e da bancada federal. A partir de uma extensa massa de dados reunidos em minuciosa pesquisa empírica, procuro apontar algumas reflexões sobre as bases sociais, econômicas e geográficas da elite política piauiense, dimensões de suma importância para a caracterização e evidenciamento da especificidade do espectro político local.

A hipótese central está baseada na clássica associação entre domínio oligárquico e regiões atrasadas. Assim, no Piauí, um estado ainda marcado pela sobrevivência secular de um quadro socioeconômico ainda pouco dinâmico, agrário, pouco industrializado, a utilização patrimonial do Estado e o consórcio político entre as elites políticas e as oligarquias são elementos primordiais para se entender o seu quadro político e especificamente a manutenção do padrão oligárquico de recrutamento das bancadas dentro do Legislativo estadual.

Uma vez que a base eleitoral do domínio oligárquico ao longo do tempo assenta-se nos municípios nos quais predominam o analfabetismo, a pobreza, o atraso e o isolamento, o controle dos partidos políticos, a dependência face aos chefes locais e o clientelismo político completam essa estrutura de poder local. Assim, forma-se a moldura indispensável à estabilidade dos subsistemas econômico e político-partidário e dos seus agentes principais – os deputados. Em suma, o Legislativo tem-se transformado num locus privilegiado de atuação das oligarquias, como um espaço fundamental para a sua ascensão e sua manutenção no comando político do Estado.

O interesse pelo estudo das elites políticas surgiu pela necessidade de responder algumas questões sobre como e por que as oligarquias permanecem tão vigorosas no controle do

---

<sup>3</sup> Carvalho, José. M. **Barbacena: A família, a política e uma hipótese**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº20, pp. 153-194; Soares, Gláucio. *Sociedade e Política no Brasil*, Editora Difel, 1976 ; Paul, Eul-Soo, op. cit.; Bilac, Maria Beatriz. *As Elites Políticas de Rio Claro: Um Estudo Sobre a Formação dos Setores Dirigentes em um Município Paulista*. Campinas, Tese de Doutorado, UNICAMP, 1985; Bastos, Cláudio. *Família e Poder*. Belo Horizonte: Imprimaset S/A, 1991, entre outros já citados.

poder político, especialmente dentro do Legislativo e a necessidade de caracterizar os estratos sociais de elite mais importantes e freqüentes no recrutamento da elite política; dessa forma, identifiquei uma estreita relação entre a estrutura socioeconômica e o subsistema político local.

Este trabalho se coloca entre os vários estudos brasileiros de Sociologia Política que também partem da hipótese geral de que, a rigor, os processos de urbanização e industrialização impactam sobre o sistema político, desempenhando um papel decisivo na ruptura ou na persistência dos parâmetros políticos<sup>4</sup>. Busca-se aqui discutir qual é a validade desta hipótese no Piauí.

A dimensão política em tela, a oligarquização da arena política e de seus atores principais – famílias, partidos e classe política – seriam resultado da relação diacrônica entre os dois processos, ou seja, existe uma urbanização sem o correlato da industrialização. Mas, especialmente devido a que as altas taxas de urbanização tenham atingido 58% já na metade da década de 90, não significou a ruptura decisiva com os coronéis e seus “currais eleitorais”. A base empírica será ancorada em vários trabalhos que tratam da evolução destes processos no Brasil, o principal deles é o trabalho de Soares (1976).

A metodologia utilizada para a elaboração dos perfis da classe política constou de entrevistas com deputados e a análise de revistas e publicações da Assembléia que trazem a biografia dos deputados, mas, pelo fato de serem muito resumidas e incompletas, recorreu-se também às obras do professor José Lopes dos Santos, jurista e “historiador” da vida política piauiense. Os deputados foram classificados por faixa etária, grau de escolaridade e formação profissional.

Na análise das famílias políticas mais tradicionais foram realizadas algumas entrevistas com personalidades políticas que se dispuseram a falar sobre a genealogia de suas famílias<sup>5</sup>. Assim, pôde-se ter noção de que o estudo das bancadas parlamentares deve passar pela observação das linhagens de algumas famílias que desde seus antepassados vêm fornecendo indivíduos para as composições dentro do Legislativo.

---

<sup>4</sup> Soares, op. cit.; Bursztyn, Marcel, op. cit.; Frota, op. cit., para citar apenas alguns autores brasileiros.

<sup>5</sup> Foram entrevistados os deputados Humberto Reis e Robert Freitas e o historiador e jurista José Lopes dos Santos.

## INTRODUÇÃO

O resultado das eleições de 1982 é o ponto de partida cronológico deste trabalho. Observa-se que em pleno processo de transição política e para além dele, o Piauí ainda apresentava uma dimensão política fortemente conservadora, seja nas práticas, seja na composição das elites, seja na estrutura que lhe dava suporte, que pouco se renovava e muito se mantinha no poder. Enfim, o momento embevecia o país inteiro com o ar renovado de abertura e liberdades políticas e aos poucos ia afastando os militares da cena política nacional<sup>6</sup>.

A reforma político-partidária de 1979 que pôs fim ao sistema bipartidário instalado compulsoriamente a partir de 1966, criou inicialmente cinco agremiações: o PDS, que continuou como partido governista, o PMDB, antigo MDB, o PTB, o PDT e o PT que aglutinava várias lideranças do movimento operário do ABC paulista. As alterações institucionais implementadas naquele momento foram contemporâneas e não excludentes da reprodução e do mando oligárquico cujas raízes remontavam às primeiras décadas deste século. Ou seja, a instalação do regime democrático após 21 anos de ditadura não foi incompatível com a permanência do regime político oligárquico mesmo após a implantação do regime democrático a partir de 1985..

No Piauí também foram formados os diretórios dos cinco partidos, mas apenas dois – PDS e PMDB – tiveram condições de disputar o pleito de 1982 devido à legislação casuística que regia a competição eleitoral de então. Para a elite política local ocorreu apenas a mudança de legendas. As composições de Arena e MDB acomodaram-se nas novas agremiações que as substituíram; dessa forma, manteve-se praticamente inalterado o panorama plebiscitário precedente. A breve existência do Partido Popular (PP) é que ainda teve o mérito de remanejamento dos setores “rejeitados” dentro do partido governista, que sobreviviam à sombra de sublegendas. A incorporação do PP ao PMDB em nível nacional detonou o fim do maior partido da oposição e as antigas lideranças arenistas, como Alberto Silva e Wall Ferraz, engrossaram as fileiras dos emedebistas históricos no Estado.

---

<sup>6</sup> Para maiores detalhes sobre a reforma de 1979, consultar entre outros, Lima Júnior, 1993; Kinzo, Maria D’Alva, 1993; Lamounier, Bolívar, 1989 etc.

Cabe esclarecer que o eixo central deste trabalho parte de uma abordagem clássica na Sociologia de que os condicionantes estruturais, tais como urbanização e industrialização, são variáveis importantes, embora não suficientes, para explicar certos comportamentos políticos<sup>7</sup>. Assim, procurou-se clarificar a idéia de que o espectro político-partidário oligárquico também é condicionado pela manutenção do quadro socioeconômico vigente no estado. Ou seja, as condições de pobreza, atraso econômico, analfabetismo que caracterizam o panorama piauiense. Um segundo fator que de acordo com a hipótese levantada neste trabalho, permite a manutenção e a relativa estabilidade da política oligárquica no Estado é a homogeneidade das elites políticas.

O **primeiro capítulo** contém os conceitos teóricos chave para a análise da realidade piauiense, como elite, elite política e oligarquia, que permitem uma melhor compreensão e uma razoável verificabilidade do fenômeno oligárquico. Menos que entrar no âmago da discussão teórica, o primeiro capítulo busca apenas estabelecer os parâmetros operacionais de suporte à análise. No caso piauiense, são conceitos que se completam e dão contornos ao complexo objeto de pesquisa. Não cabe aqui uma discussão entre as relações poder local e poder central comum nestes estudos<sup>8</sup>, mas é importante ter em mente que no Nordeste ainda são bastante visíveis essas relações, “não muito diferentemente dos que tem sido empregado historicamente. O nível econômico continua sendo fundamental nessa relação”<sup>9</sup>.

Essa estrutura oligárquica, na forma em que se verificou em grande parte do Brasil, dependeu inicialmente e de maneira fundamental do *coronelismo*, um sistema amplo de dominação – incluindo a política – de populações rurais pelos coronéis<sup>10</sup>. Atualmente, no entanto, a sobrevivência do sistema político ainda depende em grande escala do contínuo apoio eleitoral das oligarquias tradicionais vivas e ativas nos municípios do interior ao poder político estadual e federal cuja integração e convergência de interesses de classe permite a bem poucas dominar a política local.

Discute-se também a relação entre urbanização, industrialização e o sistema político,

---

<sup>7</sup> Aqui o grande destaque é para Soares, op. cit.

<sup>8</sup> Essa discussão é bem desenvolvida por Bursztyn, op. cit. Ver especialmente os capítulos um e dois.

<sup>9</sup> Bursztyn, op. cit. especialmente no capítulo três, ele estabelece as relações do Estado com o poder local, ou seja, o tradicional mecanismo de cooptação daquele sobre este, através da “racionalidade econômica adotada pelos programas e projetos de desenvolvimento regional”, tais como o IAA, o Polonordeste, o DNOCS etc. pp. 30-41.

<sup>10</sup> A referência mais importante aqui é o clássico trabalho de Leal, Victor Nunes, op. cit.

enquanto condicionantes estruturais que potencializam transformações sociais importantes e também na arena política, como o aumento da mobilização, conscientização e participação de estratos sociais previamente excluídos da vida social e política em diferentes sociedades<sup>11</sup>. Levando-se em conta este modelo de abordagem, a situação de atraso econômico pode ser um indicador importante para explicar a sobrevivência da política oligárquica no Piauí; assim, quanto maior for aquela, maior será a possibilidade de permanência de oligarquias no comando da esfera política.

De acordo com a literatura consultada, é amplamente aceita a idéia de que tais processos são acompanhados de diversos efeitos políticos mobilizadores. Sendo assim, a industrialização e a urbanização enquanto dois aspectos de mesmo processo de desenvolvimento e de modernização contribuem positivamente para a conscientização e para o crescimento dos níveis de participação política seja em sindicatos, eleitoralmente ou mesmo atuando dentro das estruturas de representação política, muito embora “esta absorção ocorra principalmente nos Estados mais desenvolvidos”<sup>12</sup>.

Buscando fornecer elementos para uma compreensão mais abrangente do fenômeno oligárquico no Piauí, a reflexão sobre a oligarquização de seu sistema político piauiense e sua elite deve sedimentar-se no conhecimento do cenário histórico correspondente. Dessa forma, no **segundo capítulo** procurou-se inicialmente introduzir a recente evolução econômica do Piauí dentro do contexto brasileiro e nordestino. O objetivo é verificar em que medida pode-se relacionar a permanência do panorama político no Piauí – dentro do espaço legislativo – com as mudanças e transformações socioeconômicas ocorridas no país nas quatro últimas décadas, tanto no âmbito nacional como local.

Este recuo é necessário para demonstração da hipótese central de que o caráter oligárquico das composições das bancadas legislativas é resultado ou influenciado pelas condições socioeconômicas e históricas estabelecidas algumas décadas atrás. Ou seja, a oligarquização do sistema político é resultante da forma como as elites dirigentes

---

<sup>11</sup> Hauser, Philip & Schrone, Leo, *Estudos Sobre Urbanização*. Livraria Pioneira, s/d; Aguiar, Neuma. **Urbanização, Industrialização e Mobilização Social** in Revista Dados, n.º 11, 1973; Frota Neto. *Urbanização No Brasil (e alguns de seus limites)*, Brasília, Senado federal, 1978; Aléssio, Nancy. **Urbanização, Industrialização e Estrutura Ocupacional**, in Revista Dados, s/n.º, 1970; Soares, Gláucio, op. cit.; Carvalho, José Murilo, op. cit. entre outros.

<sup>12</sup> Ver estudo de Aguiar. Op. cit., p.171.

implementaram o processo de integração do Estado no momento de formação do estado nacional, especialmente a partir da década de 50.

O processo de urbanização “atingiu os países desenvolvidos no final do século XIX e início do século XX, momento em que a proporção da população urbana cresceu mais rapidamente que a rural. Estes processos a partir da década de 30, e principalmente após os anos 50, tiveram magnitudes diferentes em todo o país; seus reflexos sobre os subsistemas políticos regionais também foram distintos. Dessa maneira, a manutenção ou a quebra dos mecanismos e da estrutura oligárquica deve ser vista com cautela e dimensionada às especificidades de cada Estado da federação<sup>13</sup>.

Em sua dimensão econômica, o Piauí também acompanhou discretamente e a certa distância a evolução dos números estatísticos apresentados pelo país e pela região. Uma análise da evolução dos subsetores econômicos durante o período estudado mostrou que o setor industrial do Estado caminha a passos curtos, seja na geração de renda e riqueza, seja na absorção de mão-de-obra, ficando com apenas 15% no decênio 80-91, contra 47% do setor primário e 26% do terciário. Embora deva-se ressaltar que houve alterações no seu perfil com o crescimento percentual da industrialização na mesma década de 98% contra 16% do primário e 90% do terciário. A participação relativa do Piauí no PIB brasileiro foi quase insignificante, na ordem de 0,47% em 1985 e 0,40%, em 1995<sup>14</sup>.

Por outro lado, a evolução da urbanização teve velocidade e proporções elevadas tanto em termos percentuais como absolutos. A população que até a década de 70 era majoritariamente rural com mais de 69% da população vivendo no campo, declinou para apenas 42% na década de 80, quando mais de 58% já se encontravam residindo em cidades. Nas cidades do interior ocorreu a saturação dos núcleos urbanos inchados com uma população composta de excedentes oriundos das zonas rurais, analfabetos, desqualificados enquanto mão-de-obra,

---

<sup>13</sup>Além disso, se tais processos políticos exauriram-se em algumas partes do país, em outras, permanecem *maquiados*, adaptados em suas bases e elementos constitutivos. Mas cabe ainda dizer que a quebra das estruturas oligárquicas nas regiões mais desenvolvidas não significou *pari passu* a sua substituição por um processo político amplamente democrático. Ao contrário, a literatura política tem constatado que a política posterior ao período pós-1945 não ensejou a participação de amplos estratos da população naquelas regiões. Uma das principais razões é que a arena política e suas estruturas de participação – os partidos políticos – continuaram nas mãos da elite dominante anterior, de uma forma geral, e da elite política, especificamente. A esse respeito, consultar Bilac, Maria Beatriz, *op. cit.*; e, Soares, *op. cit.*

<sup>14</sup> Estes números estão de acordo com dados do IBGE.

ampliando sobremaneira os problemas socioeconômicos dessas localidades.

O segundo capítulo também é um estudo da distribuição do poder parlamentar dentro do território piauiense. Se as distintas regiões brasileiras produzem subsistemas políticos diferentes, seja pelas formações históricas, culturais, sociais ou por suas díspares situações de desenvolvimento econômico, esse fato pode ser observado internamente no Piauí, que também possui perfis distintos, observadas as suas dimensões geoeconômicas.

Assim, procurou-se fazer um mapeamento das características das diferenças regionais na evolução econômica mostrando a participação de cada região na formação das bancadas. Dadas as dimensões do Estado, observou-se que alguns deputados têm as suas maiores votações nas regiões onde se localizam suas cidades natais, ou seja, possuem uma votação regionalizada.

A rigor, as transformações socioeconômicas não significaram uma ruptura *stricto sensu* com a estrutura política oligárquica no Piauí, ou seja, os *efeitos políticos* da industrialização, da urbanização ainda não se manifestaram em toda sua significação nem refletiram uma maior circulação e renovação das elites políticas. Ao contrário, os impasses políticos têm sido contornados – e não resolvidos – em sucessivas conciliações de elite<sup>15</sup>.

Em suma, a afirmação dos critérios estruturais enquanto possíveis condicionantes da quebra do compromisso oligárquico permanece ainda como uma previsão para o Piauí, como um todo, visto que o “maior desenvolvimento das forças produtivas na região ainda não se deu, e a transição para o capitalismo, enquanto avança, ainda não se completou”<sup>16</sup>, permanecendo numa espécie de pré-capitalismo em tempos de economia globalizada regida por padrões diferenciados de produção e consumo de eficiência e qualidade substantivamente superiores ao modelo tradicional que ainda caracteriza o modo de produção dos Estados atrasados e pobres, entre os quais se encontra o Piauí.

Dentro dos grupos oligárquicos que constituem a classe política piauiense, o núcleo familiar assume grande destaque. No **terceiro capítulo** procurou-se analisar a íntima e histórica

---

<sup>15</sup> Medeiros, Antônio José C.B. *Movimentos Sociais e Participação Política*. Teresina: CEPAC, 1996.

<sup>16</sup> Chilcote, R. op. cit. p. 208.

relação de algumas famílias políticas tradicionais com o poder político no Piauí. Essa proximidade e a força do parentesco na vida política local expõem um dos nervos centrais da política oligárquica local. No Piauí, esta dimensão é de extrema importância para se entender a composição das elites parlamentares bem como se estruturam as instituições políticas de representação, especialmente os partidos oligárquicos.

Estudos sobre a Paraíba, realizados por Blondel e Lewin, constataram que em nível local, no Nordeste, o poder político e o poder familiar estão intimamente associados<sup>17</sup>. Uma tendência também observada no Piauí, onde se observa uma disputa acirrada entre as famílias tradicionais dentro do Legislativo, a ascendência sobre o sistema político e os partidos locais faz com que estes sejam comandados por uma chefia fortemente oligarquizada que, sempre que necessário, como diria Michels, “aciona seu poder de veto para impedir a renovação do comando partidário”<sup>18</sup>.

O influxo da íntima relação famílias–sistema político aponta para o recrudescimento da política oligárquica no Estado enquanto uma das fiadoras da estabilidade da elite parlamentar. A distribuição dos principais núcleos familiares por região objetivou mostrar sua influência nessas áreas e no subsistema político-partidário como um todo. Foram arroladas dez famílias na pesquisa fornecedores de quadros políticos para o Legislativo, objetivando mostrar a influência da genealogia na circulação das elites e no recrutamento da elite política, via herança política.

**O quarto capítulo** examina o perfil das quatro bancadas parlamentares eleitas para a Assembléia e para a Câmara Federal nas duas últimas décadas. Objetiva-se conhecer mais sobre este reduzido número de indivíduos no que concerne a sua origem, composição, reprodução e sua estabilidade no controle político. Para tanto, analisou-se os indicadores socioeconômicos e demográficos, tais como escolaridade e a formação profissional dos atores que ocuparam – e ocupam – posições estratégicas na arena local.

Através da análise dos perfis dos deputados foi possível concluir que existe uma grande homogeneidade tanto social e econômica como educacional, indícios da oligarquização ou da estabilidade da elite política piauiense. Dessa forma, a hegemonia política das oligarquias

---

<sup>17</sup> Blondel, op. cit. e Lewin, op. cit. p. 29.

<sup>18</sup> Michels, op. cit.

no Piauí está baseada numa estrutura organizacional que se apresenta claramente como um fenômeno de classe, no sentido de que, por um lado, os membros atuantes da elite política local têm clara vinculação com os setores dominantes e, por outro lado, a sua atuação favorece os interesses destas classes num esquema contínuo de realimentação.

Uma das conclusões mais comuns entre os vários trabalhos sobre o poder local no país é que a manutenção da política oligárquica tem sido peça fundamental da estrutura política em boa parte do Brasil<sup>19</sup>. Com base nesta concepção, o **capítulo cinco** apresenta as condições gerais que permitem explicar a permanência da estrutura oligárquica no Piauí que permeia a elite política e a existência dos próprios partidos locais. Outrossim, objetiva-se também detectar o grau de mobilidade e renovação da elite política parlamentar nas duas casas legislativas e analisando a trajetória política dos membros estratégicos da elite política local – os deputados estaduais e federais –. Aqui o conceito de oligarquização das lideranças se dá, por um lado, pelas longas carreiras da maioria dos deputados na política local e, por outro, pela forma de controle privado exercido na burocracia partidária, ao longo dos anos.

Assim, os pilares de sustentação do domínio político das oligarquias piauienses não estão baseados necessariamente na riqueza financeira ou na propriedade da terra, mas no controle e na ocupação das instituições públicas e partidárias em suas respectivas áreas de influência. As práticas paternalistas-assistencialistas e clientelistas, quando utilizadas eficientemente, são elementos importantes para o controle do poder político pelos clãs familiares em nível local.

De acordo com alguns trabalhos sobre o poder local no Nordeste, algumas destas práticas podem ser a assistência médica, o empreguismo, as relações de compadrio, a participação em celebrações religiosas e a utilização política de benefícios públicos e direitos adquiridos como se fora um favor dos chefes políticos. Pode-se citar, por exemplo, o alistamento eleitoral, a expedição de certidões de nascimento, carteira de trabalho e a concessão de aposentadoria rural, além de outros serviços prestados pelos proprietários a seus agregados que são potencializados depois em dividendos eleitorais.

Segundo Leal (1997), “no coronelismo o controle do cargo público [era] mais

---

<sup>19</sup> A esse respeito, consultar, Soares, Leal, Pang, Lewin, Bastos, entre outros.

importante como instrumento de dominação do que como empreguismo”<sup>20</sup>. O empreguismo, seja no Estado ou no município, e seu correlato, o nepotismo, têm sido uma saída econômica para o problema do desemprego urbano local. O controle e a distribuição de recursos escassos via clientelismo ou pelo menos a influência na indicação para os cargos públicos, seja na esfera estadual ou municipal, são trunfos importantes na luta pela sobrevivência política no Piauí.

De acordo com a hipótese central, o panorama político permanece em grande parte porque permanecem as condições estruturais sociais e econômicas do Estado. As elites econômicas e sociais se apropriaram da arena política através da representação política exercendo um controle social e político sobre uma população majoritariamente pobre, analfabeta, que, embora residindo em cidades, tem perfil nitidamente rural. Uma segunda hipótese considerada neste capítulo é de que a homogeneidade e a coesão da elite política também são elementos “fiadores” da estabilidade do processo político.

Em suma, procurou-se mostrar que o perfil do cenário piauiense em geral, e o Legislativo, em particular, apresentam uma situação típica da política oligárquica que combina a manutenção de fatores socioeconômicos do estado, a homogeneidade das suas elites parlamentares e a grande concentração de poder nas mãos de um reduzido número de famílias políticas tradicionais, algumas unidas por laços sanguíneos.

Apesar de ser circunscrito a estratos de uma classe, este trabalho permite ver uma considerável parte do todo ao promover a exibição pública da *carne e osso* das elites políticas parlamentares piauienses. A permanência na linha de frente da política local por anos a fio, a homogeneidade das elites políticas caracterizam a oligarquização das lideranças. O controle oligárquico dos partidos políticos locais e a ausência das camadas populares no interior das casas legislativas em última análise revelam o grau de democracia interna que o subsistema político piauiense encerra.

É certo que não se esgotaram aqui todas as possibilidades de estudo e de

---

<sup>20</sup>Para além destas distinções o emprego público tende a ser uma válvula de escape socioeconômica face a escassez de empregos no comércio e a inexistência de vagas nas poucas indústrias, quando elas existem. Vale acrescentar que em termos econômicos estes empregos são pouco expressivos, posto que em sua maioria se destinam a pessoas com baixo nível de escolarização, portanto, incidindo no baixo nível de monetarização pois muitas destas vagas são de vigias, porteiros, faxineiras, merendeiras, mas, também, de professores.

interpretação deste fenômeno político complexo. O primeiro passo foi dado na caminhada para inserir o Piauí como ator reconhecido na arenas econômica e política, com certeza uma tarefa árdua e que está apenas começando.

## CAPÍTULO 1

### DOMÍNIO POLÍTICO E ESTRUTURA OLIGÁRQUICA

#### 1.1. NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE ELITE, ELITE POLÍTICA E OLIGARQUIAS

Esta revisão sumária objetiva estabelecer as bases teóricas para a discussão do caso piauiense, evidenciando a natureza e a composição da elite política. Enfim, indicar alguns elementos conceituais para interpretação do fenômeno da dominação política e indicar algumas pistas para a reflexão sobre esse processo no Piauí. Para analisar as bancadas dos partidos na Assembléia e na Câmara faz-se necessário estabelecer os conceitos de **elite**, **elite política** e **oligarquia**.

#### 1.2. O CONCEITO DE OLIGARQUIA

As bibliografias política, histórica e sociológica tendem a convergir quanto à constatação de que é praticamente impossível reportar-se à política brasileira e nordestina piauiense sem que se faça referência às suas oligarquias agrárias. Isso porque elas continuam ainda a exercer grande influência nos resultados eleitorais e enquanto estratos fornecedores de quadros políticos, no interior do Legislativo estadual e da bancada federal, como se verá mais adiante no estudo sobre o perfil socioeconômico dos deputados.

O conceito de **Oligarquia** é largamente utilizado pela literatura política e sociológica como referência básica à estrutura política em toda a história latino-americana e brasileira. Na sua conceituação mais comum e clássica define-se a categoria como *o governo de poucas pessoas*. Para Mosca, oligarquia é definida como “um grupo fechado barrando dos cargos públicos todos os elementos que não pertencessem ao grupo, independente de sua fortuna ou de seu mérito

peçoal”<sup>21</sup>. Para Michels, a “oligarquia é como a forma pré-estabelecida da vida em comum dos grandes agregados sociais” e a vida política é uma sucessão ininterrupta de novas oligarquias. A seu modo, Michels, com grande consciência conceitual e metodológica das implicações decorrentes da obra dos dois grandes mestres – Mosca e Pareto –, expressou em sua obra principal a “convicção da necessidade histórica da oligarquia”, demonstrando que histórica e empiricamente,

*“o nascimento e a consolidação do fenômeno oligárquico consistem na necessidade de os partidos políticos modernos disporem de direções estáveis e profissionais, apresentando como consequência que (...) a organização é em si a causa da dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandantes sobre os mandatários...”*<sup>22</sup>.

Estes autores clássicos encontram-se definitivamente vinculados a uma concepção fatalista da continuidade das elites no poder. A se aceitar essa tese, a circulação das elites políticas seria apenas “uma contínua sucessão das elites”. Até aqui sucedeu-se um conjunto de teses que pregam a fatalidade histórica – e Michels é um dos grandes expoentes desta escola – segundo a qual os homens estão “amaldiçoados” a sofrer a dominação de uma pequena minoria organizada, uma sucedendo a outra. Como se vê, a maior parte desses autores parte do princípio de que uma classe dominante *sempre* será substituída por outra. Pang (1979), por seu lado, utiliza a forma mais comum com relação ao termo, isto é, quanto “à natureza dominadora, elitista e fechada de um grupo no poder”<sup>23</sup> e a define enquanto predomínio político de uma família<sup>24</sup>.

Em suma, a palavra *oligarquia*, possui duas conotações neste trabalho: a primeira definição é quanto a um sistema permanente de dominação de um grupo político minoritário dentro do Legislativo pertencente a uma mesma classe social. A segunda está associada à hegemonia e permanência da dominação política de poucas famílias, em alguns casos, ligadas pelo liame do sangue. Sob estes dois aspectos, o cenário político do Piauí apresenta uma “situação oligárquica típica”, não obstante “o desgaste natural pelo longo tempo à frente do

<sup>21</sup> Mosca, Gaetano, p. 354, *apud* Pang, Eul-Soo, op. cit.

<sup>22</sup> Albertoni, E. op. cit. p. 26.

<sup>23</sup> Pang, op. cit. p. 39.

<sup>24</sup> Os principais estudos sobre a classe política no Nordeste aparecem em Leal (1997), Queirós (1976), Vianna (1949), Faoro (1975), Pang (1979), entre outros.

poder, ainda mantém sólidas posições político-eleitorais”<sup>25</sup>.

Nessa linha de investigação encontram-se poucas obras sobre as oligarquias no Piauí, entre as quais estão os trabalhos de Cláudio Bastos sobre a relação entre família e poder, de Milton Aguiar<sup>26</sup> a propósito dos governantes piauienses e o de Tânia Brandão<sup>27</sup> sobre a formação da elite colonial. São obras importantes que debruçam sobre a genealogia das elites sociais, econômicas e políticas em sua gênese e ramificações na estrutura sociopolítica piauiense.

Cláudio Bastos, em seu extenso estudo sobre a família e o poder no Brasil, observando empiricamente a íntima relação genealógica entre as oligarquias de vários Estados da federação, em suas conclusões vislumbrou esse fenômeno como um aspecto de “sucessão hereditária do poder político em todo o Brasil”, não apenas no nível do poder Executivo, mas nos Legislativos nacional ou estadual<sup>28</sup>. Se este enfoque for direcionado para determinados cenários, é possível aceitar a idéia da natureza hereditária ou familiar do poder político face ao grande poder que ainda ostentam algumas oligarquias estaduais, como é o caso do Piauí. É possível mesmo estabelecer uma interligação de parentesco entre as famílias que sempre estiveram à frente do poder político estadual, exercido de forma rotineira ao longo do tempo. Embora com certa dose de exagero, Bastos afirma que:

*“ainda em nossos dias vários Estados do Brasil, continuam nas mãos de restritos grupos de pessoas, fechados, ligando-se, entre si, pelos liame de sangue (...) É o domínio absoluto das oligarquias tradicionais que se eternizam à frente da coisa pública”*<sup>29</sup>.

Entre as principais oligarquias estaduais que sempre estiveram nas vizinhanças do poder em várias unidades da federação pode-se citar os Malta (Alagoas), Acioly (Ceará), Leite e

<sup>25</sup> O conceito aqui utilizado baseia-se em Medeiros, op. cit. p. 64.

<sup>26</sup> Aguiar, Milton, **O Parentesco Entre os Governadores Piauienses da República** in Revista do Instituto Histórico e Geográfico, Piauí, n.º 4 – junho de 1974.

<sup>27</sup> Brandão, op. cit.

<sup>28</sup> Para justificar sua hipótese ele cita como exemplo da “manifestação oligárquica ou clânica” um caso clássico de sucessão familiar ocorrido no Piauí em plena campanha eleitoral para o Legislativo federal. Bastos refere-se ao acidente ocorrido a 4 de setembro de 1958, quando o deputado federal Marcos Parente, que era candidato a Senador pelo Piauí, morreu em desastre de automóvel. Citando jornal da época, diz que: “Os partidos coligados ofereceram a candidatura ao irmão do falecido. Mas este declinou. Indicou-se, e a indicação foi aceita, a candidatura de um outro irmão seu e do desaparecido” (“Correio da Manhã, do Rio de Janeiro – 17-9-1958) in Bastos, p. 59.

<sup>29</sup> Bastos, op. cit. pp. 59-60.

Sarney (Maranhão), Portella e Almendra Freitas (Piauí), Rosa e Silva e Dantas Barreto (Pernambuco), os Magalhães (Bahia), além das retrógradas oligarquias de Minas Gerais e de outras unidades da federação<sup>30</sup>.

A histórica permanência de algumas famílias fornecendo quadros – candidatos – a cada pleito eleitoral é o nervo exposto da oligarquia piauiense. Nesse ponto, adensa-se a noção de oligarquia em sua definição mais clássica e tradicional, ou seja, enquanto governo ou domínio político de um grupo de pessoas, oriundas de uma mesma classe, ou enquanto regime marcado pela hegemonia de uma família na condução do poder político. A elite política piauiense é composta basicamente por representantes recrutados em um restrito número de famílias com longa tradição política no Piauí, e que, comumente, também são detentoras de grande influência social e econômica. Entre estas famílias destacam-se os Silva, os Moraes Sousa, os Almendra Freitas, os Portella, Silveira, os Brandão, os Dantas Eulálio, os Paes Landim, Castro Macedo e os Cavalcante. Enfim, famílias comandando a política de Norte a Sul.

Essas famílias dominam o Estado como uma extensão de seus negócios privados, num processo que remonta em alguns casos ao período Colonial, sem a participação ativa dos setores sociais menos privilegiados econômica e socialmente<sup>31</sup>. Portanto, é no interior desta estrutura econômica e no seio da elite agrária – historicamente estabelecida – que o Legislativo piauiense recruta grande parte de seus quadros. Para citar apenas um exemplo, na bancada estadual eleita em 1994, dos 30 deputados, cerca de 28 estavam ligados de alguma maneira à posse da terra, seja na condição de proprietário ou como herdeiro direto ou colateral de extensos latifúndios. Mas essas famílias repartem ainda entre si os principais cargos da burocracia estatal, bem como os postos de destaque no Poder Judiciário, aumentando sobremaneira o seu patrimônio social, econômico e político.

Ora, o caráter patrimonialista se afirma, segundo Faoro, exatamente pelo fato de a camada dirigente ter nas mãos os instrumentos políticos do aparelho estatal e neste espaço atuar

---

<sup>30</sup> Bastos, op. cit. p. 63.

<sup>31</sup> A esse respeito a obra de Brandão, Tânia B. *A Elite Colonial Piauiense: Família e Poder*. Teresina, Fundação Monsenhor Chaves, 1995, é uma das poucas referências acadêmicas que se debruçaram sobre a gênese do poder político tendo por base o estudo da formação das famílias no Piauí.

em seu nome próprio<sup>32</sup>. A elite política, por ser mais organizada e consciente do seu papel e da sua função no conjunto das forças políticas, percebeu e operacionalizou melhor os impactos das transformações sociais, políticas e econômicas pelas quais passaram a sociedade brasileira e piauiense nas últimas quatro décadas, e através de alianças e arranjos de diversas espécies vem se mantendo à frente do poder político. Dessa forma, essa categoria encara as metamorfoses na sociedade “amaciando”, “domesticando” e “embotando-lhe a agressividade transformadora para incorporá-las como se fôra valores próprios”<sup>33</sup>. E é exatamente a partir da assimilação das novas técnicas de persuasão e de domínio que a elite política se apodera da arena na qual os recursos escassos são disputados – o sistema político –, preservando “o clientelismo e o patrimonialismo como formas de geração de moedas de troca eleitoral para garantir as suas lealdades políticas locais”<sup>34</sup>.

Segundo Graham, pode-se mesmo afirmar que o clientelismo constituiu uma trama de ligação da política no Brasil e “no século XIX sustentava virtualmente todo ato político”<sup>35</sup>. Esse era o papel do clientelismo no sertão brasileiro como um todo, embora nesse contexto as vitórias eleitorais dependessem, sobretudo, de seu “uso competente”. As raízes do clientelismo brasileiro aprofundam-se “em sistema social antigo, baseado no final das contas em relacionamentos familiares e interpessoais construídos ao longo de muito tempo”<sup>36</sup>. O resultado desse processo pontificou as relações de classe no Brasil criando a dependência pessoal de clientes em relação aos patrões e modelou a política interna do país.

Até a primeira metade deste século, quando alcançou o seu apogeu, práticas políticas dessa natureza eram controladas pelos chefes políticos, por diversos motivos denominados de “coronéis”, que foram analisados e descritos por Nunes Leal em sua obra máxima “*Coronelismo, Enxada e Voto*”, a maior referência para os estudos de poder local, seja para nela se fundamentar, seja para a crítica. Estudando o sistema de relações socioeconômicas implementado na fração

<sup>32</sup> Aqui entra em cena o conceito de Patrimonialismo utilizado na obra clássica de Raymundo Faoro. Op. Cit. outra obra clássica para a referência brasileira é Simon Schwartzman, especialmente *As Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Editora Campus.

<sup>33</sup> A esse respeito, ver Silva, Roberto J. **Elites Políticas: O Caso Piauiense** in Serviço Social e Contemporaneidade: Revista do departamento de Serviço Social / Universidade Federal do Piauí. V. 1, n.º 1 (1997), Teresina, EDUFPI, 1997, p. 127.

<sup>34</sup> Silva, Roberto J. op. cit. p. 119.

<sup>35</sup> Graham, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, pp. 15 e 22.

<sup>36</sup> Graham, op. cit.

territorial do município, legou para a Sociologia e a Ciência Política o conceito de “Coronelismo”. Segundo o autor, o coronelismo era o sistema político da Primeira República no qual sobressaíam os coronéis, potentados locais que detinham grande influência, poder e atuação política em suas respectivas áreas de domínio nas quais conseguiam votos e elegiam seus candidatos e protegidos<sup>37</sup>. Enfim, o “coronelismo” era um tipo de dominação das populações rurais do qual permanecem alguns resíduos, principalmente onde predomina, entre outros fatores, a ausência de condições socioeconômicas necessárias para estruturação de um quadro político dinâmico e livre da tutela eleitoral.

Obviamente, enquanto fenômeno político, o coronelismo não existe mais em sua matriz pura dentro do sistema de correlação de forças. O domínio político já não se realiza pelo uso direto da violência do coronel, o isolamento econômico já não se faz mais ao lado do isolamento do resto do mundo, graças ao progresso dos meios de comunicação. Em grande parte do país estes fatos, de certa forma, diluíram os laços de fidelidade política arraigados antes de 1930, mas ainda persistindo modificados e adaptados às novas realidades, especialmente nas zonas menos urbanizadas e industrializadas de algumas unidades da federação social e economicamente atrasadas<sup>38</sup>.

Atualmente, os chefes políticos do interior encontram-se ainda mais reféns dessa relação. É aí que Carvalho (1997) identifica o desaparecimento do coronel, ou seja, no instante em que ele passa a “ser um mero intermediário entre o governo e seu dependentes”, restando como base de poder apenas o controle patrimonial dos cargos públicos<sup>39</sup>. A partir de 1930, e especialmente no pós-anos 50, restariam apenas traços do poder privado do coronel cujas bases foram corroídas pela paulatina inserção de elementos novos nos processos políticos como o voto secreto, o avanço da economia agregadora de mercados isolados e o grande processo de urbanização e de industrialização, elementos potencializadores do deslocamento do centro de poder político. Hipótese que não se confirma em toda sua plenitude quando se observa o caso piauiense, especificamente com relação aos municípios do interior.

---

<sup>37</sup> Leal, Victor. op. cit.

<sup>38</sup> Sobre esta constatação, ver o clássico *Sociedade e Política...* de Gláucio Soares, no qual ele analisa o desenvolvimento socioeconômico e político brasileiro e trata da questão política oligárquica em nível local.

<sup>39</sup> Carvalho, José Murilo. “**Coronelismo**”, in *Dicionário Histórico e Biográfico do Brasil: 1889-1930*. (Rio de Janeiro. Ed. Forense, 1985, 2.º Volume, pp. 932-934.

Para além da discussão se existe ou existiu de fato o coronelismo no Piauí, o problema aqui é detectar a natureza da dominação que permite o exercício do poder de uma reduzida classe política, fechada e elitista, enfim, no confinamento da arena política nas mãos de oligarquias tradicionais.

O processo histórico, portanto, com todos os elementos descritos acima, promovem o desgaste irreversível do fenômeno e do poder dos coronéis em várias partes do país. Mas a permanência socioeconômica em muitas outras partes, especialmente do Nordeste – o Piauí incluído – evidenciam que os resquícios da política e do mando tradicionais são ainda muito fortes. Nessas áreas ainda é observável todo um conjunto de características que marcaram o *modus vivendi* e o *modus operandi* da política dos coronéis nos atuais chefes políticos do interior. Entre estas idiossincrasias estão o isolamento econômico, o compadrio, a grande propriedade fundiária e a tradição de algumas famílias políticas, um conjunto de práticas políticas e condições objetivas que dão vida ao processo oligárquico no Piauí.

É através de interesses e afinidades idênticos e da relativa homogeneidade social e econômica que as elites buscam manter-se concentrando os instrumentos de poder, bem como o acesso à eles, controlando os cargos e as nomeações na burocracia estatal comumente destinada a pessoas de sua confiança e às suas bases eleitorais. Aí perpassam ou se confundem o exercício do poder político e a efetivação de suas atividades privadas e de classe, consubstanciando-se, assim, o caráter patrimonialista na condução da atividade político-administrativa.

O afrouxamento dos laços entre o chefe político e os eleitores tornou a relação menos personalizada e passou a obedecer a outros ditames mais objetivos como a compra pura e simples do voto - a mercantilização do voto. No entanto, cabe dizer que outras características daquele modo político permanecem. Se o chefe político perdeu grande parte do seu poder de pressão, ele ainda mantém um mínimo de poder de barganha, permanecendo o sistema de trocas clientelistas marcado pelo atendimento de suas demandas pessoais e o oferecimento de serviços médicos, eletrificação rural, construção de estradas e açudes às suas clientelas cativas. Dessa forma, o conceito de clientelismo, segundo Carvalho, é essa relação entre atores políticos, pela qual uns concedem “benefícios públicos e empregos em troca de apoio político, sobretudo na forma de

voto”<sup>40</sup>.

### 1.2.2. As Elites e a Elite Política

Enquanto conceito teórico o termo elite também possui uma longa história de discussões e busca de uma definição precisa. A diversidade do conceito de elite reproduz, no entanto, variações acerca do mesmo tema, sobre o qual nem os clássicos como Mosca e Pareto deixaram uma formulação mais precisa e acabada. Em si, é um conceito de difícil definição em face das ambigüidades que o termo encerra, especialmente em se tratando da diversidade e efetividade que assume na sociedade.

Para designar o fenômeno, existem várias denominações, entre as quais: “**grupo de poder**”, “**classe dominante**”, “**classe política**”, “**classe dirigente**”, “**elite do poder**”<sup>41</sup>. À despeito das ambigüidades que os conceitos de elite em geral e de elite política em particular encerram, *a priori*, este trabalho aceita e segue a linha clássica da literatura sobre as elites, com um interesse debruçado principalmente sobre a clássica questão “quem governa?” ou “quem manda”, ou seja, “as pessoas ou grupos que realmente exercem o poder (a elite política), aquelas pessoas que ocupam cargos nas duas casas Legislativas estudadas, no caso, a elite parlamentar piauiense.

Em linhas gerais a concepção de **Elite** utilizada neste trabalho repousa, embora não se esgote, na idéia clássica e mais geral que perpassa as obras dos pensadores elitistas de que em toda a sociedade existe sempre uma minoria organizada que é a detentora das várias formas de poder, seja ele econômico, ideológico ou político, à qual se deu o nome de “elite” em

---

<sup>40</sup> Para uma discussão conceitual mais recente sobre o assunto, os estudos de poder local e suas relações com o Estado Nacional, consultar Carvalho, José Murilo. **Mandonismo, Coronelismo e...**, op. cit. p. 233.

<sup>41</sup> Mosca, Gaetano, *The ruling class Elementi di scienza politica* Nova Iorque, McGraw Hill, 1939); Mills, Wright, *Elite Power*, 1956; Michels, Robert, *Sociologia dos Partidos Políticos*, 1982; e, Vilfredo Pareto. **As elites e o uso da força na sociedade**. In Souza, Amaury. *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

contraposição à maioria desorganizada que dele está privada<sup>42</sup>. No seu interior encontra-se a **Elite Política**, que é aquela minoria que detém mandatos eletivos, membros pertencentes à classe política mais geral que domina o Piauí, os elementos que compõem o corpo político eleito da sociedade.

Gaetano Mosca, no seu estudo clássico sobre as elites (1896), forneceu um conceito teórico-prático de classe política ou classe dirigente. Foi um dos primeiros a enfatizar o princípio geral de que é impossível a existência de qualquer ordem social sem uma “classe política” dominante. Enfim, de que em todas as sociedades, desde as menos desenvolvidas até as mais cultas e avançadas, existem grupos governantes e grupos governados. A elite seria então aquele estrato social composto por indivíduos com um certo grau de influência e poder político e social que asseguram o poder. Assim, definida em termos de classe, a elite política é a classe do topo da pirâmide social que detém o poder, especialmente o político.

Mosca propõe então o que já existia latente na concepção clássica Aristotélica, ou seja, a defesa da dominação como sendo algo “natural”, portanto, não histórica, e, no limite, estático não comportando nenhuma inversão de posição na relação de mando e poder. Ao defender a supremacia de uma classe sobre a outra, Mosca estabelece os seguintes parâmetros que diferenciam a elite e a massa.

*“a primeira, que é sempre menos numerosa, cumpre todas as funções públicas, monopoliza o poder e goza as vantagens que a ela estão anexas; enquanto a segunda, mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira, de modo mais ou menos arbitrário e violento, fornecendo (...) os meios materiais de subsistência e os que são necessários à vitalidade do organismo político”<sup>43</sup>.*

No estudo da formação e da estrutura da classe política o autor também aponta algumas condições e qualidades requeridas para o ingresso a essa “classe especial”. Segundo ele, “o desenvolvimento da cultura intelectual e da riqueza cria outros instrumentos que permitem a

<sup>42</sup> Bottomore já havia apontado para a necessidade de se estudar as elites, o seu tamanho, seu contingente, como se relacionam entre si e com os grupos detentores de poder político, o seu caráter aberto ou fechado, ou seja, a forma de recrutamento de seus membros e o conseqüente processo de mobilidade social. Bottomore, 1965:15; Ver a esse respeito, Beatriz Bilac, op. cit. 15.

<sup>43</sup> Mosca *apud* Souza, op. cit. p. 51.

uma classe restrita impor-se à massa”<sup>44</sup>. Como se observa, não existe um critério único para o acesso à classe política, mas, sim, “uma mistura de diferentes qualidades evocadas (...) diferindo em função do tempo e lugar”<sup>45</sup>. Assim, para Mosca,

*“tudo aquilo que no governo é parte dispositiva, exercício de autoridade e implica comando e responsabilidade, é sempre atribuição de uma classe especial, cujos elementos de formação, de acordo com o século e país, podem variar enormemente, é verdade, mas, qualquer que seja a sua formação face à massa dos governados aos quais se impõe, constitui sempre uma minoria restrita”*<sup>46</sup>.

Não muito diferentemente do que propôs Mosca, Vilfredo Pareto, outro autor elitista também defende a tese de que em toda sociedade existe uma classe “superior” que detém o poder político e o poder econômico, à qual deu o nome de aristocracia ou ‘elite’<sup>47</sup>. Para ele, a elite é aquela parcela restrita que faz parte do grupo superior e está apta a dirigir os demais. Fazendo coro com aqueles, Bottomore argumenta que nos limites mais amplos da classe política distingue-se um grupo menor – a elite política parlamentar –, que especifica, portanto, o conjunto dos representantes políticos eleitos, o grupo que efetivamente exerce o poder ou influência política na sociedade e estão diretamente empenhados em disputas pela liderança política<sup>48</sup>. No seio da classe política, os deputados são um dos grupos mais numerosos.

Do ponto de vista da teoria elitista, enquanto as elites são as produtoras da política, a maioria que dela está afastada é definida quanto ao seu papel secundário de apenas referendar, pelo voto, os quadros oriundos da elite permanecendo na hierarquia social e política, numa situação inferior, de submissão e controle face aos grupos que estão no poder. Sem embargo da utilização dos clássicos, estas teses são, analiticamente, um instrumento de legitimação do poder político da classe minoritária organizada, pois:

*“na sua formulação inicial, atribui a uma camada social o exercício contínuo do poder, interditando os governados da possibilidade de assumirem o poder por não estarem preparados, intelectual e materialmente, para o exercício do*

<sup>44</sup> Mosca *apud* Albertoni, E. *Doutrina da classe política e teoria das elites*, São Paulo: Imago Editora, 1985, p. 73.

<sup>45</sup> Albertoni, *op. cit.* p. 73.

<sup>46</sup> Mosca, *apud* Albertoni, *op. cit.* p. 72.

<sup>47</sup> Pareto, Vilfredo, *apud* Bobbio, Norberto, *Dicionário de Política*. EdUnB, Brasília, 1986. p. 386.

<sup>48</sup> Bottomore, 1965:15.

*mando*”<sup>49</sup>.

Aqui apresenta-se outro traço que parece comum às elites, uma condição fundamental que propicia ou reforça o domínio e a hegemonia das classes dominantes: a homogeneidade das elites. Mosca afirma que a riqueza e o nascimento são elementos importantes que entram na formação do edifício social das elites, especialmente no acesso, agregação e composição da elite política.

Para citar um representante da literatura brasileira, Carvalho, no seu livro “*A Construção da Ordem*”, estudando as origens e a formação das elites brasileiras no Brasil Colônia, discute estes traços e afirma que quanto mais homogêneas as elites, mais estável o processo de formação do Estado. De modo inverso, portanto, tem-se que “quanto mais heterogêneos os grupos de elite, mais vulneráveis serão aos conflitos sociais”<sup>50</sup>. A partir de uma relativização apriorística da formação da elite brasileira, Carvalho tende a seguir Mosca quando afirma que, genericamente, a educação, a participação na burocracia estatal e a utilização de uma linguagem e valores comuns proporcionam uma certa homogeneidade entre as elites, o que, por seu turno, também tornariam possível um acordo básico sob a forma de organização do poder”<sup>51</sup>. De acordo com suas palavras,

*“quanto mais homogênea uma elite, maiores suas condições de agir politicamente com eficácia. As razões são óbvias. Uma elite homogênea possui um projeto comum e age de modo coeso, o que lhe dá enormes vantagens sobre as elites rivais. Na ausência de um claro domínio de classe, (...) a fragmentação da elite torna quase inevitável a afloração dos conflitos ao nível político e a instauração da instabilidade crônica, retardando a consolidação do poder”*<sup>52</sup>.

Segundo informa Carvalho, a homogeneidade das elites pode ser de várias fontes, como a de natureza social. Todavia, alerta que “a experiência mostra que isso não seja suficiente para mantê-las unidas”<sup>53</sup>. Especialmente quando se observa a ausência da homogeneidade social e ideológica entre elas, “a educação, o treinamento e a carreira”, são outros fatores que as levam a agir coesamente e que garantem uma relativa homogeneidade à redução dos conflitos internos aos

<sup>49</sup> Silva, Roberto J. op. cit.

<sup>50</sup> Carvalho. *A Formação das Almas*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, especialmente as pp. 29 e 30.

<sup>51</sup> Carvalho, op. cit. p. 39.

<sup>52</sup> Carvalho, op. cit. pp. 30-31.

<sup>53</sup> Carvalho, op. cit. p.31.

grupos dominantes. Para afirmar a importância daqueles fatores, o autor aponta o caso das elites burocráticas, que mesmo quando não recrutadas em setores homogêneos da população conseguem desenvolver traços de união.<sup>54</sup> Vale dizer ainda que a coesão da elite também tem conseqüências em última escala “na redução de um dos poucos canais disponíveis de mobilidade social ascendente”<sup>55</sup>.

De acordo com os dados levantados na pesquisa, a homogeneidade da elite piauiense do período em estudo é de natureza social, reforçada sobremaneira pelo sistema educacional, pelas relações familiares. Em geral, o cenário montado dentro das duas casas legislativas do Piauí tende a coincidir com as características apontadas por Carvalho no seu referido trabalho sobre a formação da elite brasileira<sup>56</sup>. Para citar apenas um dado da relativa homogeneidade dentro da elite parlamentar estadual, na legislatura iniciada em 1995, 80% dos deputados estaduais possuíam diploma superior, igual proporção de representantes era detentora de profissões ditas liberais, como médicos, advogados engenheiros etc.

Uma vez que observação empírica mostra que o recrutamento das elites políticas parlamentares – os deputados – desde sempre privilegiou aqueles nascidos nas classes dominantes e nas camadas mais ricas, neste sentido a composição da classe política é socialmente homogênea. Tendo em vista que nestas últimas quatro legislaturas há a grande presença dos setores oriundos da classe média, isto é, pertencem a “uma classe autônoma, a um tempo distinta da burguesia e também do proletariado, enfim, composta por grupos sociais relativamente homogêneos e pouco diferenciados uns dos outros”. Este fato, por seu turno, se reflete na redução da mobilidade social para parcelas significativas da população estadual.

Se por um lado o fenômeno oligárquico é uma realidade, por outro, não é certamente um bem quando se observa a paulatina ampliação e diversificação dos valores democráticos e de participação que já estão difundidos em toda a organização política brasileira em geral, e piauiense, em particular. A partir daí, afirma-se então que o “fenômeno orgânico” da potência oligárquica ainda vigente no Piauí se reproduz sob o crivo dos sucessivos pleitos. Essa base

---

<sup>54</sup> Carvalho, op. cit. p. 31.

<sup>55</sup> Carvalho, op. cit. p. 37.

<sup>56</sup> Carvalho, op. cit. p. 30. A questão da homogeneidade da elite política piauiense será referida no capítulo quatro que trata de montar o perfil da classe política na Assembléia e na bancada federal.

institucional democrática ampliada a partir da década de oitenta, a expansão da participação eleitoral e a transparência das eleições realizadas no período até aqui não abalaram as bases estruturais e o poder de renovação interna das elites. Em última análise, a “ordem jurídica” vigente tem oferecido a justificativa ou a legalização da representação das elites via processo eleitoral de cunho pluralista e competitivo. Ou seja, a permanência dos grupos dirigentes está legitimada atualmente pelas regras abertas do procedimento eleitoral ainda que nessa disputa os diferentes atores não partam em totais condições de igualdade.

O entendimento estreito entre as elites dominantes locais – deputados, chefes políticos e empresários rurais e urbanos – tem por base interesses econômicos e de classe e comuns e afinidades de sangue. No caso piauiense, a escolaridade, as atividades privadas fora do Parlamento, a origem social e, em última análise, a faixa etária das bancadas são fortes fatores de homogeneidade desse estrato da classe política estadual.

A competência da elite política na articulação e na resolução de suas diatribes, mantendo sob um relativo controle as dissensões de classe e uma capacidade de absorção das transformações que se formam ao seu redor, são elementos complementares na cadeia política estadual, alguns dos principais fiadores da relativa e duradoura estabilidade e hegemonia do sistema político-partidário piauiense e dos partidos tradicionais no limite, um fator essencial ao seu funcionamento.

Embora os pleitos eleitorais sirvam “à freqüente renovação partidária”, as composições da elite política piauiense têm sobrevivido em sua grande maioria a cada um dos pleitos realizados, uma marca significativa da história política piauiense. Da mesma forma, a sobrevivência das práticas clientelistas, a continuidade das mesmas famílias no comando político, a renovação interna e apenas parcial das elites são indicações fortes da oligarquização dos partidos e das lideranças políticas encasteladas na Assembléia e na bancada federal. Esses deputados “usufruem, em torno das respectivas redes familiares, os benefícios do capital político, econômico, social, cultural e patrimonial da sociedade”, geração após geração, muitas vezes de forma “hereditária”<sup>57</sup>. Assim, a concentração dos meios mais importantes de produção econômica e de poder político é a base da classe dominante no Piauí.

---

<sup>57</sup>Silva, Roberto J. op. cit. p.117.

Concluo esta revisão citando Michels acerca da validade da “teoria da circulação das elites”, formulada por Pareto. Também para o caso do Piauí, ela “só pode ser aceita com restrições, no sentido de que se trata com muito menos frequência de uma sucessão pura e simples das elites do que de uma mistura incessante, com os antigos elementos atraindo, absorvendo e assimilando os novos”<sup>58</sup>. Enfim, opera-se localmente a criação de novas oligarquias unidas às antigas.

Tendo estabelecido as bases conceituais para definir e caracterizar os grupos hegemônicos no controle político, cabe identificar e demonstrar empiricamente quem é a elite política eleita dentro das duas casas legislativas estudadas.

### **1.3. A POLÍTICA OLIGÁRQUICA COMO ESTRUTURA**

Para uma parte dos estudos de ciência política que trata de *poder local* no Brasil, a discussão comumente é estruturada a partir do conceito de oligarquia. Esta linha de pesquisa, que se constitui um campo privilegiado da política brasileira, tem como foco principal a ênfase na ausência de mudanças significativas na vida política local, que foi e continua sendo dominada por uma ou mais famílias tradicionais<sup>59</sup>. A discussão conceitual das bases da estrutura política oligárquica e a descrição das conseqüências políticas, tanto da integração quanto do isolamento dos municípios, foram intensamente estudadas por Soares para quem existe mesmo um padrão de política local, que “seria uma herança do passado político do país”. A validade dessas teorias se mantém ou se chocam, no entanto, com a análise de novos estudos de caso, muitos dos quais ainda desconhecidos como é o caso piauiense.

De uma forma geral, parte dessa literatura concorda que “as transformações na infra-estrutura socioeconômica, via de regra, provocam uma tendência genérica à perda de significação

---

<sup>58</sup> Michels, op. cit. p. 226.

<sup>59</sup> Entre vários outros autores, pode-se destacar aqui nomes como Leal, Queirós, Faoro, Schwartzman, Pang, Soares e Carvalho.

da política oligárquica baseada na propriedade da terra”<sup>60</sup>. Em suma, teoricamente, estas mudanças são importantes para compreender algum grau de alterações políticas. Essa hipótese se assenta no fato de que em várias sociedades, tanto do passado quanto do presente, geralmente os fatores da industrialização e da urbanização foram e são acompanhados de uma série de outros fenômenos, como o desenvolvimento político expresso em atitudes políticas mais democráticas, autônomas, conscientes e livres do jugo de “coronéis”. Segundo Soares, a existência de condições avançadas de desenvolvimento e modernização propicia o advento da ideologia como elemento relevante na política”<sup>61</sup>.

A partir daí, este autor defende a existência de duas “culturas políticas” bem diferenciadas no Brasil. A primeira é aquela típica das regiões agrárias do país, onde predominam o tradicionalismo e o conservadorismo dos grupos dominantes, que exercem uma política não ideológica, denominada de “política do atraso”, uma vez que as possibilidades de controle político da massa eleitoral pelas oligarquias estaduais seriam consideravelmente maiores. A segunda, predominante das áreas urbanas e desenvolvidas, baseada na diferenciação entre as classes que ele denomina de “política do desenvolvimento”.

Com base neste postulado, somente os ambientes urbanos teriam uma maior propensão a desenvolver uma política ideológica e “processos de mobilização e conscientização políticas, sobretudo através da sindicalização e da difusão ideológica através dos meios de comunicação de massa”<sup>62</sup>. Assim, práticas políticas – se democráticas ou oligárquicas – também podem ser “associadas a variáveis indicadoras do desenvolvimento, tais como urbanização e industrialização”<sup>63</sup>. Um segundo impacto da urbanização e da industrialização sobre a política é o fator puramente quantitativo, ou seja, “o aumento da proporção de votos urbanos que escapam ao controle da oligarquia rural”.

A despeito da validade destas afirmações, é correto afirmar que nem tudo permaneceu exatamente como antes; esta modalidade oligárquica de atuação política exauriu-se apenas nos Estados mais desenvolvidos, conservando-se nos cenários mais pobres como o Nordeste e dentro

---

<sup>60</sup> Soares, op. cit.

<sup>61</sup> Soares, op. cit. p.29.

<sup>62</sup> Soares, op. cit. p. 135.

<sup>63</sup> Aguiar, op. cit. p.456.

deste, no Piauí. Da mesma forma, a urbanização não chegou a neutralizar as diferenças regionais e o isolamento do setor rural que abrigava, até 1960, a maior parte da população do país. Esses fatores contribuíram para a persistência do mandonismo local e do coronelismo, em contraste com a participação mais independente do eleitorado urbano.

Embora parte da literatura entenda que, enquanto sistema político dominante, o coronelismo já tenha sido abolido e substituído por relações clientelistas que em si “dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, os políticos e os setores pobres da população”, para Carvalho, à “medida que os chefes políticos locais perderam a capacidade de controlar os votos da população, deixaram de ser parceiros interessantes para o governo, que passou a tratar com os eleitores, através de relações clientelísticas. Dessa forma, com o fim do coronelismo, “o clientelismo, enquanto “arte” de sedução, tornou-se um dos elementos principais e estratégicos de conquista e preservação de poder, se ampliou”<sup>64</sup>.

Até meados deste século esta hegemonia, via de regra, era “chancelada sucessivamente através da realização periódica de eleições, quase sempre fraudulentas”<sup>65</sup>. A diferença básica é que atualmente os pleitos eleitorais são livres, transparentes e relativamente democráticos, seja quanto à sua forma, seja quanto ao universo de participação das camadas populares. Usando uma expressão cunhada por Bobbio, tem-se uma “oligarquia que governa em um sistema democrático”, ou seja, aquela que busca sua “legitimidade” no voto popular periódico e reconhecendo a existência de oposições e a liberdade de expressão<sup>66</sup>. Vale dizer, entretanto, que este fato não se deve a “qualquer ‘vocalização democrática’ da oligarquia, mas sim às conquistas obtidas no processo de democratização do país a partir da crise do regime militar, o que colocou para o grupo dominante regional a necessidade de adequação às novas condições democráticas nacionais”<sup>67</sup>.

Mesmo assim e sem embargo do avanço da modernização e do desenvolvimento do país no pós-anos 50, de acordo com Soares,

<sup>64</sup> Carvalho desenvolve uma interessante discussão teórica sobre as diferenças e sobre as confusões conceituais presentes geralmente nos estudos sobre o poder local, realizados no Brasil na Revista Dados, Rio de Janeiro, vol. 40, n.º 2, 1997, op. cit. p.233; Diniz, op. cit. p. 22.

<sup>65</sup> Soares, op. cit. p. 28.

<sup>66</sup> Bobbio, Norberto, op. cit.

<sup>67</sup> Costa, Wagner Cabral. *Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão*. UFMA, São Luís, mimeo, 1997. p. 6. A constatação do autor é plenamente cabível ao caso piauiense.

*“alguns destes padrões sobreviveram quase sem alterações, outros experimentaram adaptações às novas estruturas políticas mais amplas, à nova legislação eleitoral, à ampliação na participação eleitoral etc.”<sup>68</sup>.*

De fato, a área de dominação destes padrões políticos sofreu um processo de contração e declinou em várias unidades da federação, de forma mais acelerada e completa naqueles que se urbanizaram e industrializaram mais rapidamente<sup>69</sup>, ou devido à integração progressiva de centenas de mercados políticos locais especialmente no Centro-Sul aos mercados políticos estaduais e nacional. Tampouco foi por acaso que a influência desse modo político foi e ainda é maior nos Estados menos urbanizados e industrializados, como é o caso do Piauí. portanto, a política oligárquica é geograficamente localizada, ocorrendo especialmente em âmbitos restritos, “usualmente no município”, que, via de regra, são controlados por clãs familiares, como as principais bases eleitorais dos deputados. Os indicadores que podem revelar uma situação oligárquica típica, segundo Soares, são:

*“o controle e o monopólio dos bens de produção; o isolamento, tanto socioeconômico quanto político, que concede à oligarquia um quase monopólio sobre as comunicações com o exterior, [...] da pecuária, e [...] do comércio local; a manipulação de recursos através da política [...] o analfabetismo de boa parte da população; a apatia e a submissão do campesinato, importância dos votos rurais sobre o total do município (ou seja, a insignificância do voto urbano que é sempre mais difícil de controlar) [...] a existência de municípios fundamentalmente agrícolas, rurais, dominados por uma ou mais famílias tradicionais”<sup>70</sup>.*

A transformação dessa complexa e extensa estrutura de poder exige “uma *conjunção* de situações, ora predominando um processo, ora outro, ou seja, não há causa única para o declínio da política oligárquica<sup>71</sup>. Dessa forma, estas condições estruturais em si não são causas necessárias e suficientes para a quebra das estruturas oligárquicas, da mesma forma que a

---

<sup>68</sup> Soares, op. cit. pp. 99-100. Mas vale afirmar no entanto, que nem sempre onde quer que tenha ocorrido a dinamização e a modernização sócio-econômicas e a complexificação das relações sociais, estes processos estruturais tenha solapado de vez a estrutura oligárquica ou transformado a esfera política em igual magnitude.

<sup>69</sup> Soares, op. cit. p.29.

<sup>70</sup> Soares, op. cit. p. 102.

<sup>71</sup> Os processos de mobilização e conscientização políticas, sobretudo através da sindicalização, a difusão ideológica através dos meios de comunicação de massa, também são importantes. Soares, op. cit. p. 135.

manutenção do cenário econômico agrário e rural também não é uma variável suficiente para explicar a existência e a permanência dessa política<sup>72</sup>. Vale ressaltar ainda que o processo de transformação política e social no campo, o rompimento do “isolamento da população rural dependente” não é produto de uma situação de causa e efeito instantâneo, como reconhece o próprio Soares. Segundo ele,

*“não há um imediatismo mecânico entre as transformações na infra-estrutura socioeconômica e as “respostas” da superestrutura política. Com frequência, as condições infra-estruturais estão dadas, mas a inexistência de mobilização, organização e conscientização das classes populares impede que estas condições infra-estruturais tenham uma expressão política”<sup>73</sup>.*

Por outro lado, a lógica interna desse esquema oligárquico era e ainda é relativamente simples, baseando-se na necessidade de que o jogo político seja um jogo entre iguais e não um jogo entre opostos. Donde se conclui que, na medida em que a diferenciação socioeconômica entre classes se transformasse em “oposição política consciente pela ideologia, seria incompatível a continuidade da política oligárquica”<sup>74</sup>. Em que pesem as mencionadas condições socioeconômicas do Piauí, persistem também alguns fatores políticos igualmente fiadores da manutenção da gestão oligárquica da ordem política estadual, entre eles, a concentração do poder político nas mãos de um pequeno grupo de famílias, o recrutamento das elites políticas e as altas taxas de identificação social, etária, educacional e econômica de seus membros. Essa estrutura tem suas engrenagens azeitadas por altas doses de clientelismo pelo qual os atores políticos em questão – os deputados – na forma do compromisso distribuem “recompensas materiais e simbólicas em troca de apoio político” a uma clientela cativa submetida à ação dos proprietários que “*pagam*” com votos os acordos políticos feitos nas entressafras e nas campanhas eleitorais<sup>75</sup>. Esse pragmatismo da ação política que usa como tática a negociação intramuros provoca o

<sup>72</sup> A ruptura do processo de dominação oligárquica tradicional no Brasil ainda não é um fato absoluto, ainda persiste em muitos municípios, sobretudo, nas pequenas, distantes e isoladas localidades rurais. Ali, os resquícios dos laços de dependência política entre a população e os chefes políticos são mais visíveis, são fundamentais para a permanência clara da estrutura oligárquica. Mas a atuação de deputados e chefes políticos locais, sem dúvida, não se baseiam necessária e exclusivamente nestes moldes tradicionais. Soares, op. cit.; Leal, op. cit.

<sup>73</sup> Soares, op. cit. pp. 123-135.

<sup>74</sup> Soares, op. cit. p. 29.

<sup>75</sup> Diniz, Eli. **Clientelismo urbano: ressuscitando um antigo fantasma?**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v.1, p. 22. 1982 e Carvalho, *Clientelismo*, ... op. cit. p. 233.

fechamento político às classes que se encontram fora dos esquemas tradicionais no Estado.

Na seqüência cronológica que reúne os principais processos de transformação política da primeira metade deste século – a Revolução de 30 e o período democrático de 1945-64 – observa-se que não foram em toda parte os algozes das elites agrárias locais e estaduais, baseadas no latifúndio e no poder de algumas famílias tradicionais. Por seu turno, o golpe militar de 1964 atuou como um momento propício em que se estabelece o acirramento desse modo político em várias partes do país, especialmente no Piauí<sup>76</sup>. A ascensão e consolidação do principal núcleo das oligarquias hegemônicas no Piauí foram simultâneas ao estabelecimento no país da ditadura militar, quando Petrônio Portella era o governador do Estado. Ou seja, um período cujo discurso e prática foram marcados pela ausência de liberdade política e as possibilidades de enfrentamento ideológico eram inexistentes, portanto, prevalecia a hegemonia das elites que já estavam alojadas no poder político, consolidando com o tempo um processo fechado e concentrado de poder nas mãos das oligarquias estaduais.

As conseqüências políticas modernas surgidas no rastro das mudanças econômicas e demográficas, comum aos maiores centros urbanos, “pararam nas porteiras das fazendas”<sup>77</sup>; a estrutura agrária não se transformou radicalmente, assim, fazendeiros, lideranças e famílias conseguiram sobreviver no cenário político de várias maneiras, neste caso, como principais fornecedores de quadros para as casas legislativas e fiadores da relativa estabilidade político-partidária e parlamentar no Piauí.

Após a apresentação da perspectiva teórica, referência clássica para a maior parte dos estudos centrados nos grupos dominantes e nos seus mecanismos de poder, cabe dizer que entre a força dos conceitos e a frieza dos números a realidade concreta do Piauí segue incólume. A despeito das mudanças substantivas ocorridas nos seus índices de urbanização, a pouca expressividade de sua industrialização e a manutenção da concentração fundiária que é a base de poder local das oligarquias e das elites políticas, a hegemonia da política, sua forma tradicional permanece com pouca alteração e grande vigor em todas as suas regiões. Aí as oligarquias

---

<sup>76</sup> Sobre o caso do Maranhão, consultar, Costa, op. cit.

<sup>77</sup> Esta é uma expressão utilizada por Leal para se referir aos efeitos da Revolução de 30 e suas transformações posteriores sobre os municípios mais distantes dos grandes centros, dando a entender que a política oligárquica permanecera basicamente a mesma após tais acontecimentos políticos.

agrárias tiram proveito do atraso econômico, da pobreza e do analfabetismo de significativas parcelas do eleitorado, especialmente o rural. Diferentemente desse quadro, Teresina possui uma feição moderna, urbana e com um razoável dinamismo econômico, especialmente nos setores de bens e serviços. Politicamente, tem uma feição oposicionista e um eleitorado mais livre e consciente, o que vem corroborar a concepção de que, de certa forma, a sobrevida e a estabilidade do poder das oligarquias e de seus prepostos, no caso os deputados estaduais e federais, deitam raízes na permanência das condições socioeconômicas perversas que ainda predominam no Piauí, embora, como dizia Soares, sejam vários os caminhos que conduzem à política oligárquica, bem como são vários aqueles que levam à sua derrocada.

Em resumo, é com base nessas teorias que este trabalho procura analisar e compreender os indicadores que ajudam a explicar a permanência e a relativa estabilidade do poder das elites políticas recrutadas em poucos grupos familiares tradicionais, o que tem tornado o Legislativo num *locus* privilegiado de atuação das oligarquias, espaço fundamental de ascensão e manutenção de seus quadros ao ocupar o cenário político estadual.

## CAPÍTULO 2

### POLÍTICA REGIONAL E OLIGARQUIAS NO PIAUÍ

#### 2.1. INTRODUÇÃO

A literatura sociológica e política, via de regra enfatiza e destaca o subsistema político nordestino pela sua histórica vocação regionalista, seja devido às marcantes diferenciações culturais dos Estados que o compõem, seja face à sua formação econômica e política<sup>78</sup>. A esse respeito, Castro (1989) concluiu que “a região Nordeste constitui, de forma nítida, um caso concreto de regionalismo no país”<sup>79</sup>. Para Markusen, as dimensões fundamentais do regionalismo são “a manipulação política e a base territorial”<sup>80</sup>. Este capítulo se interessará pela segunda dimensão e o conceito de regionalismo aqui utilizado é entendido enquanto a atuação política das elites dentro do espaço geográfico onde exercem influência<sup>81</sup>.

Reconhecendo a importância do território para o exercício político, e no limite, para a reprodução do poder oligárquico, na análise das bancadas na Assembléia e na Câmara dos deputados, este capítulo objetiva apresentar as bases e discutir a permanência do padrão oligárquico de mando e poder dentro da organização espacial do Piauí.

Para melhor apresentar o caso piauiense procedeu-se o levantamento de alguns indicadores socioeconômicos para ressaltar a distinção entre as diversas regiões que compõem a sua fração territorial, especialmente a diferença entre os municípios do interior e a cidade de Teresina, que apresenta características urbanas e de progresso econômico e social superiores às

---

<sup>78</sup> Para uma análise da relação entre território e regionalismo na prática política, consultar, entre outros, Castro, Iná Elias. **Política e território: evidências da prática regionalista no Brasil**, in Revista Dados, Rio de Janeiro, vol. 32, n° 3, 1989. p. 402. Ver também seu livro *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

<sup>79</sup> Castro. **Política e território** ... op. cit. p. 398.

<sup>80</sup> Ver o estudo de Markusen, Elizabeth Anne. **A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980)** In Revista Brasileira de História, ANPUH & Marco Zero, São Paulo, v. 9, n.º 17, pp. 37-63, set. 88/ fev.89.

<sup>81</sup> Castro, op. cit. p. 393 e Markusen, op. cit. p. 83.

demais regiões do Estado, no limite, estas são, segundo a abordagem teórica adotada, as condições *sine qua non* para o desenvolvimento de atitudes políticas mais conscientes e para a ruptura do modo político oligárquico<sup>82</sup>.

## 2.2. AS FEIÇÕES DA GEOGRAFIA POLÍTICA PIAUIENSE

Seguindo uma das diretrizes teóricas apontadas no primeiro capítulo, a hipótese para o caso piauiense é de que a composição e o recrutamento das elites políticas locais refletem as estruturas ou as realidades socioeconômicas das diferentes regiões do Estado. Em que pese a grande influência da clivagem familiar, as estruturas produtivas do Estado também produzem reflexos na esfera política, neste caso, na formação das bancadas parlamentares. Dessa forma, quanto mais pobres e isolados forem os municípios, maiores são as possibilidades de permanência do poder e dos padrões políticos tradicionais, enfim, de sobrevivência das oligarquias locais que são as bases políticas das elites dentro do Legislativo. O reforço da política oligárquica ocorre então na medida em que a alocação e a inversão dos recursos financeiros nos municípios tendem a passar pela atuação e influência dos representantes das oligarquias locais – no caso, os deputados<sup>83</sup>.

É exatamente esse modo tradicional de fazer política que permite a alguns deputados imprimirem um perfil regionalista e “distritalizado” de sua atuação política, especialmente daqueles que se autodenominam *deputados do sul*. Devido a longa experiência parlamentar e a habilidade política na obtenção e alocação de recursos financeiros e empregos públicos, os deputados tendem a canalizá-los e a rateá-los entre as suas principais bases eleitorais, preferencialmente para aquela região do Sul do Estado.

Castro (1989), estudando a atuação parlamentar na Câmara Federal na década de 80, observou que a delimitação geográfica de origem da bancada nordestina geralmente define os

<sup>82</sup> Aqui a referência básica é a clássica abordagem de Gláucio Soares (1976).

<sup>83</sup> Segundo Soares, a aglutinação do binômio “isolamento e autonomia interna das cidades do interior” reforça a política oligárquica. Soares, *op. cit.*, ver especialmente na Segunda Parte, o capítulo V - **A Política oligárquica: notas para uma teoria**, pp. 99-122.

limites da sua ação política, portanto, o fato de ter nascido na região delimitaria o espaço de abrangência de suas questões e ações junto aos órgãos de fomento ao desenvolvimento da região (SUDENE, Polonordeste e Finor)<sup>84</sup>. No limite, a barganha política com as esferas do poder estadual e federal por recursos é a diretriz básica da ação política das lideranças locais, como uma forma de reforço de seu poder.

Assim, a utilização de verbas e recursos com objetivos políticos foi e é uma prática freqüente na esfera da política municipal. Ora desde sempre “a habilidade de uma elite política em canalizar recursos federais e estaduais para o município constitui uma fonte direta de poder político e uma fonte indireta de prestígio”<sup>85</sup>. Em linhas gerais, é justamente essa práxis política que dá mais visibilidade junto ao eleitorado e caracteriza o deputado como prestador de serviços às suas clientelas políticas.

A seguir, faço uma breve apresentação de dados socioeconômicos e demográficos que servem para situar o Piauí no processo de inserção regional e nacional durante o período estudado, um tema sobre o qual já existe uma literatura local acumulada<sup>86</sup>.

### **2.3. URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E NO PIAUÍ**

Os indicadores utilizados neste tópico são, inicialmente, a urbanização e a industrialização do Estado, o tamanho do eleitorado e os indicadores educacionais desse eleitorado. Procura-se aqui estabelecer rapidamente uma distinção entre os municípios do interior e a capital, Teresina, visando jogar luzes no descompasso entre ambos enquanto regiões econômicas, sociais e políticas, enfim, enquanto regiões fornecedoras de quadros políticos. A evolução da urbanização piauiense, observando-se a relação população urbana e rural, pode ser sintetizada na tabela a seguir, que também compara percentualmente a população urbana

---

<sup>84</sup> Castro, op. cit. p. 399.

<sup>85</sup> Soares, op. cit. p. 113.

<sup>86</sup> Aqui os principais referenciais são os estudos da CEPRO, entre eles, “*Estudos diversos: análise do processo de urbanização no Piauí*. Teresina. Ceipro, 1985; “*Consumo de produtos industriais na cidade de Teresina*. Teresina. SICCTEP, BNB e AIP, 1995, entre outros.

nordestina e brasileira.

**Tabela 1 Evolução da população urbana brasileira, nordestina e piauiense, 1940-1991.**

	1940	1950	1960	1970	1980	1991
	Pop. Urb.					
Brasil	31,23%	36,15%	44,67%	55,92%	67,54%	75,46%
Nordeste	23,42%	26,4%	33,89%	41,81%	50,46%	60,64%
Piauí	15,19%	16,31%	22,99%	31,93%	41,98%	52,93%

Fonte: Censos do IBGE.

Pela tabela acima, observa-se que a partir de 1970 houve um crescimento vertiginoso das populações urbanas no país que paulatinamente transformou o perfil demográfico do Estado, com maioria até então de população rural. Essa taxa aumentou consideravelmente com a progressão dos censos realizados.

De acordo com os dados do IBGE, pode-se observar que, no que concerne ao processo de urbanização, o Brasil experimentou elevadas taxas de crescimento no decorrer das cinco últimas décadas. Nesse período a realidade geohumana do Piauí também transformou-se, diminuindo sua feição rural para se tornar majoritariamente urbana. Para se ter uma noção desse rápido processo, basta dizer que a sua população urbana em 1970 representava 31,9% da população total e no início da década de noventa (1991) essa proporção era muito superior, atingindo 52,9% da realidade demográfica estadual<sup>87</sup>. Comparando-se os dados de 1940 e 1996, a população rural então com 693.404 habitantes diminuiu pela metade e a população urbana quase quadruplicou – 1 117.061 –, enquanto a população total de 2.673.176 habitantes mais que triplicou de tamanho no mesmo período, como se vê logo abaixo.

<sup>87</sup> “Em 1991, a população piauiense era estimada em 2.582.137 habitantes. Nos últimos trinta anos, o Estado viu o seu contingente populacional duplicar de tamanho nas cidades. No período de 1980-1991, o ritmo de crescimento da população urbana foi de 3,9% e na área rural evidenciou-se uma perda de população, com taxa de -0,19%. IBGE, Censo demográfico, 1991, p. 9. Esse incremento foi basicamente em consequência de três fatores: do próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas, da migração, sobretudo dentro do próprio Estado, com destino urbano, e da incorporação de áreas que, por ocasião do Censo de 1980, eram consideradas rurais”. *Censo demográfico de 1991: Situação demográfica, social e econômica: primeiras considerações*. Rio de Janeiro, IBGE, 1991, p. 10; e elevou-se a taxa de urbanização de 41,98%, em 1980, para 52,9% em 1991. Enquanto os dez municípios mais populosos do Estado reuniam 1,18 milhão de pessoas (45,8% do total da população), apenas Teresina concentrava 23,21% do efetivo populacional do Estado, ou seja, 599.272 habitantes em 1980.” IBGE, 1991. O Piauí possuía em 1996 58,2% de sua população nas cidades. Mesmo assim, junto com o Maranhão, é o Estado mais rural do país.

**Tabela 2: Distribuição relativa da população do Piauí, por Censos.**

Anos	População Urbana		População Rural		Pop. Total
	Abs.	%	Abs.	%	
1940	124.194	15,2	603.404	84,8	817.601
1950	170.584	16,3	875.112	83,7	1.045.696
1970	561.081	31,9	1.173.813	68,1	1.734.894
1980	931.204	41,9	1.256.946	58,0	2.188.150
1991	1.366.218	52,7	1.214.997	47,0	2.581.215
1996	1.556.115	58,2	1.117.061	41,8	2.673.176

Fonte: IBGE-PI.

Outrossim, o processo de urbanização piauiense também é espacializado, ou seja, a distribuição da população dessas cidades acontece de forma desigual entre o Sul e o Norte do Estado, concentrando-se fortemente nas regiões de Teresina, Campo Maior e Parnaíba. Vale dizer que neste trabalho considera-se “região Norte” do Piauí a área formada atualmente pelas mesorregiões Norte e o Centro-Norte, como a “região Sul” considera-se a área integrada pelas mesorregiões Sudoeste e Sudeste Piauienses<sup>88</sup>.

No que se refere aos dados socioeconômicos, o Piauí como um todo possui internamente grandes desequilíbrios e disparidades regionais, tanto em termos de realidade social e econômica quanto em termos de representação política, que tendem a refletir a distribuição desigual das atividades produtivas industriais e comerciais no espaço territorial piauiense. A região Norte, na qual se encontra Teresina, embora corresponda apenas a 25% da área do Estado, detém a maior parcela da população urbana (60% em 1980) em contraste com a porção Sul, onde existem grandes vazios demográficos. Essa tendência evidencia-se também em outras esferas, como a socioeconômica e a política. Essa região do Estado sempre foi mais rica, mais desenvolvida e mais assistida pelos sucessivos governos estaduais, enquanto o Sul permanece isolado e apresenta condições de pobreza e atraso bem mais acentuadas.

Desagregando este setor por cidades, tem-se que as indústrias de uma forma geral

<sup>88</sup> Como o Piauí não possui uma formação geográfica ótima, ou seja, não possui os quatro pontos geográficos bem definidos, foi feita esta divisão “arbitrária”. Desta feita, o Sul englobará as porções Sudoeste e Sudeste do Estado. Para a definição da área das regiões não se levou em conta os aspectos econômicos, mas as cartas geográficas elaboradas pelo IBGE. O critério, portanto, é puramente geográfico no sentido de dotar as regiões de áreas idênticas respeitando, no entanto, os limites de cada município.

estão concentradas principalmente na região Norte e centro do Estado, especialmente em Teresina, Parnaíba e Campo Maior, Picos e Floriano, estas últimas no centro sul do estado<sup>89</sup>. Estes municípios contribuíram em média, no período de 1970-80, com cerca de 81% do valor da produção industrial enquanto o Sul do Estado contribui muito pouco em relação às demais<sup>90</sup>.

Parnaíba, a segunda maior cidade do Estado, perdeu posição econômica nas últimas décadas e somente a cidade de Picos, no centro, tem mostrado tendência ao “aumento na participação não somente no comércio, mas também no setor industrial”<sup>91</sup>. Em suma, essa situação de desenvolvimento econômico desigual entre as regiões corresponde também a uma distribuição da população urbana no território piauiense.

Face à pouca diversificação econômica dos setores primário e secundário, o setor terciário tornou-se o mais importante da economia do Estado, o principal impulsionador da economia local tanto no que se refere à absorção de mão-de-obra como no número de estabelecimentos existentes e na sua participação no PIB local. A participação do setor secundário na economia não atingia a ordem de 50%, em 1995.

Os indicadores econômicos gerais do Piauí, segundo dados da SUDENE, mostram algumas mudanças em curso no Estado. Na formação do produto interno bruto, verificou-se um encolhimento do setor primário durante o período estudado, com 16,3%; já o setor industrial apresentou um crescimento na ordem de 25,2% e o terciário atingiu os 58,4%, como mostra a tabela abaixo, que apresenta dados das décadas de 80 e início de 90.

---

<sup>89</sup> Algumas das cidades-sedes de distritos industriais são Campo Maior, Piripiri e Uruçuí, também favorecidas em função de suas localizações estratégicas e de infra-estrutura disponível, “uma vez que estão ligadas a corredores de transporte com acesso para todas as regiões do país”, apresentam vantagens comparativas locais, particularmente nos ramos da indústria de bebidas, calçados, mecânica, naval (embarcações fluviais) e vestuário. Leonides, op. cit. pp. 60 e 74.

<sup>90</sup> Com base nos dados oferecidos pela Cepro. Op. cit. pp. 56-7.

<sup>91</sup> Segundo dados da Cepro, op. cit. p. 69.

**Tabela 3: Participação dos subsetores econômicos na riqueza, no Piauí, Nordeste e Brasil, 1980-91**

SETOR (1980-1991)	PRIMÁRIO (agropecuário)	SECUNDÁRIO (indústria)	TERCIÁRIO (serviços)
PEA	47%	15%	26%
PO	82%	1,9%	15,5%
Taxa de Crescimento	16%	98%	90%
PIB (Piauí) (1)	16,3%	25,2%	58,4%
PIB (Nordeste) (2)	12,4%	23,7%	63,9%
PIB (Brasil) (2)	12,3%	32%	55,7%

Fonte: (1) SUDENE/DPG/PSE/ Grupo de Contas Regionais, 1990; (2) IBGE/SUDENE, 1996

De acordo com a tabela, observa-se que o Piauí tende a acompanhar, em termos percentuais, a participação dos subsetores na formação do PIB do Nordeste e do Brasil, com a prevalência do setor terciário sobre os demais e mesmo em franco declínio o setor primário participava no período estudado com mais de 16% na formação da riqueza da economia piauiense enquanto na região não chegava aos 13%.

O crescimento da indústria local apresentado no período, no entanto, não foi capaz de absorver um grande contingente de mão-de-obra (15%). Isso se explica pelo porte das indústrias que foram paulatinamente implantadas no Estado, na sua maioria médias e pequenas empresas. Com relação à mão-de-obra estadual, a maior concentração da população economicamente ativa ainda estava na agricultura (47%), seguida do setor terciário (26%) que possuía 5.179 estabelecimentos comerciais e de serviços.

Em resumo, a evolução econômica piauiense quando comparada ao processo de modernização urbana revela um processo global diferenciado, isto é, o processo de urbanização se estabeleceu de forma inversa e praticamente independente à industrialização no Piauí, posto que não ocorreram modificações significativas no sistema produtivo do Estado, principalmente

no setor agropecuário, que continuou atrasado<sup>92</sup>. De forma geral, houve uma urbanização acelerada mas sem um processo de industrialização de igual magnitude. A maioria das cidades piauienses, além de pobres são pequenas, e as principais atividades produtivas possuem características mais rurais do que urbanas. Em grande parte dos municípios do Estado predomina este estágio de “economia pré-capitalista”, enquanto a industrialização já é um fato consumado no país. Aliado aos altos índices de analfabetismo, na faixa dos 40%, ajudam a entender por que a maioria das cidades são econômica e politicamente controladas por uma ou mais famílias políticas tradicionais através das práticas do clientelismo e do assistencialismo na disputa por clientelas eleitorais. Isto é um flagrante contraponto com as modernas sociedades com altos índices de urbanização e industrialização nas quais observa-se a emergência de setores sociais e forças políticas diversas e competitivas.

Uma outra variável a ser considerada para realçar o contraponto capital versus interior é a dicotomia voto urbano X voto rural. Durante os doze anos que a pesquisa engloba, o tamanho do eleitorado sofreu uma sensível diferenciação face ao crescimento vertiginoso da urbanização no Estado e graças à paulatina democratização dos processos eleitorais que permitiram a ampliação da arena decisória via voto de analfabetos e de menores de 18 anos. Através do quadro a seguir pode-se observar a evolução do eleitorado piauiense<sup>93</sup>.

**Tabela 4: Evolução do eleitorado piauiense e teresinense, por anos.**

Anos	Piauí	Teresina		Interior	
		Eleitores	%	Eleitores	%
1986	1.087.921	210.329	19,3	877.592	80,7
1990	1.410.051	258.041	18,3	1.409.793	81,7
1992	1.554.122	283.496	18,2	1.270.626	81,8

Fonte: TRE-PI.

De acordo com a tabela, apesar de Teresina ser o maior colégio eleitoral do Estado, com 19,3% dos eleitores em 1986 e 18,2% em 1992, o eleitorado está majoritariamente concentrado nos municípios do interior. Esse é um dado relevante para a efetividade e os

<sup>92</sup> Entre as várias obras piauienses que abordam a questão encontram-se as diversas publicações da Fundação CEPRO, Martins, Bacelar, Medeiros, Queirós, Lopes, entre outros.

<sup>93</sup> Segundo levantamento do IBGE, em março de 1993 Teresina possuía 284.360 eleitores (18,3%) do total dos votantes no Estado.

resultados favoráveis aos partidos de representação conservadora – PFL, PPB e PMDB – que aí possuem suas bases e clientelas mais cativas e onde são maiores as condições da dominação oligárquica. Portanto, o voto urbano mais independente do controle dos chefes políticos não faz frente ao voto dos municípios do interior de perfil rural que, a despeito de fissuras ocasionais entre as oligarquias, ainda permanece com algum vigor. Por último, a variável nível de escolaridade do eleitorado, que na tabela abaixo traz números expressivos para se ter uma idéia do peso e da importância que representa o voto dos municípios para as oligarquias e a própria manutenção da estrutura do sistema político estadual.

**Tabela 5: Eleitorado por Grau de Instrução no Piauí, 1986 e 1998.**

Grau de instrução	1986		1998	
	Total	(%)	Total	(%)
Analfabeto	253.355	23,3	326.953	18,4
Lê e escreve	531.520	48,8	722.223	40,6
1º grau incompleto	105.978	9,7	422.275	23,7
1º grau completo	53.507	4,9	78.155	4,4
2º grau incompleto	35.092	3,2	102.545	5,8
2º grau completo	76.948	7,0	94.829	5,4
Superior	23.962	2,2	28.353	1,7
<b>Total</b>	<b>1.080.362</b>	<b>100</b>	<b>1.775.333</b>	<b>100</b>

Fonte: Secretaria de Informação do TSE/TRE-PI.

Ao longo do período estudado, o eleitorado piauiense teve uma dinâmica sempre crescente; em 1988, possuía pouco mais de um milhão de votantes, contra mais de um milhão e oitocentos mil uma década depois. Os números deixam claro a grande desproporção dentro do eleitorado entre aqueles que têm graus de escolaridade “inferiores” e os de escolaridade superior. No pleito de 1986, cerca de 944.360 eleitores, ou 87,6%, haviam concluído no máximo o primeiro grau escolar; este perfil mostra o grande contingente de indivíduos feitos cidadãos graças à legislação que permitiu a partir daquele pleito a participação política de uma grande massa de analfabetos.

De acordo com a tabela anterior, no ano de 1998 a situação continuou basicamente a mesma entre os estratos menos informados, o percentual de eleitores até o primeiro grau era de 87,1%. Por outro lado, o número de eleitores com segundo grau e nível superior, supostamente com um maior nível de conscientização política, que era de 136.002 (12,4%) em 1986, aumentou

para 225.727 (12,9%) eleitores em 1998. A rigor, observa-se uma expansão em todos os estratos, especialmente entre aqueles menos letrados, o que puxou para baixo o aumento numérico apresentado pelas faixas mais escolarizadas ou com mais tempo na escola.

Em linhas gerais, aliado ao fato de mais de 80% do eleitorado piauiense encontrarem-se no interior do Estado, nada menos do que 87,1%, ou 1 549.606 eleitores eram ou analfabetos (336.953) ou completaram apenas o primeiro grau (53.507, ou 4,9%) em 1998. Isso significa a prevalência eleitoral das regiões mais pobres e do voto rural, enfim, que o processo eleitoral é definido por uma grande massa de eleitores com pouca ou nenhuma instrução escolar e sugerindo pouca ou nenhuma consciência política com resultados já conhecidos.

Com esse perfil, pode-se concluir que as massas populares do interior piauiense, enquanto elemento potencializador de pressão democratizante “ainda possuem um peso menor”<sup>94</sup>. Nesse cenário, os partidos políticos revelam-se mais como instrumentos de convivência e disputa por recursos e como espaços da acomodação de interesses políticos das elites locais e menos como meios legítimos para a canalização, comunicação e expressão das necessidades da sociedade piauiense. Enfim, são enquadramentos artificiais para a alocação de demandas, exigidos pela legislação eleitoral. Assim, nessas áreas onde predominam o analfabetismo, o voto de “cabresto” e o clientelismo, os partidos, via de regra, “não têm nenhum sentido programático e ideológico”<sup>95</sup>. Em última análise, as eleições são os mecanismos legais de consolidação e da manutenção da ordem oligárquica e patrimonialista vigente no Estado.

#### **2.4. OS MUNICÍPIOS DO INTERIOR: A REGIÃO SUL PIAUIENSE**

Por sua grande distância de Teresina e do resto do Estado a região Sul, que concentra a maior parte do semi-árido piauiense, é econômica, histórica, social e afetivamente mais próxima de Estados como Pernambuco e Bahia. Historicamente, esta região tem sido a menos assistida pelos sucessivos governos estaduais uma vez que os modelos políticos adotados têm

---

<sup>94</sup> O diagnóstico de Medeiros para três décadas atrás permanece atualíssimo. Medeiros, op. cit. p. 60.

<sup>95</sup> Carvalho, op. cit. pp. 172-3.

excluído a região na implementação de programas governamentais (SUDENE, Polonordeste e Finor), seja na montagem de uma infra-estrutura básica, principalmente estradas, energia e comunicações etc., seja na gestão de seus recursos hídricos. Enfim, na realização de melhorias e na dinamização dos setores estruturais de produção, condições essenciais de desenvolvimento.

No entanto, a falta de perspectiva quanto à atuação governamental para promover o desenvolvimento daquela extensa faixa territorial vem despertando nas elites e lideranças políticas locais o desejo de separação e de autonomia política em relação ao Piauí<sup>96</sup>.

Em que pesem os piores índices de desenvolvimento humano (média de vida em torno dos 55 anos e altas taxas de analfabetismo), a região Sul piauiense apresenta grandes vazios demográficos e os indicadores socioeconômicos são ruins: pobreza, fragilidade, a insignificância do setor produtivo, secas e a total dependência econômica de transferências orçamentárias públicas<sup>97</sup>. O quadro perverso de carência econômica e social dos municípios daquela região criou as condições ideais para montagem da estrutura e do quadro político ainda em vigor, ou seja, o aparecimento e a solidificação dos compromissos clientelistas e assistencialistas entre deputados, lideranças locais e suas bases eleitorais<sup>98</sup>.

---

<sup>96</sup>Em meados da década de 90, no calor das discussões sobre a divisão do Estado, surge outra postura e o discurso da classe política, especialmente os interessados na divisão do Estado, ganha ares de ufanismo regional, enfim, de que “a independência do Sul do Estado é a única forma de redimir o Piauí da pobreza, na medida em que a diferença favoreça a eficiência administrativa e permita a interiorização do desenvolvimento. Dividir para crescer juntos representa a síntese do sentimento dos que entendem ser esta uma alternativa para mudar, em curto prazo, a realidade do Piauí.” Prefácio do Senador Freitas Neto (PFL), no livro do deputado Júlio César (PFL), *Gurguéia: Um Estado Com Vontade de Nascer*, 1993, p.13.

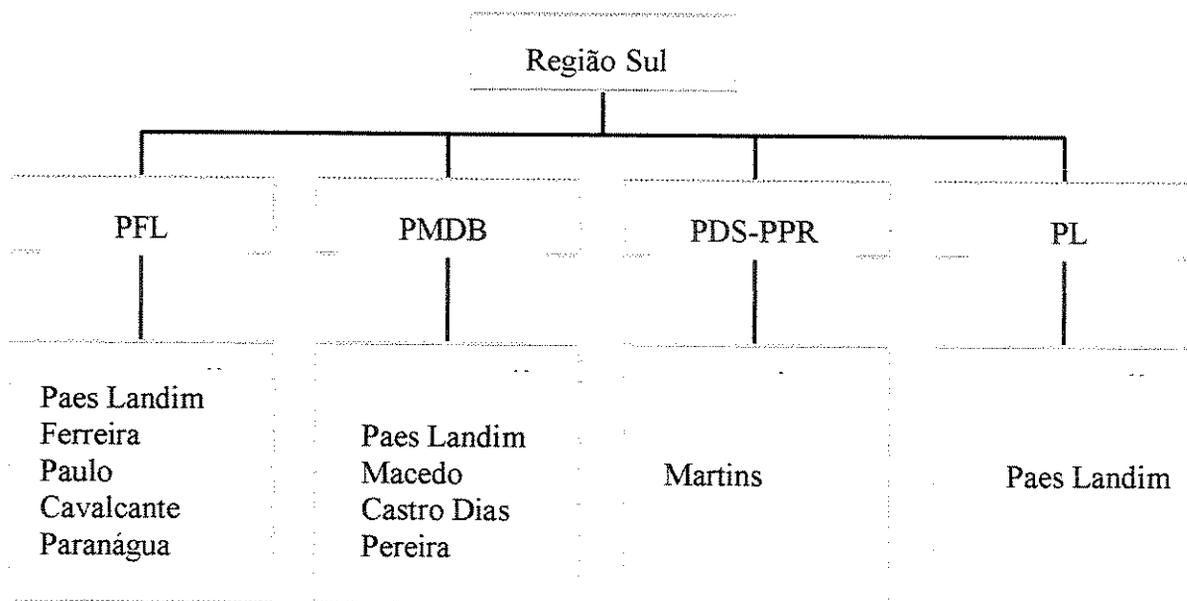
<sup>97</sup> Desde 1993 tramita no Congresso Nacional uma proposta de criação do Estado do Gurguéia, cuja área geopolítica compõe-se da maior parte do Estado do Piauí, num total de aproximadamente 150.508 km. Embora concentre o Vale do Gurguéia, uma região potencialmente rica dada a presença dos cerrados, propícios para a agricultura mecanizada e em larga escala ela ainda não foi devidamente explorada totalmente o que poderia redimir a atual situação de dependência econômica do Estado. A extensão territorial do Piauí é de 250.9341 Km<sup>2</sup>, é o nono Estado brasileiro em extensão territorial e o terceiro do Nordeste. Se concretizada a divisão, perderá mais da metade de sua área. Segundo lideranças do interior, é forte a convicção de que somente a separação trará o desenvolvimento para aquela região. A viabilidade do futuro Estado do Gurguéia se baseia no fato de que aquele se encontra numa “área muito rica, de terras férteis, vales úmidos, água em abundância, além de contar com imensa área de cerrados com potencial notável para se transformar num celeiro de grãos e alimentos”. Isso tem chamado a atenção de produtores rurais piauienses e de outras regiões do país, bem como de entidades do poder público para aquela região. As enormes potencialidades começam a se viabilizar com o incremento de uma agricultura como atividade econômica e produtiva tem chamado a atenção de produtores rurais piauienses e de outras regiões do país.

<sup>98</sup> Os deputados também não buscam o enfrentamento com o governo estadual, mas soluções de curto prazo com base nos seus interesses e de efeitos imediatos e mais visíveis para os graves problemas da seca e da falta alimentos, inserir seus municípios nas listas de auxílio do governo federal, doação de cestas básicas, pequenas obras de infra-estrutura – estradas vicinais, poços, barragens – em suas principais bases eleitorais, etc. recrudescendo a famingerada indústria da seca. Enfim, medidas de curto prazo e médio alcance que não visam romper com o círculo vicioso da miséria nem colocar o Piauí na rota do desenvolvimento produtivo.

Também predominam ali mais amiudamente as práticas clientelistas e assistencialistas e as bases eleitorais mais *cativas* que podem ser mensuradas nas altas taxas de reeleição de seus representantes nas duas casas estudadas e no predomínio de três ou quatro famílias tradicionais. Estes dados ajudam a perceber como o Sul piauiense politicamente também é inexpressivo uma vez que é fracamente representado nas bancadas estaduais estudadas.

Na região Sul piauiense, na cidade de São João, a arena política é comandada pela família Paes Landim, tradicional na política estadual há mais de três décadas, sempre na circunvizinhança dos partidos no poder, especialmente no PFL e PDC, enquanto existiu e em suas legendas antecessoras. Na vizinha cidade de São Raimundo Nonato, os Castro Dias, que controlam o PMDB local, dividem o eleitorado com mais duas famílias importantes, os Macedo, com quem têm ligações de parentesco, e os Ferreira, ambas ligados ao PFL<sup>99</sup>. O organograma a seguir apresenta as principais famílias organizadas por partidos.

### Organograma 1: Famílias e Partidos na Região Sul do Piauí



Fonte: Perfil biográfico dos deputados, ALEPI.

Os resultados eleitorais para a Assembléia do período 82-95 apresentam um escasso

<sup>99</sup> Ainda tem alguma expressividade a família Paulo. Mais para o extremo Sul do Estado, em Corrente, três famílias comandam as disputas políticas, o clã Paranaguá cuja importância local remonta ao período colonial e as famílias Nogueira e os Cavalcante.

número de representantes oriundos da região Sul do Estado e o predomínio de um reduzido número de famílias, o que comprova a rigidez do controle familista e sua influência no recrutamento de quadros da região: apenas 14 parlamentares nascidos no Sul num universo de 117 vagas em disputa, ou seja, 12%. Na divisão por famílias, os Castro de São Raimundo Nonato, mesmo divididos, elegeram 4 destes representantes por três partidos diferentes, PFL, PDS e PMDB, o que corresponde a nove mandatos. O clã dos Paes Landim, da cidade de São João, também envolto em disputas internas, elegeu cinco membros, perfazendo 12 mandatos. Outras cidades fornecedoras de quadros são Simplício Mendes, Canto do Buriti, Uruçuí, Cristino Castro e Corrente, com um representante cada.

Desagregando a participação da vastíssima região Sul do Estado na formação das bancadas legislativas estaduais e federais, no período entre 1982 a 1995, apenas dois deputados são do que se poderia chamar extremo Sul piauiense: Jesualdo Cavalcante (PDS e PFL) da cidade de Corrente, e Wilson Parente Martins (PDS), representando a cidade de Cristino Castro. O grosso da representação sulista nasceu em São Raimundo Nonato e São João.

Da bancada de seis deputados sulistas eleita em 1986, à exceção do deputado José Reis (PMDB), herdeiro da família Pereira de São João, todos eram ligados a esquemas políticos nucleados por duas famílias: Waldemar de Castro Macedo (PFL) e Newton de Castro Macedo (PMDB) irmãos e inimigos políticos, eram parentes de Marcelo Castro (PMDB). Por seu turno a família Paes Landim elegeu Luís Paes Landim (PFL) para a Assembléia, José Paes Landim (PFL) para a Câmara e o parente colateral Sabino Paulo (PFL) também para a Assembléia. Estas famílias refletem localmente os traços principais da política municipal: a “vocação situacionista”, isto é, pertencem a partidos que gravitam ao redor do poder, aumentando a cada legislatura seu patrimônio material e político.

Em resumo, nas quatro legislaturas estudadas, a região conquistou um total de 25 cadeiras rateadas entre as famílias Castro 9; Paes Landim, 8; Leal, 4; Martins 2, Cavalcante e Pereira, ambos com 1 representante<sup>100</sup>.

Com rela o ao desempenho dos partidos neste território, a hegemonia política e os

<sup>100</sup> Dos cinco representantes da região Sul nesta legislatura, três são do PFL (José Ferreira, Paulo Henrique Paes Landim e Francisco Martins), um do PPB (Eurimar Nunes) e outro do PMDB (Francisco Filho).

melhores resultados eleitorais são dos partidos ditos conservadores e tradicionais – o PFL e o PMDB e PDS-PPR<sup>101</sup>. Portanto, a região Sul, embora não reúna os maiores colégios eleitorais mas, pelo fato de se constituir um espaço onde o controle político familiar é muito eficiente, faz uma grande diferença para estes partidos no momento de decidir as eleições no Estado, evidência de que o voto do interior é o grande definidor das disputas, quer Executivas, quer Legislativas<sup>102</sup>.

No entanto, mesmo ancorada no maior partido do Estado – o PFL – e nos poderosos esquemas políticos, a região do semi-árido piauiense não vê minimizados os problemas advindos do ciclo vicioso da pobreza, ou seja, a constelação circular de forças que agem e reagem entre si de forma a manter o estado de pobreza. Ao contrário, as elites políticas e econômicas da região capitalizam a negligência administrativa e o vazio de poder estadual e apostam no atraso econômico como reforço e garantia de reprodução do poder político e da cadeia oligárquica. Enfim, mantêm o *status quo* que lhe é mais favorável, isto é, o subdesenvolvimento econômico, social e político.

## 2.5. AS OLIGARQUIAS DA REGIÃO CENTRAL PIAUIENSE

Na região central do Estado, onde se destacam econômica e politicamente as cidades de Valença, Floriano e Picos, pode-se citar várias famílias de longa tradição naquela área do território piauiense. Na cidade de Oeiras, a antiga capital piauiense, existem duas famílias importantes, os Tapety ligada ao PMDB, que teve dois representantes no período estudado, e um da família Sá.

Da cidade de Jaicós a família Silveira controla os votos que garantiram a Humberto Silveira mais de 50 anos de vida parlamentar na Assembléia, sempre pelos partidos descendentes

---

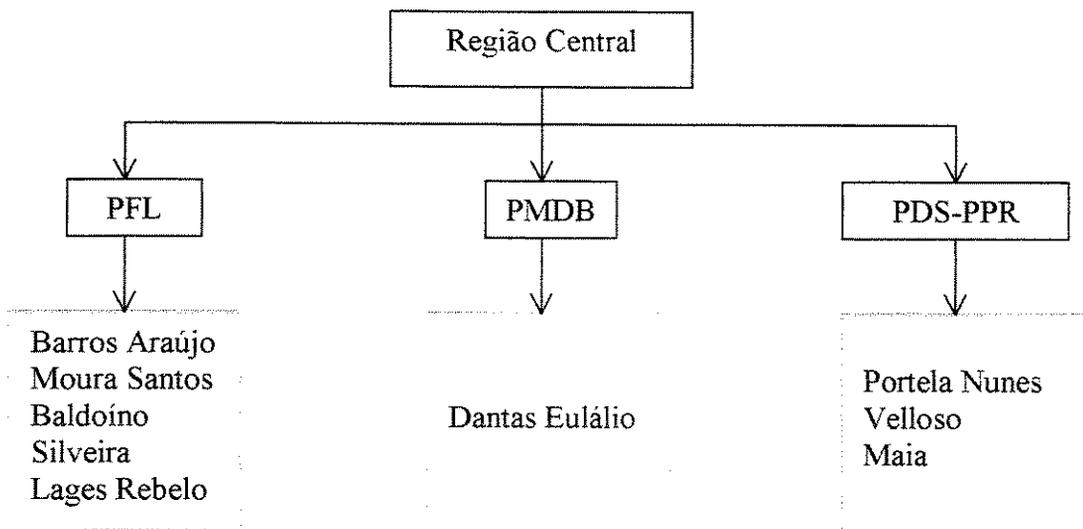
<sup>101</sup> Segundo Leôncio Rodrigues, é exatamente nas regiões menos industrializadas e menos urbanizadas que o PFL, juntamente com o (ex) PDS de onde se originou, conseguiram os seus melhores resultados, principalmente na região Nordeste. op. cit., p. 25-26.

<sup>102</sup> Estes partidos controlam a maioria das prefeituras da região e possuem o maior número de representantes eleitos. Vale dizer que aparecem apenas os partidos que obtiveram representação durante o período.

do PSD, atualmente no PFL. Na cidade de Valença os Veloso, que já tiveram o governador Djalma Veloso, dividem a cena política com os Portella e a certa distância com os Lima Verde.

A cidade de Picos concentra pelo menos quatro importantes famílias na disputa eleitoral: Barros Araújo, que forneceu três representantes pelo PFL, e as famílias Nunes e Baldoíno que possuem ligação com a primeira<sup>103</sup>. Os Nunes por sua vez também têm relacionamento familiar com os Portella. Por último, os Moura Santos, que nas três últimas legislaturas foi representada pelo deputado estadual Warton Santos, do PMDB.

### Organograma 2: Famílias e Partidos na Região Central do Piauí, 1982-1994



Fonte: Pesquisa de campo.

O comando político destas famílias ancorado na tradição e com vastas quantidades de terras faz destes municípios um caso clássico de política oligárquica, permanecendo com grande vigor os resquícios da estrutura de poder arcaica e tradicional a despeito das transformações quantitativas ocorridas nos últimos anos na estrutura socioeconômica do Estado e na expansão do contingente eleitoral que permitiu também a crescente participação político-eleitoral, a extensão da cidadania, via sufrágio universal.

Algumas dessas famílias, embora possuam influência e importância no comando municipal, não adentram na disputa estadual, mantendo-se como elementos de ligação, como

<sup>103</sup> A família Barros Araújo esteve representada em todas as legislaturas com os irmãos Antônio e Abel Barros e o filho do primeiro, Kennedy Barros.

prepostos de outros grupos e famílias mais importantes. No interior dessas oligarquias dominantes, os laços internos muitas vezes são mais fortes que os partidários, e o exercício político aparece como um fim em si mesmo. A cada eleição exercem grande atividade no apoio ou mesmo entrando na disputa com filhos, sobrinhos, parentes, afilhados e compadres, pondo em jogo sua afirmação, o poder, a auto-estima e a sobrevivência política familiar, geralmente saindo-se vitoriosas e robustecidas em seus patrimônios político e econômico<sup>104</sup>.

## 2.6. AS OLIGARQUIAS DO NORTE

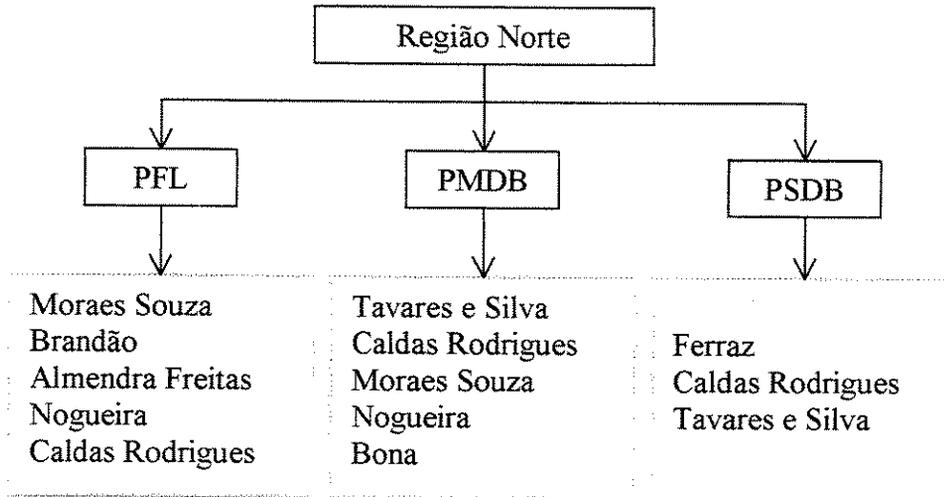
Do início da colonização aos dias atuais as diversas regiões do Estado tiveram ritmos e processos de devassamento, ocupação e desenvolvimento diferenciados. O desequilíbrio nas políticas públicas de desenvolvimento interno sempre priorizaram a região Norte. Isso foi em grande escala uma opção política deliberada das elites dirigentes, uma vez que todos os governantes do Piauí desde a década de 50 provêm dessa parte do Estado. Ao longo da história essa lógica política apresentou uma concentração exagerada das atividades econômicas e de políticas de investimentos, créditos e a formação de infra-estrutura econômica e social naquela região – indústrias, estradas, eletrificação, comunicações etc –, desconheceu as potencialidades naturais da sua porção sul e relegou-lhe as possibilidades concretas de desenvolvimento sustentável, duradouro e transformador da pobreza em riqueza, o que aprofundou as distorções e os desequilíbrios regionais no desenvolvimento do Estado. Assim, o Piauí concentra desigualdades econômicas e sociais marcantes de Norte a Sul, como a má distribuição da riqueza, da renda e do poder político, expondo de modo claro as diferenças entre dois “Piauí” distintos.

A região Norte piauiense é economicamente mais rica, mais urbanizada e desenvolvida que o Sul do Estado. Mesmo assim o quadro político não difere muito do que se observa na sua porção Sul. Isso porque o relativo dinamismo socioeconômico da região não pôs fim às velhas práticas políticas e no mando de velhas oligarquias donas de grande patrimônio

<sup>104</sup>Da mesma forma, Graham já observara esse fenômeno na sua análise sobre o clientelismo no Brasil do século XIX. Graham, Richard. Pág. 312.

político e econômico, nem diminuiu o poder das famílias<sup>105</sup>, ou seja, reproduz-se no presente as práticas políticas do passado. Tal como nas regiões mais pobres, predominantemente rurais e de baixo nível de urbanização, o Norte do Estado encerra várias oligarquias, entre elas a família Almendra Freitas. O organograma abaixo mostra as principais famílias da região, por partidos.

**Organograma 3: Famílias e partidos da região Norte do Piauí**



Fonte: Pesquisa de campo.

Ainda sobrevivem com certo grande força eleitoral as famílias Moraes Souza e Tavares e Silva, de Parnaíba. Num segundo plano, os Caldas Rodrigues, de Parnaíba, os Nogueira, os Mourão e os Brandão, todos antigos clãs de Pedro II, e os Lages Rebelo, de Esperantina. Em Campo Maior, predominam duas famílias em constante disputa: os Melo e os Bona, todos apoiados em grande prestígio, tradição e influência políticas e com vários representantes e prepostos eleitos na Assembléia Legislativa do Piauí durante o período estudado.

A região Norte possui individualmente os maiores colégios eleitorais, assim, elege mais representantes. Foram 12 deputados eleitos em 1982, 15 em 1986 e 1994, e 14 em 1990, ou 43,6% das 30 cadeiras em disputa.

<sup>105</sup> Os municípios mais privilegiados na região Norte são também os mais ricos e possuem famílias politicamente influentes em suas respectivas bases. Em 1982, o município de Pedro II elegeu dois deputados federais (Milton Brandão e Ciro Nogueira, duas famílias tradicionais) e três estaduais (Wilson Brandão, Aquiles Nogueira e Juraci Leite) e a cidade de Parnaíba com três representantes.

## 2.7. O CASO DE TERESINA

Como se viu anteriormente, de modo geral, só recentemente o Piauí vem experimentando um desenvolvimento e transformações econômicas mais dinâmicas e grande parte dessas modificações está concentrada em Teresina. Sendo a única capital interiorizada do Nordeste encontra-se estrategicamente localizada como entreposto econômico com o Norte do país, posição que acentua a sua importância no fluxo de comércio entre as duas regiões. E exatamente por sua dinâmica atividade comercial, tornou-se uma referência para toda a região, especialmente para os Estados do Maranhão e do Ceará<sup>106</sup>. A sua condição de capital assegura-lhe também a posição de maior e mais importante núcleo urbano e a única cidade do estado com características de desenvolvimento econômico e social presentes nos maiores centros do país.

Teresina, como a área de maior concentração populacional do Estado, elevou sua participação de 37,7% (339.042 habitantes) do total da população urbana piauiense no final da década de 1970, para 40,7% (556.911 habitantes) em 1991<sup>107</sup>. Esse crescimento demográfico acelerado de Teresina pode ser explicado em função de sua condição de cidade sede do Governo estadual e por concentrar a quase totalidade das atividades econômicas do Estado, as indústrias, o comércio e o subsetor de serviços (saúde, educação, habitação, comércio e finanças), o que propicia relativamente uma maior oportunidade na oferta de emprego e renda para a população.

A análise dos indicadores econômicos da capital mostra que no setor primário a participação de Teresina é inexpressiva, com a maior parte da produção voltada para o consumo interno. Já o setor industrial também apresenta uma estrutura frágil, principalmente no que diz respeito à geração de empregos pois emprega somente 10,8% da população e participa com apenas 6,5% da renda distribuída. Os dados abaixo mostram a pequena estrutura industrial na economia de Teresina.

---

<sup>106</sup> Os dados estatísticos aqui apresentados constam das seguintes publicações oficiais: *Consumo de Produtos... Plano Diretor do Sistema Estadual de Indústria e Comércio*, SIC, Teresina, 1984; *Plano Plurianual: 1993-1995*, SEPLAN, 1993; *Sondagem Conjuntural na Indústria de Transformação do Piauí*, SEBRAE-Pi, 4.º semestre de 1992, e o livreto *Piauí em Ação*, editado pelas Câmaras Setoriais, Teresina, 1998.

<sup>107</sup> Isso equivale a 349.609 habitantes. Carta Cepro, op. cit. p. 39.

**Tabela 6: Empresas segundo o porte, número e porcentagem: Teresina, 1993**

<b>Porte</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem</b>
Micro /Pequena	661	94,7
Médias	28	4,0
Grandes	09	1,2
<b>Total</b>	<b>698</b>	<b>100</b>

Fonte: FIEPI.

A agricultura de auto-suficiência e a pecuária extensiva aliadas à exigüidade de indústrias na capital fazem com que a grande fonte geradora de empregos e renda seja o setor terciário que engloba os segmentos serviços, comércio e outros. Nesse meio, as atividades mais importantes da economia local se localizam no Governo, que aparece como o maior empregador, concentrando 24,5% da população e no comércio, que participa com 19,1%.

De qualquer forma, Teresina possui uma maior diversificação e participação dos estratos sociais excluídos, reivindicam maior participação social e expansão da cidadania (sindicatos, cooperativas etc.), buscando ocupar espaço próprio, ameaçando romper as formas de tutela urbana atuando como mobilizadores da sociedade. A rigor, isso se explica por algumas condições essenciais presentes na capital: é a sede político-administrativa, por concentrar o maior colégio eleitoral, o maior e mais dinâmico centro industrial e comercial do Estado. Esses indicadores permitiram que no plano político, já de há muito, Teresina se assemelhe aos grandes centros desenvolvidos do país, seja quanto a mobilização, a conscientização do eleitorado, bem como a ruptura com a hegemonia política das oligarquias agrárias. Enfim, Teresina não é base estratégica de nenhuma política de família política tradicional.

As implicações políticas, advindas dos maiores graus de desenvolvimento e urbanização apresentados pela capital e pelas maiores cidades do interior, corroboram plenamente a tese de Soares (1976) de que os centros urbanos e mais desenvolvidos são mais propícios à política oposicionista. Vale dizer que o processo de urbanização da capital atinge elevadas proporções, em torno de 93% em 1991 contra 51% verificados em 1940. Nos períodos eleitorais algumas lideranças de partidos tradicionais hegemônicos – do PFL e do PPB –, reconhecendo o caráter oposicionista dos maiores centros urbanos, muitas vezes privilegiam ou preferem lutar por pequenos colégios do interior desprezando a Capital.

A esse respeito, José Lopes dos Santos (1988) concluiu que os caciques políticos das oligarquias “tinham consciência plena de que sempre perderiam a eleição em Teresina compensando, porém, a diferença, com larga margem de segurança no interior”<sup>108</sup>. Assim, não exerciam aí uma atividade política mais intensa ou agiam com cautela, como a temer que o público recebesse mal sua condição governista. Isso porque “Teresina tem demonstrado inclinações oposicionistas, quase sempre recusando candidatos apoiados pelo partido do poder”<sup>109</sup>, o que permite que a oposição exerça predominância sobre o grande colégio eleitoral do Estado<sup>110</sup>.

De fato, Teresina sempre foi considerada politicamente um reduto oposicionista, ao concentrar um eleitorado urbano mais consciente e ideológico<sup>111</sup>. Nas décadas de 50 e 60 Teresina era tida como tipicamente udenista; no período da ditadura tornou-se emedebista para atualmente ser reconhecida como um abrigo do PSDB e de petistas<sup>112</sup>. Os resultados das eleições de 1990 para deputado federal na capital estabelecem o grau de importância dos contextos urbano e rural na definição das cadeiras.

<sup>108</sup> Santos, J. L. dos. *Política e políticos: eleições /86*. 1º vol., Teresina, Gráfica Mendes, 1988, p. 20. Analisando a fragilidade eleitoral do PDS e do PFL nos embates na capital piauiense concluiu que os candidatos destes partidos não dão ao eleitorado de Teresina a importância devida. O desabafo do autor beira a ira para com a tibieza e a miopia da lógica eleitoral rural destes partidos no Piauí.

<sup>109</sup> Censo Demográfico: Estado do Piauí/Fundação IBGE, 1995 e IBGE., 1991, p.178.

<sup>110</sup> Ver a esse respeito, Santos, J. L. dos, op. cit.; “O eleitor teresinense, notadamente nos últimos anos, tem ido às urnas não apenas para eleger seus representantes, mas, também, para apresentar seu protesto através do voto branco, tendência essa bastante evidente nas eleições de 1990”.

<sup>111</sup> Um importante analista político simpatizante dos esquemas governistas assim se reporta com relação à atitude de candidatos governistas com relação a Teresina: “Teresina é o maior colégio eleitoral que os situacionistas nunca dão a importância que realmente tem... ao longo dos últimos quadriênios [tem havido], de maneira inexplicável, atitude de quase descaso das forças situacionistas em relação a Teresina... Teresina, o maior colégio eleitoral do Estado, é também o mais independente, o mais politizado e o menos comprometido... o eleitor de Teresina vota em quem quer, como quer [e possui uma] tendência oposicionista... Teresina está preparada, amadurecida, emancipada contra pruridos carismáticos absolutamente falsos”. Em contrapartida, “no interior, a situação [em favor do PDS] estava sólida e tranqüila”. Santos, J. L. dos. *Novo tempo chegou*. Teresina, 1983, pp. 94 e segs.

<sup>112</sup> Para enfatizar a condição oposicionista do eleitorado teresinense, contraponto da feição governista dos municípios do interior, pode-se citar ainda três casos: Primeiro, as eleições para vereadores de 1988, na qual o vereador do PT Antônio José Medeiros foi o mais votado entre os 21 eleitos, sendo que dos 10 primeiros colocados, oito eram do PMDB, restando apenas um ao PFL. Segundo, nas eleições para Presidente da República de 1989, o candidato do PT, Luís Inácio da Silva, Lula, obteve no primeiro turno mais de 70 mil votos (32,8%) colocando 24 mil votos à frente de Collor de Mello do PRN, que obteve 25% dos votos válidos. No segundo turno, Lula conseguiu 121 mil votos (60,9%) dos 200 mil eleitores da capital, uma de suas votações mais expressivas no Brasil, em termos absolutos. Por último, as eleições para o governo do Estado em 1990, o ex-prefeito Wall Ferraz (PSDB) venceu o candidato do PFL em Teresina nos dois turnos, com 111.657 votos (49,2%) no primeiro turno, ampliando a vantagem para 126.709 votos (58,3%) no segundo turno. O candidato tucano perdeu a eleição exatamente nos municípios do interior, as bases políticas das oligarquias e dos partidos conservadores, PFL e PPB.

**Tabela 7: Os cinco candidatos a deputado federal mais votados em Teresina, 1990**

<b>Candidatos</b>	<b>Partido</b>	<b>Votação</b>	<b>%</b>	<b>Resultado Final</b>
Antônio J. Medeiros	PT	15.891	7,02	Não eleito
Átila Lira	PFL	15.140	6,68	Eleito
Manuel Domingos	PCdoB	10.673	4,71	Não eleito
Afonso Aragão	PRN	10.374	4,58	Não eleito
Myriam Portella	PSDB	8.028	3,54	Não eleito

Fonte: TSE/TRE-PI; Departamento de Documentação e Informática e SEMPLAM, 1991.

As principais conclusões que se pode tirar dos dados da tabela acima é que o maior colégio eleitoral do estado não tem tanta importância na hora de decidir uma eleição. O voto rural e dos municípios do interior têm um peso maior sobre o voto urbano e “ideológico” – via de regra, direcionado aos partidos de esquerda –, tanto que dos cinco deputados mais bem votados na capital, apenas um foi eleito<sup>113</sup>. Embora os resultados ratifiquem o caráter oposicionista, mais livre, consciente e independente do eleitorado urbano da capital, propalada há muito tempo como um distrito eleitoral da *oposição*, seja qual partido for. Isso permite concluir ainda que o Estado possui duas realidades eleitorais diferentes:

## 2.8. LOCAL DE NASCIMENTO DOS DEPUTADOS

A análise da variável local de nascimento dos deputados objetiva especificamente: a) identificar a base geográfica das composições parlamentares na Assembléia Legislativa e na bancada federal piauiense a cada eleição; b) identificar o peso político de cada região do Estado medido pelo número de cadeiras obtidas a cada pleito; e, c). dimensionar o grau de localismo como uma das faces do regionalismo político estadual. Estas análises serão feitas a partir dos

<sup>113</sup> Os candidatos Antônio José, do PT e Manuel Domingos, do PC do B, tiveram, respectivamente, 32.062 e 22.917 votos. No entanto, seus partidos não conseguiram cociente eleitoral para eleger nenhum deputado federal. Já a grande votação de Átila Lira na capital se deveu à solidificação de seu nome devido às suas tentativas concorrendo à Prefeitura de Teresina e, em certa medida, aos cargos que ocupou em Secretarias de Estado. Por seu turno, Afonso Aragão surpreendeu mais devido ao suporte financeiro de uma fábrica de refrigerantes, na campanha eleitoral, da qual era um dos proprietários da concessão da marca no Piauí.

dados expostos nas tabelas a seguir.

**Tabela 8: Origem dos deputados piauienses na Câmara Federal, por região e legislatura.**

REGIÕES	1982	1986	1990	1994
Norte	06	04	06	04
Centro	02	02	03	02
Sul	01	03	01	02
Outro Estado	-	01	-	-

Fonte: TRE-PI e ALEPI

**Tabela 9: Origem dos deputados na Assembléia Legislativa, por região e legislatura.**

REGIÕES	1982	1986	1990	1994
Norte	12	15	14	15
Centro	04	08	06	08
Sul	08	07	08	04
Outro Estado	03	-	02	03

Fonte: Perfis Biográficos dos deputados Piauienses e ALEPI.

De acordo com as tabelas acima, pode-se dimensionar facilmente o alto grau de localismo geográfico como uma das faces do regionalismo político estadual, uma vez que os deputados, são quase unanimemente nascidos no Estado e este não costuma *importar* candidatos; basta dizer que em todo o período, entre os 117 deputados estaduais, apenas 6 não eram piauienses.

Em 1982, três cearenses conseguiram eleger-se para a Assembléia Legislativa: Ildefonso Dias (PDS) e Elias Ximenes (PMDB), nasceram em Sobral e Tomaz Teixeira (PMDB), nascido em Campos Sales. Em 1986, todos os deputados estaduais eram piauienses e somente um deputado federal não era, Myriam Portella (PDS), eleita para a Câmara quando casada com o cacique político Lucídio Portella. Em 1990, todos os deputados federais eram piauienses, mas três deputados estaduais não nasceram no Piauí: 2 cearenses, Tomaz Teixeira (PMDB) e Nazareno Fonteles (PT) e um carioca, Wilson Brandão (PFL). Em 1994, novamente nenhum “estrangeiro” se elegeu para a bancada federal, mas três deputados, Wilson Brandão e Leal

Júnior, ambos do PFL são cariocas e José Néry (PPR), cearense. Um dado coincidente é que apenas dois Estados forneceram deputados: Ceará e Rio de Janeiro, cada um com três representantes ao longo do período.

Com relação à divisão geopolítica das bancadas, observa-se um nítido desequilíbrio entre as três regiões, com amplo predomínio do Norte do Estado em todos os pleitos, seguido à distância pelas regiões central e sul piauiense. Desagregando-se os dados por nível de disputa, apenas 4 deputados federais nasceram no Sul, o que denota a pouca representatividade daquela parte do Estado em todo o período.

A enorme presença das famílias tradicionais e as sucessivas reeleições dos deputados provocam situações inusitadas como o número reduzido de deputados face as altas taxas de reeleição no Estado: apenas 64 nomes em todo o período ocuparam as 117 cadeiras em disputa. No conjunto das bancadas estaduais, a região Norte, por todas as razões econômicas e demográficas já apresentadas atrás, elegeu mais deputados, 29 ao todo, sendo que destes apenas 9 representantes nasceram em Teresina. O centro do Estado elegeu 16 e a região Sul, 14 deputados. Assim, a observação da variável local de nascimento dos deputados mostra que a distribuição espacial do poder político no Legislativo é desequilibrada.

Com base no fato de que na grande maioria as composições das bancadas estaduais e federais são formadas por piauienses, conclui-se que o Legislativo piauiense é bastante localista e homogêneo e pouco permeável à mobilidade geográfica de membros nascidos fora do Piauí; em última análise, ter raízes sólidas por afinidades e, principalmente, por nascimento numa determinada cidade ou no Estado é um forte requisito à eleição e/ou manutenção de um candidato no Piauí.

Os mapas nas páginas seguintes trazem as cidades natais dos deputados estaduais eleitos nas quatro legislaturas estudadas e mostram de forma mais clara e precisa as afirmações acima.

# CIDADES REPRESENTADAS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA LEGISLATURA: 1994

## LEGENDA:

### NORTE

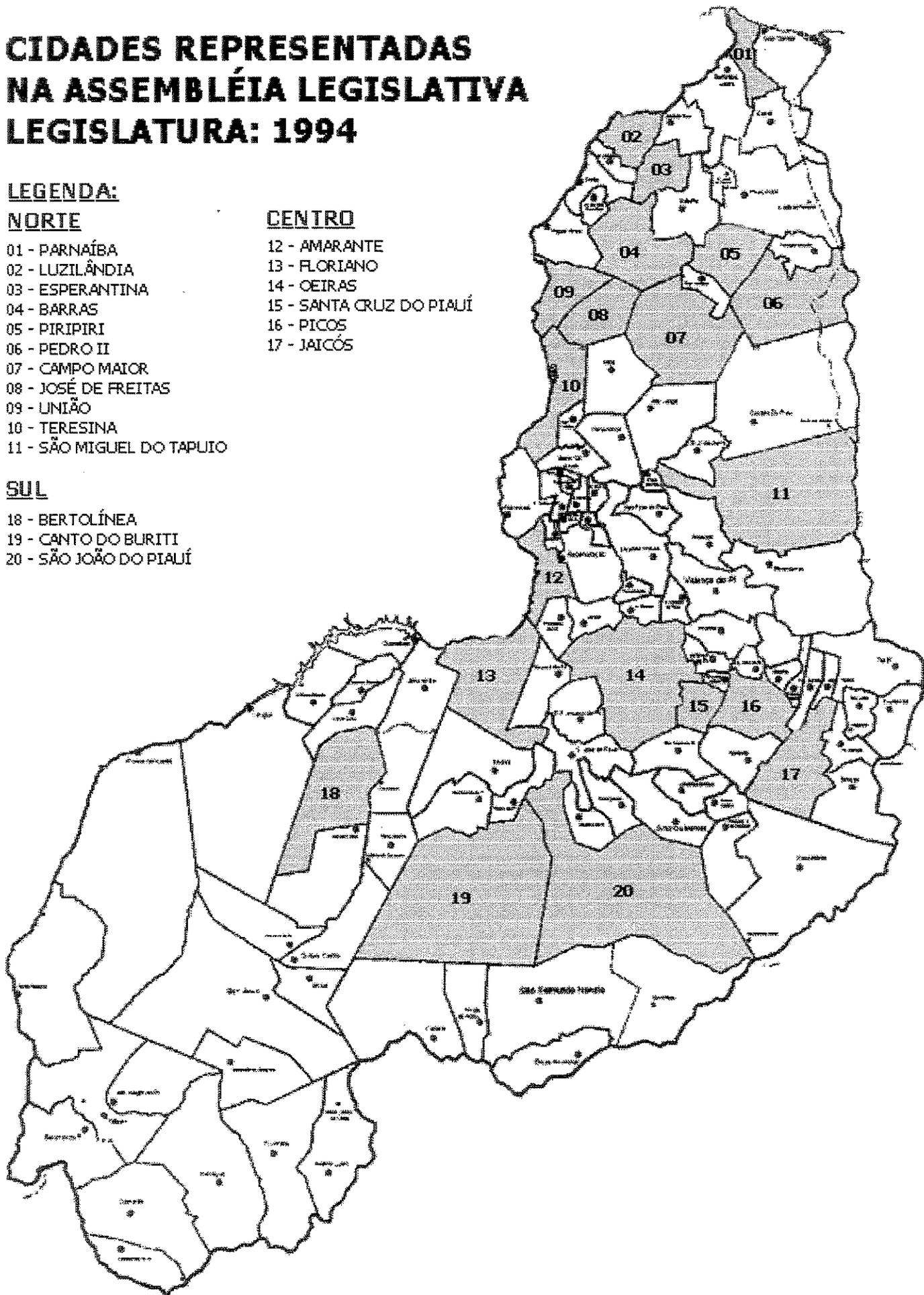
- 01 - PARNAÍBA
- 02 - LUZILÂNDIA
- 03 - ESPERANTINA
- 04 - BARRAS
- 05 - PIRIPIRI
- 06 - PEDRO II
- 07 - CAMPO MAIOR
- 08 - JOSÉ DE FREITAS
- 09 - UNIÃO
- 10 - TERESINA
- 11 - SÃO MIGUEL DO TAPUIO

### CENTRO

- 12 - AMARANTE
- 13 - FLORIANO
- 14 - OEIRAS
- 15 - SANTA CRUZ DO PIAUÍ
- 16 - PICOS
- 17 - JAICÓS

### SUL

- 18 - BERTOLÍNEA
- 19 - CANTO DO BURITI
- 20 - SÃO JOÃO DO PIAUÍ



# CIDADES REPRESENTADAS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA LEGISLATURA: 1982

## NORTE

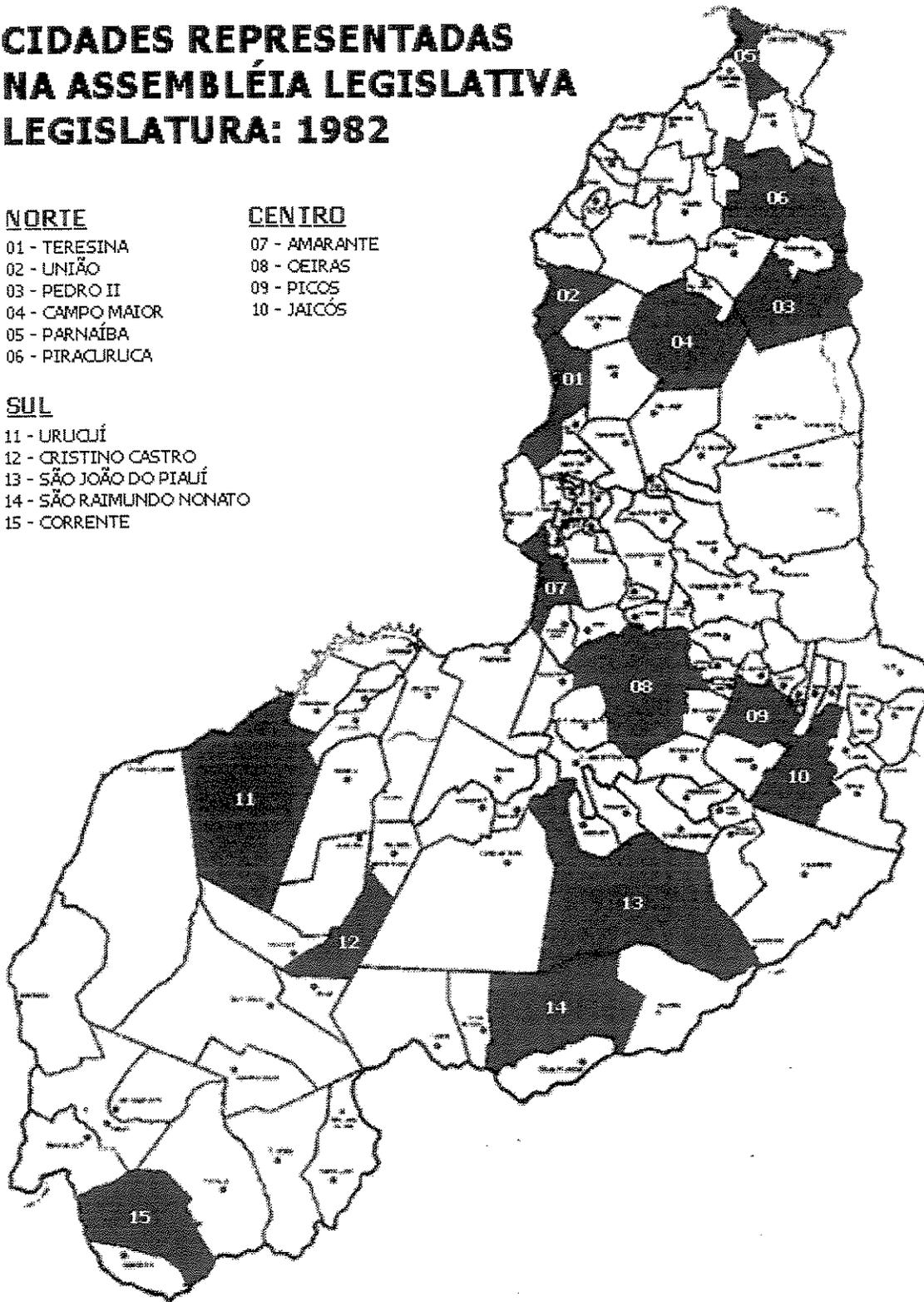
- 01 - TERESINA
- 02 - UNIÃO
- 03 - PEDRO II
- 04 - CAMPO MAIOR
- 05 - PARNAÍBA
- 06 - PIRACURUCA

## CENTRO

- 07 - AMARANTE
- 08 - CEIRAS
- 09 - PICOS
- 10 - JAICÓS

## SUL

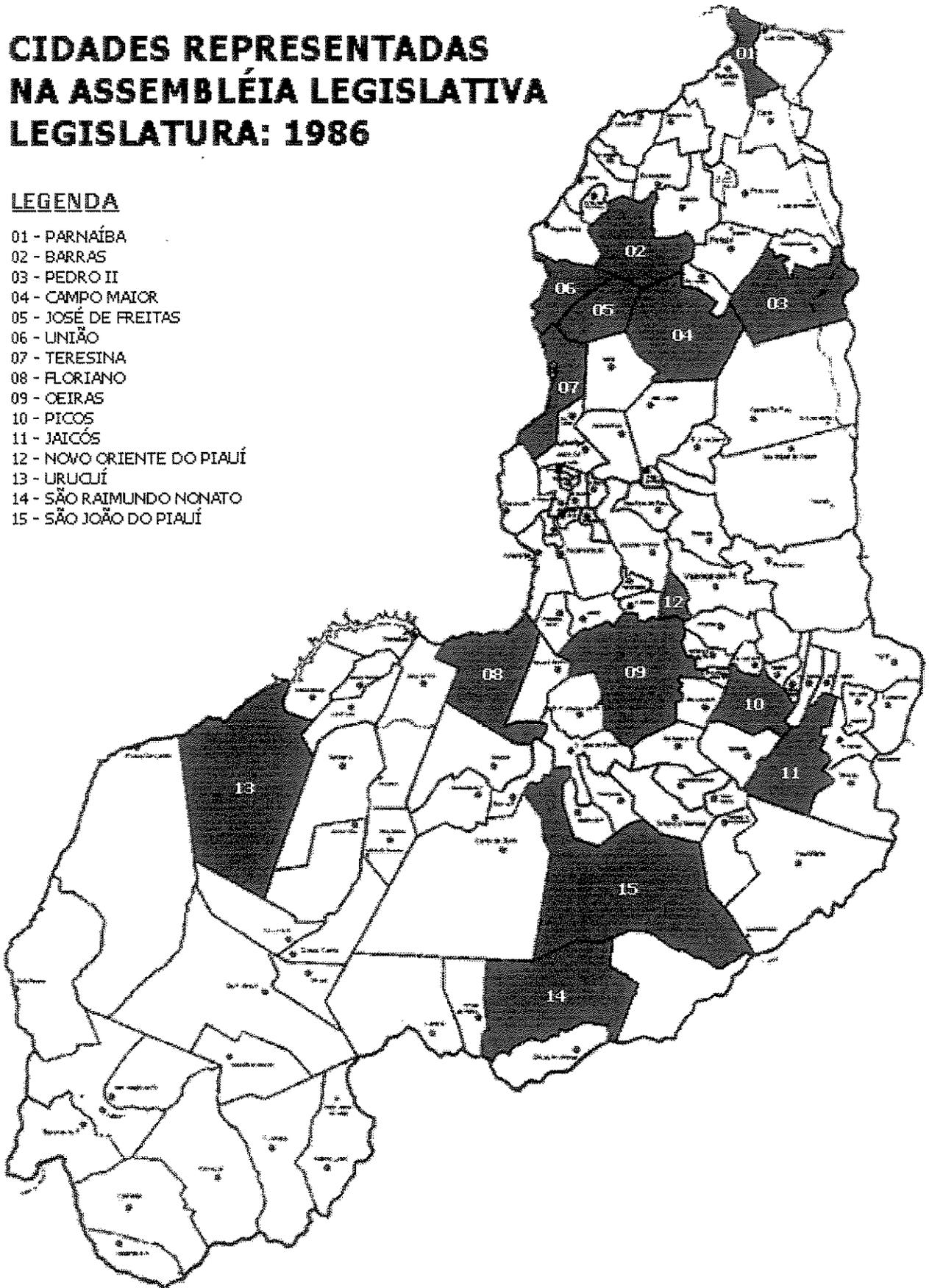
- 11 - URUCUJÍ
- 12 - CRISTINO CASTRO
- 13 - SÃO JOÃO DO PIAUÍ
- 14 - SÃO RAIMUNDO NONATO
- 15 - CORRENTE



# CIDADES REPRESENTADAS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA LEGISLATURA: 1986

## LEGENDA

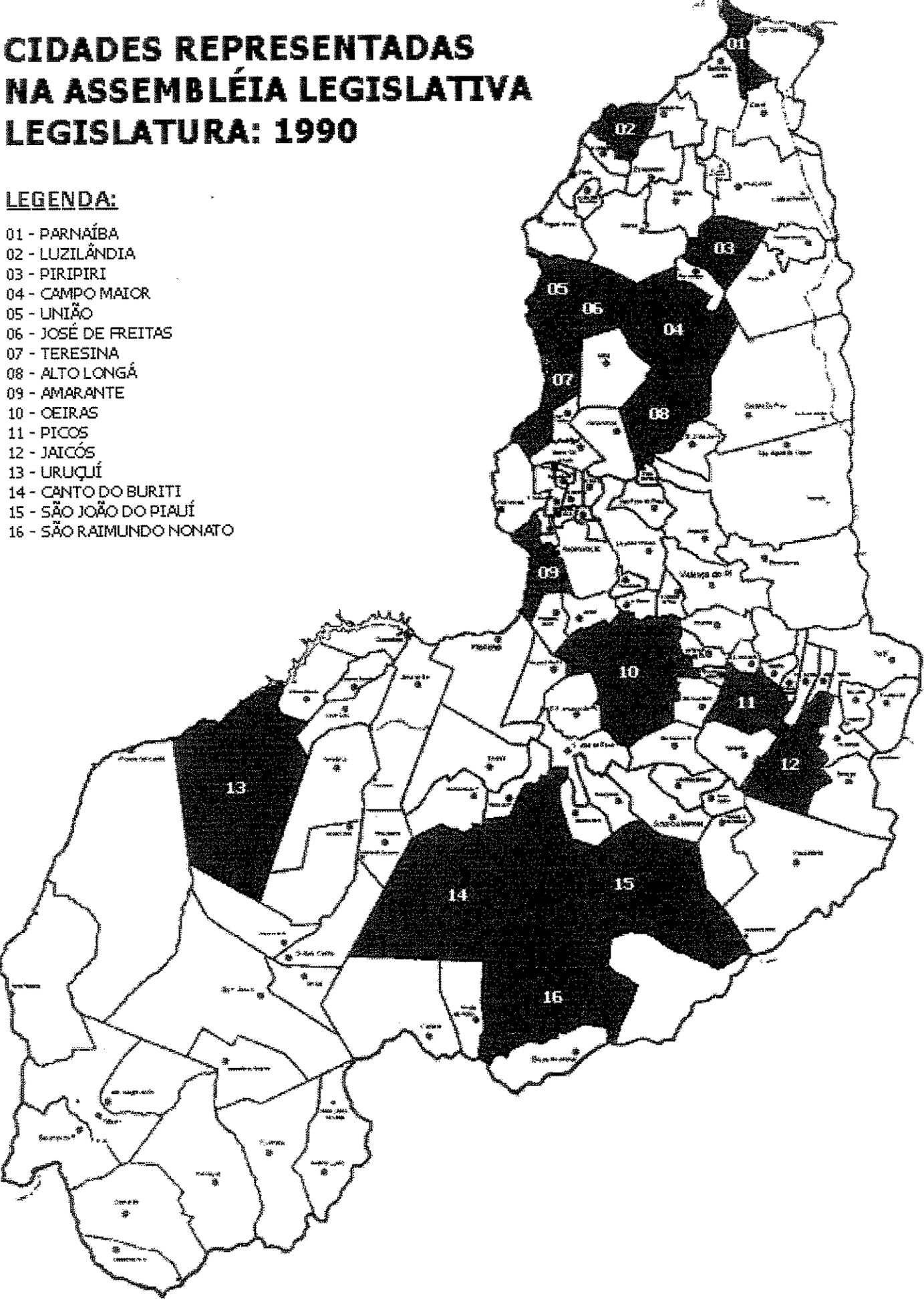
- 01 - PARNAÍBA
- 02 - BARRAS
- 03 - PEDRO II
- 04 - CAMPO MAIOR
- 05 - JOSÉ DE FREITAS
- 06 - UNIÃO
- 07 - TERESINA
- 08 - FLORIANO
- 09 - OEIRAS
- 10 - PICOS
- 11 - JAICÓS
- 12 - NOVO ORIENTE DO PIALÍ
- 13 - URUCUÍ
- 14 - SÃO RAIMUNDO NONATO
- 15 - SÃO JOÃO DO PIALÍ



# CIDADES REPRESENTADAS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA LEGISLATURA: 1990

## LEGENDA:

- 01 - PARNAÍBA
- 02 - LUZILÂNDIA
- 03 - PIRIPIRI
- 04 - CAMPO MAIOR
- 05 - UNIÃO
- 06 - JOSÉ DE FREITAS
- 07 - TERESINA
- 08 - ALTO LONGÁ
- 09 - AMARANTE
- 10 - OEIRAS
- 11 - PICOS
- 12 - JAICÓS
- 13 - URUQUÍ
- 14 - CANTO DO BURITI
- 15 - SÃO JOÃO DO PIAUÍ
- 16 - SÃO RAIMUNDO NONATO



# CIDADES REPRESENTADAS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA LEGISLATURA: 1994

## LEGENDA:

### NORTE

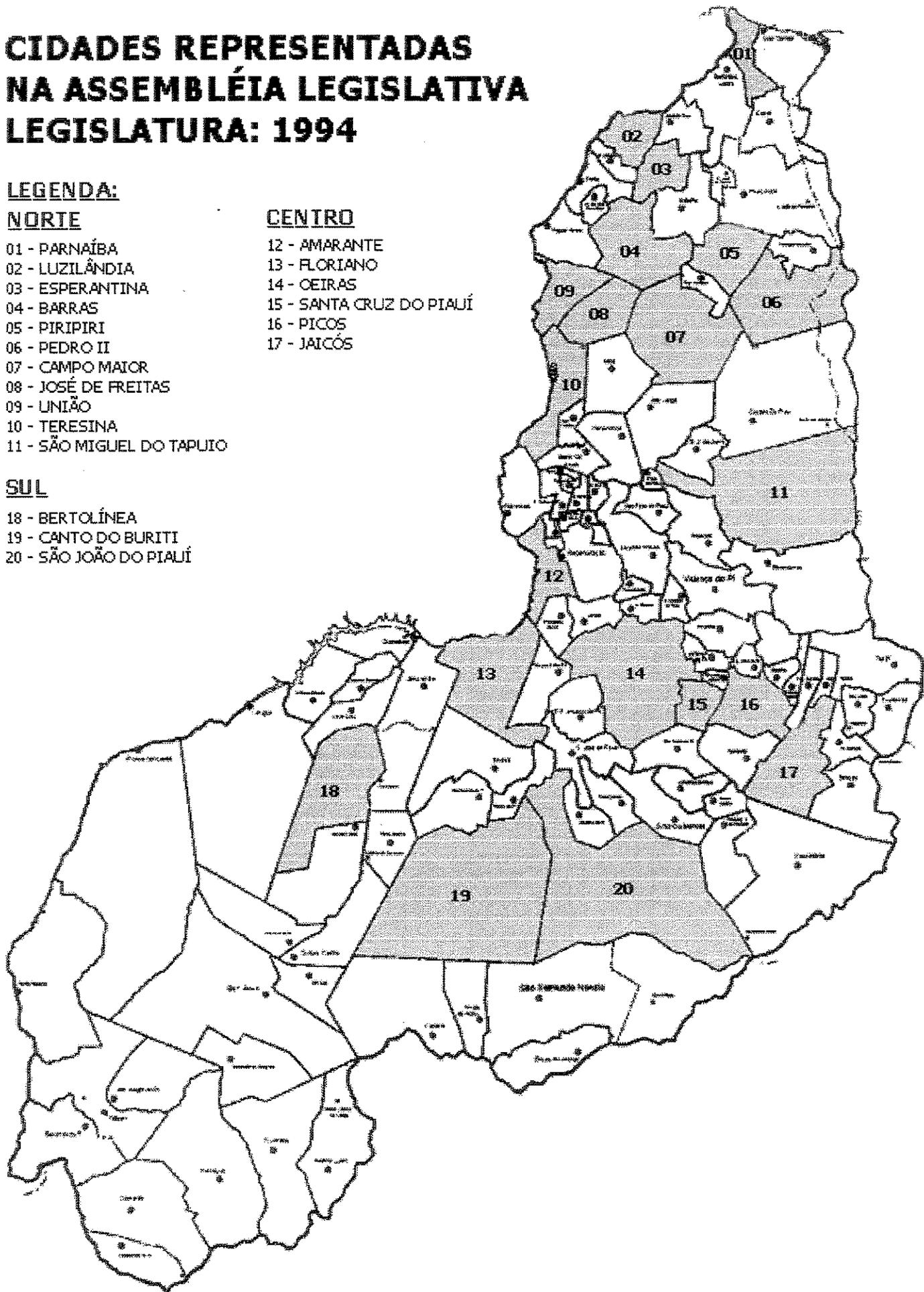
- 01 - PARNAÍBA
- 02 - LUZILÂNDIA
- 03 - ESPERANTINA
- 04 - BARRAS
- 05 - PIRIPIRI
- 06 - PEDRO II
- 07 - CAMPO MAIOR
- 08 - JOSÉ DE FREITAS
- 09 - UNIÃO
- 10 - TERESINA
- 11 - SÃO MIGUEL DO TAPUIO

### CENTRO

- 12 - AMARANTE
- 13 - FLORIANO
- 14 - CEIRAS
- 15 - SANTA CRUZ DO PIAUÍ
- 16 - PICOS
- 17 - JAICÓS

### SUL

- 18 - BERTOLÍNEA
- 19 - CANTO DO BURITI
- 20 - SÃO JOÃO DO PIAUÍ



## 2.9. CONCLUSÕES

A base da hegemonia e poder das oligarquias assenta-se em grande parte na permanência da situação estrutural dos municípios – o analfabetismo, a pobreza, o atraso e o isolamento econômicos, a dependência face aos chefes políticos, o clientelismo. Essa estrutura é a moldura indispensável à estabilidade do subsistema político oligárquico e dos seus atores.

O interior piauiense apresenta um contexto típico de urbanização sem industrialização, com evidentes implicações políticas<sup>114</sup>, ou seja, a pouca conscientização, mobilização e sindicalização nas cidades do interior se reflete na manutenção da política oligárquica. Contrariamente, Teresina, com um eleitorado urbano e mais ideologizado, possui características nitidamente oposicionistas e independentes, embora o voto urbano seja relativamente insignificante face ao voto rural na definição dos pleitos eleitorais.

No que tange a forças partidárias, o PPB, PFL e PMDB controlam nichos políticos determinados. As bancadas destes partidos são robustecidas, especialmente as áreas mais pobres e rurais do Piauí, onde predominam as disputas entre famílias tradicionais, o clientelismo, o assistencialismo, os “currais eleitorais”, a grande concentração fundiária e a relativa insignificância do voto urbano.

Em outros termos, a hegemonia político-eleitoral dos partidos tradicionais e as suas implicações dentro dos Legislativos só são possíveis na medida em que permaneça vigorosa a estrutura socioeconômica estadual<sup>115</sup>. Assim, o grau de urbanização e as diversidades geográficas condicionam até certo ponto a força, a existência e a penetração dos partidos políticos junto ao eleitorado local e tendem a confirmar plenamente as hipóteses formuladas pela literatura.

---

<sup>114</sup> Mas, segundo, Soares, não se trata de colocar a questão em termos de tudo ou nada, uma vez que alguns fatores permanecem, num processo de adaptação, acomodação e/ou mesmo podem transformar-se face às novas realidades e circunstâncias. Há outras condições que a atualidade coloca e que permitem esse modo político, como a apatia e a submissão de grande parcela dos atores sociais e políticos envolvidos no processo. Soares, op. cit. pág. 99 e segs.

<sup>115</sup> Entretanto, também sobrevive graças a “adaptações do sistema e de seus atores às novas estruturas políticas mais amplas, à nova legislação eleitoral, à ampliação da participação eleitoral etc”<sup>115</sup>.

A lógica de atuação política dos representantes é geralmente a busca de adaptação ao sistema político oligárquico e clientelista, e não desafiá-lo. Um caso típico especialmente dos políticos que se beneficiam em maior escala do voto rural dos municípios do interior piauiense. As sucessivas alianças entre as oligarquias estaduais e o coronelismo têm propiciado a sobrevivência das velhas oligarquias e a ordem tradicional, pelas quais as elites políticas continuam fazendo prevalecer a influência da burguesia rural na sociedade local e dentro da arena política, de onde comandam os destinos do Estado e se reproduzem a cada pleito eleitoral.

A desagregação do poder político por regiões do Estado aponta algumas conclusões: num primeiro momento, a análise dos dados sobre a região Norte do Estado mostra que por concentrar a maior parte da população estadual, e, portanto, os maiores colégios eleitorais, inclusive o da capital, é a maior fornecedora de deputados, com uma média de 14 contra 6,5 da região central, e mesmo apresentando grandes vazios demográficos e eleitorais, a região Sul teve em média 6,7 representantes nas quatro legislaturas estudadas.

Para se ter uma idéia da relação entre família e região, os deputados pertencentes à família Paes Landim têm seus votos basicamente na região Sul, com pouca penetração no centro e nenhuma expressão eleitoral no Norte piauiense. De forma geral, a mesma tendência foi observada com a votação dos partidos que tende a coincidir com a feição dos seus redutos, se urbano ou rural. O PFL conseguiu em 1994 cerca de 80% de seus votos em menos de 10 cidades, especialmente em São João, São Raimundo Nonato e parte central do Estado, composta por municípios pobres e de perfis nitidamente rurais. Em Teresina, o partido não atinge os 35%. Já o PSDB possui uma feição mais urbana e concentrou 78,3% de seus votos para deputado estadual em apenas três cidades (Teresina, Parnaíba e Piriipiri). O PT obteve 74,6% de seus votos em três grandes cidades (Teresina, Picos e Barras), da mesma forma que o PC do B é outro partido eminentemente urbano e naquela eleição apenas Teresina foi responsável por 71,8% de seus votos<sup>116</sup>.

Por outro lado, a realidade educacional da população piauiense, especialmente do

---

<sup>116</sup> Todos esses dados foram fornecidos pelo TRE-PI. De certa forma, esse caráter local também perpassa os perfis partidários de outros Estados da federação; o PMDB seria um partido das regiões urbanas, e o PT, da mesma forma, seria mais forte no Sudeste; por seu lado, o PFL é reconhecidamente um partido nordestino, de acordo com Rodrigues, op. cit. (1987),

eleitorado, revela um indicador importante para se entender o quadro de elevadas taxas de manutenção política: 87% do universo de votantes possuem até o primeiro grau, o que no Piauí equivale a um nível cultural muito baixo refletindo sobremaneira no mundo político e possibilitando controle eleitoral mais efetivo via currais eleitorais e o voto de cabresto.

Isso representa um imenso “exército de reserva” eleitoral supostamente com baixíssimo grau de consciência política. Numa palavra, o voto rural ainda é mais importante que o urbano na definição dos resultados eleitorais e na montagem das bancadas legislativas, a despeito do grau de urbanização alcançado pelo Piauí, que até duas décadas atrás era majoritariamente rural. Enfim, os municípios do interior enquanto espaços atuação mais vigorosa e eficiente de algumas famílias políticas tradicionais e por possuírem a maioria do eleitorado, determinam, eleitoralmente, a formação das bancadas sejam estaduais, sejam federais.

## CAPÍTULO 3: FAMÍLIA E POLÍTICA NO PIAUI

### 3.1. FAMÍLIA E PODER POLÍTICO: NOTAS PARA UMA INTRODUÇÃO

Neste capítulo objetiva-se verificar o impacto da relação entre a estrutura familiar e o poder político local dentro do espaço legislativo. A análise é importante para discussão do papel das elites políticas locais no interior do quadro maior de poder e dominação oligárquica pois permite compreender como algumas famílias tradicionais influenciam nos destinos políticos do Estado do Piauí –, via espaço legislativo.

Assim, para que se entenda a teia social e econômica que reveste a estrutura de poder político do Piauí, torna-se necessária a referência à genealogia de algumas das mais tradicionais famílias do Estado. Nesse sentido, o conceito de oligarquia utilizado significa a preponderância ou domínio político de algumas famílias ou grupo de famílias na direção do poder político. Um dos recursos metodológicos utilizados para a demonstração desta estreita relação será através de organogramas dos principais troncos familiares e seus vínculos com regiões e partidos locais.

Nos estudos que tratam da relação entre família e o poder político existe um princípio básico de que o núcleo familiar é o móvel que historicamente vem moldando as relações sociais e políticas no Brasil desde o período Colonial, especialmente no Piauí<sup>117</sup>. Os dados sobre a realidade piauiense tendem a corroborar este princípio básico relativo ao país.

De uma forma geral, o maior predomínio familiar tende a ocorrer em ambientes sociopolíticos específicos e determinados. De acordo com a literatura política e sociológica<sup>118</sup>,

---

<sup>117</sup> Trabalhos recentes discutindo sobre a noção de família como unidade básica desde a colonização e seu papel e importância no desenvolvimento e na estruturação da vida política no Brasil dos séculos XVII ao XIX, veja-se o número 17 da *Revista Brasileira de História* - ANPUH: São Paulo - Marco Zero, vol. 9, setembro de 1988 / fevereiro de 1989, organizado por Eni de Mesquita Samara, especialmente os artigos de Elizabeth Anne Kuznesof. Op. cit. e **Famílias proprietárias e estratégias de poder local no século passado**, de Flávia A. Martins de Oliveira; Entre outros poderíamos citar ainda os trabalhos de Eni de Mesquita Samara *"A Família na Sociedade Paulista do Século XIX (1800-1860)"* (Tese de doutoramento, FFLCH - USP, 1980); Com relação especificamente ao Piauí, consultar a obra de Tanya Brandão, op. cit.

<sup>118</sup> Schwartzman, op. cit.; Chilcote, op. cit.; Soares, op. cit.; Kuznesof, op. cit.

quanto menos urbanizado, menos industrializado e mais isolado o local, maiores são as tendências de manutenção de uma dinâmica política dominada por redes familiares reforçadas pela obediência político-eleitoral que o eleitorado presta a esses grupos.

Segundo essa literatura, os impactos da atuação da família sobre as estruturas social e econômica brasileiras podem ser buscados em dois pontos: nas relações de parentesco e na relação da família com o sistema político. Com base nestes indicadores, os clãs familiares buscam nas disputas eleitorais não apenas a conquista do espaço político, mas também a manutenção e a ampliação da sua força econômica<sup>119</sup>. Kuznesof ressaltando o papel da família enquanto instituição política e social no Brasil afirma que, nesse meio ambiente o parentesco, a ajuda mútua, a troca e o clientelismo entram, de fato, como bases ou atributos capitais da estrutura política oligárquica<sup>120</sup>, ou seja, como pilares de sustentação de seu poder<sup>121</sup>.

O papel político da família no Brasil, de acordo com esses estudos sobre as elites regionais, foi de extrema importância enquanto força motriz do desenvolvimento da estrutura econômica e, sobretudo, do sistema político brasileiro do séculos XVII e XIX. Dessa forma, as oligarquias locais foram meios importantes através dos quais as “economias regionais conquistaram reconhecimento e desenvolvimento nacionais, e os partidos locais se transformaram em partidos nacionais”<sup>122</sup>.

Até a primeira metade deste século, o cenário político era, via de regra, controlado pelos chefes políticos ou potentados locais – os “coronéis” – que, por sua influência, poder e atuação política conseguiam votos e elegiam seus candidatos e protegidos. Estabelecia-se uma rede de influências que ia do município ao poder Central<sup>123</sup>. Atualmente, este processo perdeu força e sentido em quase todo o país, mas ainda persiste modificado e adaptado às novas realidades, especialmente nas zonas menos urbanizadas e industrializadas de Estados social e

<sup>119</sup> Sobre esta questão, consultar Oliveira, Flávia, op. cit. p.75.

<sup>120</sup> Kuznesof, op. cit. p. 48.

<sup>121</sup> De acordo com Bilac, op. cit., até 1930, os atributos mais importantes na pavimentação de carreiras políticas eram os laços pessoais e a propriedade da terra; após a emergência dos processos de urbanização e da industrialização e do aumento da burocracia urbana, os setores médios entram em cena e a ocupação de cargos públicos passou a se constituir num degrau potencial para uma carreira política.

<sup>122</sup> Kuznesof, op. cit. p. 62.

<sup>123</sup> As bases teóricas desse fenômeno já foram discutidas no primeiro capítulo deste trabalho. Para mais detalhes, consultar Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto...* op. cit.

economicamente atrasados, como o caso do Piauí.

Em nível local, a proximidade dos principais e mais antigos núcleos familiares tradicionais com as esferas executivas e legislativas ao longo da história, permitiu o fortalecimento e o predomínio de relações tipicamente clientelistas e patrimonialistas que se estendem até nossos dias. As elites econômicas e as elites políticas confundem-se e administram a esfera pública como se fossem seus negócios privados, especialmente através da distribuição de prebendas e no assistencialismo às demandas e interesses de suas áreas de influências e a seus protegidos e afilhados.

### 3.1.1. O caso piauiense

De acordo com a vasta bibliografia consultada constatou-se que em diversas unidades da federação, os quadros legislativos em grande parte também expressavam a continuidade histórica das oligarquias no poder, especialmente nos Estados do Nordeste<sup>124</sup>. Cabe agora observar como isso ocorre dentro do cenário político piauiense. O ponto de partida é a observação de que ocorre um contínuo revesamento, algumas famílias ao longo da sua história manipulando as várias esferas do espaço político, enfim, as elites mantinham e mantêm o recrutamento sob um rígido controle.

O resgate histórico oferecido pelo estudo da gênese da sociedade piauiense mostra que desde os primeiros momentos o núcleo familiar vem sendo a unidade básica na organização política no Piauí<sup>125</sup>. Assim, o poder político dos “clãs” familiares é um instrumento muito relevante no recrutamento da elite política e nos resultados eleitorais, nos níveis local ou estadual.

A elite política dominante no Piauí está integrada a uma teia de relações em diversos

---

<sup>124</sup> Entre alguns dos trabalhos que se propuseram a discutir as bases sociais das quadros políticos podemos citar: Abelardo Montenegro, sobre a estrutura ocupacional dos partidos no Ceará (1958); Leopoldi, sobre Minas Gerais (1973); Moreira, sobre o Estado da Guanabara (1967); Beatriz Bilac, op. cit. e ainda o clássico livro do professor Gláucio Soares, *Sociedade e Política...* op. cit. p. 136 e segs.

<sup>125</sup> Para o caso do Piauí, ver Brandão, op. cit.; Bastos, op. cit.

níveis de cooperação, competição ou conflito entre si<sup>126</sup>. Ao longo da sua história algumas famílias estabeleceram sua hegemonia sobre a economia e a política local. Manipulando estes espaços, as elites mantinham e mantêm o recrutamento sob um rígido controle e, nesse meio, a cooptação constitui um mecanismo importante para restringir o acesso ao poder<sup>127</sup>.

A íntima presença e permanência das redes familiares, geração após geração, na condução e administração do poder político, enquanto um fenômeno de longa duração, tem permitido que os interesses privados extrapolem para os espaços públicos, visando o controle e a própria reprodução do patrimônio e da riqueza entre si.

Os dados empíricos levantados permitem concluir que existe uma extensa atuação dos grupos familiares no comando político do Estado, os quais estão envolvidos vários aspectos: sociais, culturais, políticos e econômicos. Para além de um fator local e regional, na opinião de Dória, esta é uma peça fundamental e característica da política nacional. Segundo constatou, é exatamente, “através desses agentes sociais, titulares de cargos públicos, altos funcionários da burocracia e prósperos comerciantes, que estruturam-se as instituições políticas e as regras de dominação e de exercício do poder sobre o Brasil”<sup>128</sup>.

De forma geral, as práticas e a atuação política destes grupos familiares envolvidos com o poder político, ideologicamente, revelam traços característicos do discurso populista<sup>129</sup>, ou seja, colocam-se na linha de frente do que consideram “a defesa dos necessitados e humildes”, com especial ênfase no papel assistencialista ou paternalista voltado para a distribuição de benefícios e na assistência e amparo da população carente<sup>130</sup>. Segundo uma liderança estadual, nestas duas últimas décadas a política do Piauí teria evoluído de uma “oligarquia tradicional para o sistema familiar assistencialista” e dessa forma os recursos públicos “são pulverizados nesse clientelismo brutal, predominante em todo o Piauí”<sup>131</sup>.

---

<sup>126</sup> A demonstração desses vínculos será feita mais adiante.

<sup>127</sup> Este é um dos pontos básicos apontados por Schwartzman para caracterizar as bases da dominação oligárquica no Brasil.

<sup>128</sup> Dória, Francisco Antônio (et Alii). *Os Herdeiros do Poder*. 2.<sup>a</sup> Edição revista e ampliada, Rio de Janeiro, Revan, 1995, p. 24.

<sup>129</sup> Diniz, Eli, op. cit.

<sup>130</sup> A referência básica aqui se encontra em Diniz, op. cit. especialmente a pág. 196

<sup>131</sup> Ferraz, op. cit. p. 184.

A política de clientela, comum na política local, via de regra, apóia-se na força dos chefes políticos – esta, por seu turno, é medida pelo vigor eleitoral daqueles –, elementos-chave para os políticos de carreira, ou seja, aqueles que detêm vários mandatos eletivos, pois atuam na atração de fidelidades do eleitorado e de lideranças locais<sup>132</sup>. Estes fazem do mandato público uma atividade privada. Em suma, o clientelismo político apóia-se no poder econômico das oligarquias e nos recursos e benesses alocadas junto aos órgãos do governo que são gerenciadas e distribuídas “racionalmente” pela classe política, no caso, os deputados, para suas bases e prepostos<sup>133</sup>.

### 3.2. GEOGRAFIA POLÍTICA E FAMÍLIAS NO LEGISLATIVO PIAUIENSE

A variável família política é um elemento importante no conjunto de fatores que permitem entender o modo político oligárquico em todos os municípios do Piauí, com base no revezamento ou no consórcio de famílias no poder, como mostra o quadro da página seguinte. Muitas vezes, parte da composição das bancadas na Assembléia Legislativa é a expressão ou a caixa de ressonância das disputas pelos recursos escassos, pelo monopólio e hegemonia da política local que ocorre nos municípios do interior piauiense, especialmente naqueles mais populosos, como Parnaíba, Picos, Floriano e mesmo São Raimundo Nonato.

Desagregando os dados sobre localização das famílias no interior do território piauiense, no Norte, especificamente na cidade de Parnaíba, destacam-se duas famílias: os Moraes Sousa e os Tavares e Silva. Os primeiros são herdeiros do período em que o litoral piauiense possuía um dinâmico ramo industrial e era o centro de importação e exportação,

---

<sup>132</sup> A esse respeito, consultar Chilcote, Ronald. **Família e Classe Dominante em Duas Comunidades Sertanejas do Nordeste**, in Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, nº67/68, julho/88 a janeiro/89, p.184-5.

<sup>133</sup> Esses recursos que estão à disposição do Estado que os aloca à disposição dos instrumentos tradicionais, nos períodos eleitorais e na entressafra, podem ser nomeações, verbas, cargos, benesses, empregos etc.

notadamente o século passado e as primeiras décadas deste, hoje completamente decadente. Historicamente, estes clãs ocuparam o espaço político ancorados no patrimônio econômico, no latifúndio e no prestígio secular e nele permanecem entre os grupos oligárquicos de maior expressão no Piauí. Na correlação de forças políticas por espaços e recursos escassos, atualmente, a família possui importantes capitais políticos. Francisco Moraes Sousa (PMDB) é o governador do Estado. Seu irmão, Antônio José, é deputado estadual, eleito pelo PFL, cujo filho, José Filho, é o atual prefeito da cidade de Parnaíba.

À frente do Executivo estadual o governador Moraes Sousa imprime o mesmo estilo populista e personalista na condução dos seus negócios privados. Um indício disso é o alto grau de nepotismo e as denúncias de corrupção por parte de seus parentes na administração pública estadual loteada pelo governador entre vários membros de sua família<sup>134</sup>. A família Moraes Sousa detém ainda o controle da Associação Industrial Piauiense (AIP), que já teve o deputado Antônio Moraes Sousa como presidente por vários mandatos.

A família Tavares e Silva, também da cidade de Parnaíba, está representada pelo ex-governador e ex-senador e o então deputado federal Alberto Silva (PMDB)<sup>135</sup>. No pleito de 1994, seus filhos, Paulo Silva (PSDB) e Suzana Silva (PMDB) não conseguiram eleger-se (ele para o terceiro mandato de deputado federal e ela para deputado estadual). Seu sobrinho João Silva (PMDB) também não conseguiu renovar sua cadeira na Assembléia.

---

<sup>134</sup> A lista de familiares e de seus excessos nos órgãos do governo pode ser consultada na imprensa escrita do Estado, especialmente no jornal Meio Norte, diário ligado às idéias dos líderes do PFL no Piauí, que assumiu desde o início do primeiro mandato do governador uma postura de oposição e crítica cerrada.

<sup>135</sup> Nas eleições de 1998, Alberto Silva abandonou a cadeira de deputado federal e assumiu uma das vagas abertas para o Senado federal.

**Tabela 10: Distribuição geográfica das famílias segundo os partidos representados na Assembléia Legislativa do Piauí, 1995-1999**

Regiões do Estado	Cidade	Família	Partido
Norte	José de Freitas	Almendra Freitas	PFL
	Parnaíba	Tavares e Silva	PMDB/PSDB
	Parnaíba	Moraes Souza	PMDB/PFL
	Pedro II	Brandão	PFL
Centro	Pedro II	Nogueira	PMDB/PFL
	Valença	Portella Nunes	PDS-PPR
	Picos	Barros Araújo	PFL
	Picos	Eulálio Dantas	PMDB
Sul	São Raimundo Nonato	Castro Macedo	PMDB/ PDS-PPR
	São João do Piauí	Paes Landim	PFL/PMDB

Fonte: Publicação interna da Assembléia Legislativa do Piauí, 1997.

A família Freitas, cuja base eleitoral é a cidade de José de Freitas, está representada nas várias esferas do Legislativo. Na legislatura 95-99 elegeu os senadores Freitas Neto e Hugo Napoleão, que são parentes. Primo de ambos, Robert Freitas reelegeu-se para seu terceiro mandato estadual, e tem outros parentes eleitos em sua base eleitoral original, todos pela legenda do PFL.

Por último, a família Nogueira, cujo tronco principal está baseado na cidade de Pedro II, no Norte do Estado, o deputado federal Ciro Nogueira Filho sucedeu seu pai, o também ex-deputado federal Ciro Nogueira (PFL) e seus tios, Achilles e Manoel Nogueira Filho (PFL), não conseguiram se reeleger para a Assembléia mas ocuparam cargos de destaque em órgãos públicos de importância estratégica dentro do Estado. São filhos e neto que seguem as pegadas da carreira política do pai, o ex-deputado estadual Manoel Nogueira Lima, iniciada na década de quarenta. Além destas, também é possível incluir os Lages Rebelo da cidade Esperantina, com alguma tradição na política estadual.

Na região centro do estado, a família Portella teve em 1994 uma performance discreta pelo paulatino declínio da hegemonia do esquema político e do clã liderado por Petrônio por mais de vinte anos. Com base política na cidade de Valença e penetração em todo o interior do Estado, o senador Lucídio Portella (PPB) permaneceu como senador, cumprindo sua segunda parte do mandato na Câmara Alta do País. Seu irmão Elói Portella era suplente de senador. Já seus

parentes Jônathas Nunes e Carlos Luís Nunes de Barros não conseguiram eleger-se, o primeiro para mais uma temporada na Câmara e o segundo para a Assembléia. Marcelo Coelho, sobrinho de Petrônio, após dois mandatos sucessivos, não concorreu à reeleição em 1994, mas era candidato a vice-governador na coligação com o PFL.

Ainda na região central, a cidade de Picos também confirma a sua expressiva importância política com grande participação no provimento de nomes para cargos públicos, estando representada por duas famílias tradicionais: os Barros Araújo (PFL) e os Dantas Eulálio (PMDB). Também existe a família Tapety (PMDB e PFL), com vasta experiência na política estadual, com base eleitoral na antiga cidade de Oeiras, que rivaliza com a família Sá, com um representante na Câmara Federal. Da cidade de Jaicós a família Silveira (PFL) encontra-se representada ininterruptamente desde a década de 50 por um mesmo deputado, Humberto Silveira.

Durante o período estudado, o Sul do Estado apresentou duas famílias principais: Castro Macedo e Paes Landim. A primeira, que tem base política na cidade de São Raimundo Nonato, forneceu cinco representantes, os deputados estaduais Marcelo Castro, do PMDB, Waldemar Macedo, do PFL, Newton Macedo do PDS e Sabino Paulo, do PFL. Já a família Paes Landim, cujo tronco familiar é baseado na cidade de São João, possui penetração em todo o Sul do Piauí. Na legislatura 95-99, possuía três deputados, sendo dois estaduais e um federal. Para a Assembléia reelegeram-se Paulo Henrique e seu sobrinho, José Ferreira e José Francisco Paes Landim, que cumpria seu terceiro mandato em Brasília, todos pelo PFL, além dos vereadores que pertencem à parentela, eleitos em algumas cidades da sua região de influência.

É dentro de um quadro socioeconômico com baixos indicadores de educação, riqueza e saúde que se dá a atuação dessas famílias políticas tradicionais. A capitalização racional dessas condições através do assistencialismo e do clientelismo tem permitido a sobrevivência dos elos oligárquicos e o controle econômico e político do Piauí. Aqui vale citar Soares, para quem “as reduzidas dimensões do município, em comparação com o Estado, permitem um número maior de casos de dominação econômica por uma família”<sup>136</sup>. O resultado é a perpetuação em moldes “hereditários” e o loteamento do poder político entre estas poucas redes familiares, enfim, a

---

<sup>136</sup> Soares, *op. cit.* p. 110.

cristalização do mando oligárquico.

Em resumo, os mais influentes troncos familiares presentes no poder na Assembléia Legislativa estadual são: os Moraes Sousa, os Dantas Eulálio, os Brandão, os Paes Landim, Rocha Leal e os Castello Branco<sup>137</sup>. Isso se dá na medida em que estas redes familiares possuem os maiores capitais políticos no Estado, ou seja, têm mais parentes políticos exercendo cargos públicos eletivos e estratégicos, como deputados, senadores, prefeitos, vereadores. A título de ilustração, dos 40 parlamentares eleitos em 1994 para as duas casas, estas famílias possuem 15 representantes, ou 37,5%, o que aponta sua enorme influência e poder político no piauí. Nas suas bases eleitorais saem sempre vitoriosas nos pleitos eleitorais.

### 3.3. OS PRINCIPAIS TRONCOS FAMILIARES NO LEGISLATIVO

Apoiado nos dados apresentados até aqui, observa-se a sucessão de gerações da classe dominante dentro das composições das bancadas eleitas. A via de reprodução e o recrutamento dos quadros políticos no Legislativo local, ao longo da história, têm passado necessariamente pelos principais troncos familiares do Piauí.

Dentre os principais troncos dois se destacam pelo fornecimento de sucessivas linhagens de políticos ao longo das últimas quatro décadas e, atualmente, possuem vários representantes diretos e prepostos no Legislativo piauiense: as famílias Almendra Freitas e Portella. Embora não se pretenda fazer um extenso e profundo estudo de genealogia destes dois núcleos oligárquicos, é importante destacar que a partir de seu alinhamento transformaram as Casa legislativas em espaço de predomínio de certos partidos e de certas famílias aglutinadas às suas órbitas.

---

<sup>137</sup> A família Castelo Branco é uma oligarquia velha do Piauí, onde seu tronco, Francisco da Cunha Castelo Branco, fixou-se (no Piauí) em começos do século XVIII; era irmão do primeiro conde de Pombeiros. Dória, Francisco A. (org.), *Os Herdeiros do Poder...* op. cit. Apesar da longa tradição política, atualmente possui apenas um representante no Legislativo, o deputado estadual Homero Castelo Branco, do PFL. Apesar de estar no quarto mandato, o deputado sempre consegue presença graças aos remanejamentos, convites de outros deputados para assumir alguma Secretaria de Estado ou à doença de parlamentares. Ou seja, como suplente bem colocado, vem sempre assumindo temporariamente o cargo.

A instituição familiar deita raízes profundas no interior dos partidos, especialmente entre aqueles mais tradicionais, conservadores e mais pragmáticos como o PFL, PMDB e o PPB, comandadas pelas famílias Almendra Freitas, Silva e Portella, respectivamente, dentro dos quais destaca-se o personalismo de suas lideranças que muitas vezes colocam-se acima destas siglas. A partir da primeira metade deste século, estas famílias, que sempre detiveram cabedais econômicos nas últimas décadas, apropriaram-se da esfera política; assim, à frente da elite política local, passaram a controlar grandes fatias de poder, aumentando seu espaço de manobra e influência e afirmando a importância do núcleo familiar como elemento básico da organização política no Piauí.

### **3.3.1. A família Almendra Freitas**

A família Almendra Freitas, de origem portuguesa, desde a sua chegada ao Piauí possui uma longa tradição no comércio de importação e exportação e na indústria extrativa local e é uma das de maior destaque, influência e experiência na política piauiense tanto em nível municipal, como estadual e federal. O fato de estar presente na vida política local e estadual há mais de três gerações permite ao clã desenvolver amplos contatos políticos que vêm contribuindo sobremaneira nas várias eleições e reeleições de muitos de seus descendentes no Estado e no município de José de Freitas, cidade na qual fincou suas raízes a partir do patriarca-mor José de Freitas, tendo ali a sua principal base eleitoral<sup>138</sup>.

Atualmente, os Freitas possuem vários representantes no Legislativo estadual e federal. Todos os deputados e senadores pertencentes a esta família foram eleitos pelo PFL e desde sempre por partidos políticos locais eleitoralmente relevantes, como foi cronologicamente o caso de PSD, Arena e PDS. Um fato a salientar é que todos os troncos familiares de maior influência no Piauí encontram-se sob a bandeira dos grandes partidos tradicionais remanescentes

---

<sup>138</sup> Ver José Lopes dos Santos, especialmente seu livro *Política e Políticos*, op. cit., num ensaio sobre a família Freitas.

da antiga ARENA e do MDB<sup>139</sup>, ou seja, PPR, PFL e PMDB.

Desde o início da década de 50 até a legislatura passada, o clã dos Freitas já forneceu 11 representantes para cargos públicos eletivos, seja no Executivo ou no Legislativo estadual; foram quatro governadores, três senadores, sete deputados estaduais e federais, reeleitos em vários e sucessivos mandatos<sup>140</sup>. A família Freitas e as outras tradicionais famílias políticas formam no estado o cenário político oligárquico típico. Acima de qualquer tipo de domínio político de minorias, o conceito de oligarquia se apresenta aqui como o governo de poucos ou de um grupo de famílias.

O coronel Pedro Freitas governou o Piauí entre 1950 a 1954, quando elegeu seu cunhado Gayoso e Almendra para o governo do Piauí até 1958. Este, apresentou para sucedê-lo um sobrinho seu, José Gayoso Freitas, que era filho do primeiro. Estes dados confirmam a idéia de que o sistema familiar é um importante indicativo da manutenção da política oligárquica dominante no Piauí e obteve um sensível revigoramento após o golpe de 1964 quando, localmente, ratificou-se a hegemonia do esquema oligárquico de 1962 entre as famílias Portella e Freitas<sup>141</sup>.

O organograma 1 a seguir mostra a participação do Clã Almendra Freitas na política estadual a partir do embrincamento com os Gayoso e os Castelo Branco com outras famílias políticas tradicionais.

---

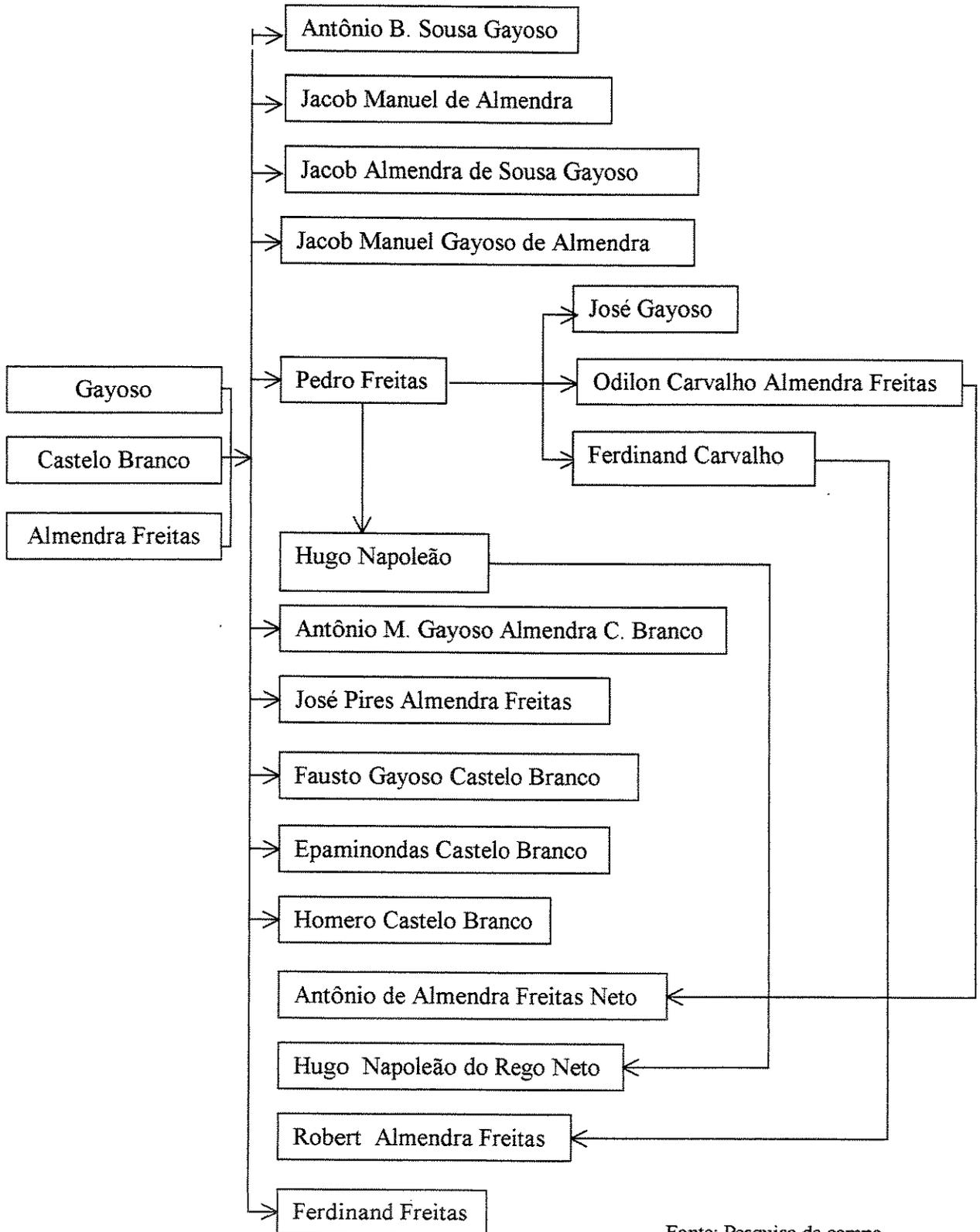
<sup>139</sup> Além dos Almendra Freitas, estão no PFL parte dos Moraes Souza, dos Nogueira, dos Nunes Brandão, os Rocha Leal, os Castelo Branco, parte dos Castro de São Raimundo Nonato e os Paes Landim. Já o PPB é reconhecidamente o feudo político do clã dos Portella. No PMDB, estão troncos familiares importantes como os Tavares e Silva e os Moraes Souza de Parnaíba, os Castro e os Dantas Eulálio da região de Picos.

<sup>140</sup> Obviamente que durante o período militar nem todos os representantes do clã passaram pelo crivo eleitoral, especialmente se o cargo fosse para governador ou para prefeito da capital. Ver a esse respeito Santos, J. L. op. cit., Medeiros, op. cit. p. 64, entre outros.

<sup>140</sup> Ferraz, op. cit. p. 17

<sup>141</sup> Ferraz, op. cit. p. 17.

**Organograma 4: Genealogia das Famílias Almendra Freitas, Gayoso e Castelo Branco**



**Quadro 1: Cargos públicos assumidos pela família Almendra Freitas, 1950-1994**

Família Almendra Freitas	Cargos Públicos
José de Freitas	Deputado estadual
Pedro Freitas	Governador
Jacob M. Gayoso e Almendra	Deputado federal e governador
José Gayoso	Deputado estadual
Jacob Almendra Gayoso	Deputado estadual
Jacob Gayoso de Almendra	Deputado estadual
Odilon Freitas	Deputado estadual
Fausto Gayoso Castelo Branco	Deputado estadual
Ferdinand Freitas	Prefeito de José de Freitas
Antônio A. Freitas Neto	Dep. Federal, governador e senador
Robert Freitas	Deputado estadual
Hugo Napoleão	Senador
Hugo Napoleão Neto	Deputado federal, governador e senador.

Fonte: Pesquisa de campo.

A existência de um grande número de políticos descendentes de um tronco comum e a preponderância de um aglomerado de famílias ligadas por laços de sangue no cenário político, como mostrado acima, tendem a ser rejeitadas como significado de oligarquização por alguns de seus descendentes. Dessa forma, o senador Freitas Neto (PFL) repele o termo “oligarquia” com referência à presença de várias linhagens de sua família na política local. Utilizando o discurso legalista de que o processo eleitoral, via de regra, é a única fonte de acesso ao poder político, ele argumenta enfaticamente que:

*“Absolutamente não existe oligarquia conseguida e conquistada pelo voto. José de Freitas é uma cidade a 50 quilômetros de Teresina (...) e nós sempre ganhamos as eleições no voto, em razão das administrações que fizemos (...); os prefeitos têm sido eleitos disputando democraticamente. Trata-se de uma cidade que, apesar de pequena, apresenta razoável grau de politização (...). não há problema de feudo”<sup>142</sup>.*

O senador procura assim descaracterizar a condição de oligarca ou de herdeiro de uma antiga oligarquia no Piauí amparado pelo guarda-chuva institucional, além do que sobrevaloriza o caráter de conscientização política de um reduto eleitoral fiel, a cidade de José de

<sup>142</sup> Santos, José L dos. op. cit. p. 1038.

Freitas. Só para se ter uma noção da sua ligação e de sua família com aquele município, basta dizer que o nome da cidade é referência a um seu ancestral homônimo, dono da antiga fazenda Nossa Senhora do Livramento, um feudo da família transformado em cidade.

Com relação ao fato de ter sido prefeito de Teresina pela via indireta – biônico –, o senador ressalta mais uma vez o suporte das eleições como via de legitimação do processo. Segundo diz, a nomeação se baseou “em um mandato de Deputado Federal. Eu era Prefeito, mas ao mesmo tempo deputado federal, do meu partido [PDS], então o mais votado da capital”.<sup>143</sup> Já seu primo o deputado estadual Robert Freitas (PFL) prefere assumir a condição de oligarca, afirmando sobretudo, que pertence a “uma oligarquia que faz”, alegando o trabalho parlamentar que realiza. Segundo suas próprias palavras, “em busca de soluções para as populações mais carentes do Estado”.<sup>144</sup> Robert refere-se à sua atuação na alocação de obras públicas (estradas, eletrificação rural e outras benesses) para várias comunidades do interior, via de regra, bases eleitorais estratégicas.

De uma forma ou de outra, o clã dos Almendra Freitas, dadas as alianças políticas ou em decorrência de matrimônios entre parentes e famílias afins, tem-se caracterizado pela sucessão hereditária de políticos no comando do poder político local, como comprova a breve incursão pela genealogia da família.

A família Almendra Freitas, não obstante, mantém uma linha político-ideológica coerente, cujas raízes estão fincadas no antigo PSD. Mais tarde, durante o regime militar (1966-1979) este núcleo do esquema “Portelista” seguiu como a linha de frente da ARENA piauiense. Com a reforma político-partidária de 1979, novamente o grupo permanece no partido governista então denominado de PDS. Após a morte de Petrônio, a estrutura do esquema “portelista” deu sinais de fadiga, permanecendo unido até os desdobramentos do imbróglio da sucessão presidencial que marcaram o ano de 1984 e meados de 1985.

O racha interno dividiu o PDS entre os que seguiam a liderança de Lucídio Portella que apoiava Paulo Maluf e aqueles que se aliaram ao então governador, Hugo Napoleão, que

---

<sup>143</sup> Idem, p. 1043. Até 1982 as capitais e as áreas consideradas de “segurança nacional” pela lógica do regime militar não elegiam seus prefeitos que eram indicados pelos governadores de estado e ratificados pelo presidente da República. A indicação de Freitas foi, assim, um presente de seu primo o então governador Hugo Napoleão.

<sup>144</sup> Freitas, Robert, entrevista concedida a mim em seu gabinete.

apoiava Aureliano Chaves e, mais tarde, Tancredo Neves. Embora se pensasse à época que aquele fato nacional não fosse ter tanta repercussão local, este segundo grupo manteve-se coeso e formou no Piauí a Aliança Democrática que iria ser o embrião do futuro PFL.

### 3.3.2. A família Portella

A família Portella ganhou notoriedade com a ascensão de Petrônio Portella no cenário político piauiense e mais tarde no Congresso Nacional. De vereador a governador, sempre na oposição pela antiga UDN, em 1962, o parlamentar mostrou toda a sua habilidade política na condução das alianças e na arte da negociação política. Naquele pleito, numa brilhante obra de engenharia política, conseguiu materializar a aliança entre o PSD e a UDN, então rivais inconciliáveis e os dois maiores partidos no Piauí.

Na verdade, Portella transportou para o mundo da política a mesma aliança que já fizera na sua vida privada, ou seja, casara-se com uma filha do então governador piauiense, Pedro Freitas. Ora, a família Freitas, momentaneamente fora do Palácio de Karnak desde 1958, ganhou força voltando ao primeiro plano com o *casamento* político entre as duas famílias dada a ascensão política de Petrônio<sup>145</sup>. Logo a seguir veio o Golpe de 1964; de início Petrônio declarou-se veementemente contrário ao assalto militar, mas, calculando estrategicamente as suas chances no Movimento, logo passa a defensor e mais adiante um dos seus principais artífices em nível local e depois em nível nacional, assumindo a dianteira até a sua morte em janeiro de 1980. Petrônio foi senador por duas vezes, presidente da Arena e do Congresso Nacional e ministro da Justiça. Por sua apurada capacidade para o diálogo e sua penetração mesmo no seio oposicionista, serviu aos governos militares, especialmente no fim de sua vida, como o interlocutor civil da

---

<sup>145</sup> Petrônio Portella fazia oposição cerrada à família Freitas e a seu partido (PSD) na Assembléia, no entanto, por razões sentimentais estava próximo do adversário. É que Petrônio cortejava uma herdeira do clã Almendra Freitas. Com o casamento, selou a paz com o grupo político de Pedro Freitas, agora não mais um adversário, mas um sogro poderoso. Uniam-se naquele momento as famílias em meio ao debate ideológico até então irreconciliável entre a UDN e o PSD que teve o papel de barrar a ascensão política do PTB que se destacava no Piauí desde as eleições de 1958 com a eleição de Chagas Rodrigues. Nascia ali o mais poderoso e imbatível esquema oligárquico da história política do Piauí.

transição política sendo um homem de confiança do general Figueiredo.

Do estratagema articulado em 1962 surgiu o “Portelismo”, ou seja, o forte esquema político UDN-PSD que foi chefiado diretamente por Petrônio por exatos 20 anos e permaneceu coeso e vitorioso por 22 anos no Estado. Somando-se a ascensão da Família Freitas ainda na década de 50, as duas oligarquias passaram quase 35 anos consecutivos no controle do Poder Executivo estadual. Neste breve perfil biográfico de Petrônio Portella pode-se observar que ele comandou não apenas uma das maiores e mais vitoriosas oligarquias do país, com livre trânsito e apoio do Palácio do Planalto, como alcançou os mais altos degraus na Política nacional<sup>146</sup>.

Com sua habilidade política de raposa velha, nas palavras de um crítico e adversário, Petrônio conseguia agasalhar a tudo e a todos de seu grupo no Piauí, decidindo tudo na base do “monólogo oligárquico”<sup>147</sup>. Dessa forma, o político experimentado enquanto viveu comandava pessoalmente todo o processo de rodízio e recrutamento entre os membros do seu esquema político para os cargos, eletivos ou não dentro do Piauí<sup>148</sup>.

O poder e o controle oligárquico da família Portella podem ser medidos em termos numéricos ou seja, pela quantidade de postos políticos ocupados. Ao todo foram quatro governadores, que se tornaram depois quatro senadores e mais oito deputados. Entre as principais famílias catalogadas e com representantes eleitos na atual legislatura (1995-1999), o clã dos Portella já elegeu 11 representantes nos últimos trinta anos.

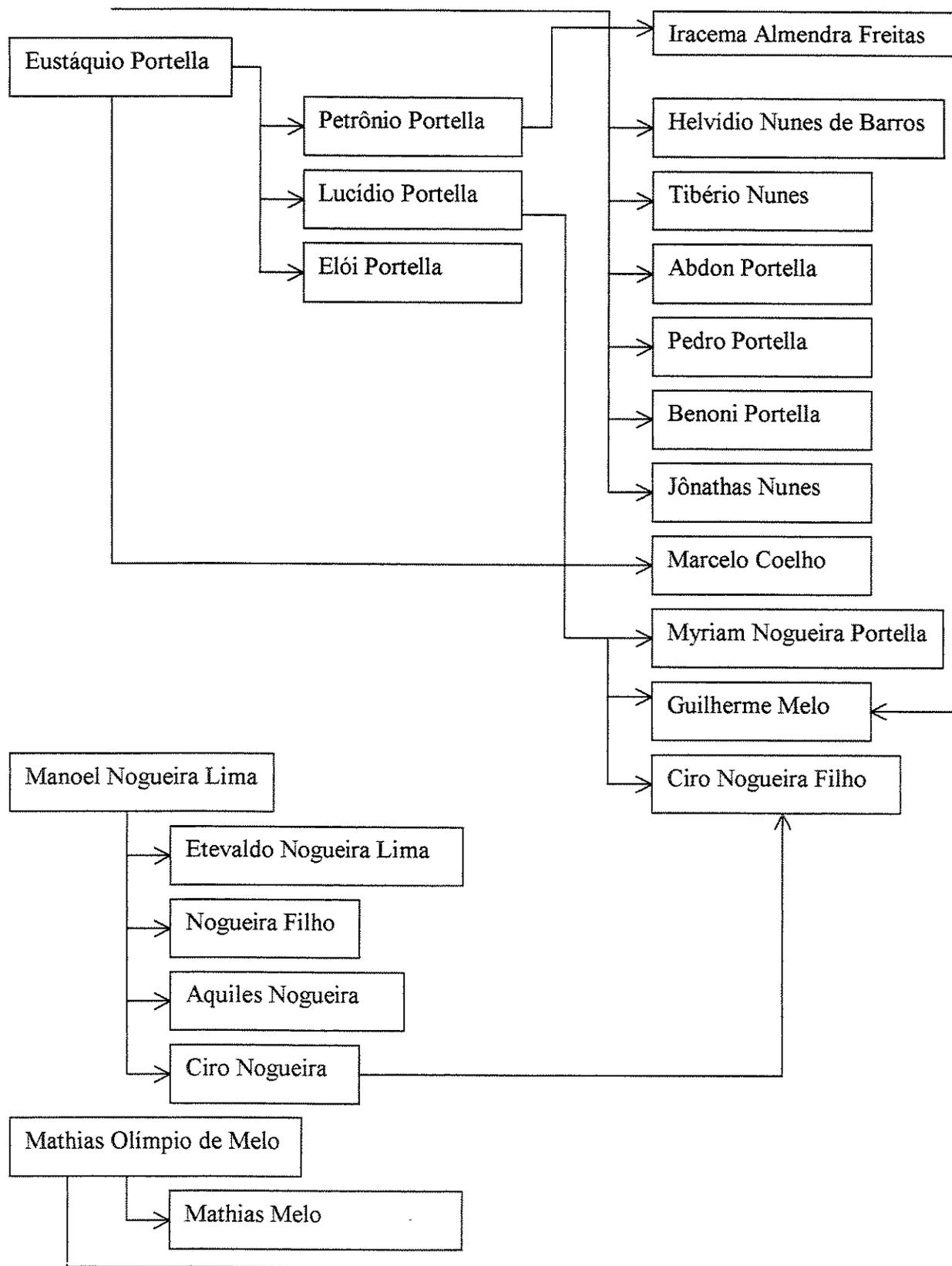
---

<sup>146</sup> Petrônio foi governador do Piauí, senador da República e presidente da Arena, além de ser ministro da Justiça dos governos Geisel e Figueiredo, sendo uma das peças-chaves no processo de transição política dado que era o interlocutor civil do regime militar. Uma visão apaixonada do anti-portelismo pode ser encontrada em Teixeira, Tomaz, *A Outra Face da Oligarquia no Piauí*, Teresina, 1982, p. 247.

<sup>147</sup> O jornalista Tomaz Teixeira, momentaneamente afastado do grupo oligárquico de poder e, portanto, das benesses e mordomias que a vizinhança lhe trazia, passou à oposição. Em seu jornal destilava seu rancor e ódio contra as “oligarquias” Portella e Freitas e seu esquema político. No entanto, com as marchas e contramarchas políticas do Estado, mais tarde veio a se beneficiar do esquema que tanto “combatia”.

<sup>148</sup> “Em 1978, Petrônio conseguiu fazer o que a própria oligarquia chamava de barba e bigode: fez o irmão (Lucídio Portella) sucessor do governador Dirceu Arcoverde, elegeu o primo Helvídio Nunes como senador biônico e deixou o ex-governador Alberto Silva totalmente fora do problema sucessório”. Idem, pág. 92.

**Organograma 5: Genealogia da Família Portella Nunes**



**Quadro 2: Cargos públicos assumidos pela família Portella, 1950-1994**

<b>Família Portella</b>	<b>Cargos públicos</b>
Eustáquio Portella	Prefeito de Valença – PI
Petrônio Portella	Deputado, Governador e Senador
Lucídio Portella	Governador e senador
Elói Portella	Senador
Abdon Portella	Deputado estadual
Pedro Portella	Deputado estadual
Helvidio Nunes	Governador e senador
Tibério Nunes	Deputado estadual e governador
Benoni Portella	Deputado estadual
Jônathas Nunes	Deputado federal
Myriam Portella	Deputada federal
Marcelo Coelho	Deputado estadual

Fonte: Pesquisa de campo.

A oligarquia Portella, que viveu o viço e a hegemonia durante as décadas de sessenta e setenta, viu seu poder declinar em meados da década de oitenta quando a elite política local cindiu-se em duas partes como um eco distante da crise nacional do PDS nos debates da sucessão presidencial de 1984. A despeito de sair numericamente fragilizado da disputa interna, o PDS perdeu 16 dos 17 deputados estaduais, o partido ainda mostrou grande força eleitoral nos pleitos de 1986 e 1990, quando a liderança da família Portella teve grande influência nos resultados para o governo estadual, pró PMDB e pró PFL, respectivamente, tendo o PDS-PPR de Lucídio Portella como o aliado principal<sup>149</sup>. Ou seja, a liderança do portelismo remanescente serviu de pêndulo na definição dos resultados a favor daqueles partidos.

Pelo exposto acima, as duas casas Legislativas são historicamente espaços de domínio e hegemonia de determinados partidos e de certas famílias. Assim, conclui-se que é no interior dos esquemas oligárquicos hegemônicos no Estado e das famílias tradicionais piauienses que muitas vezes ocorre o recrutamento das bancadas parlamentares. Isso se dá em grande parte devido à

*“habilidade para tecer relações, a lealdade e a deferência reveladas ao longo de muitos anos [que] serão valiosas para ungir um indivíduo à condição de herdeiro de um patrimônio*

<sup>149</sup>Ver especialmente as obras de Santos, José L. dos. *Política e Políticos...*, op. cit e *Política e Outros Temas...* op. cit..

*eleitoral. Esse ambiente constitui ainda a escola política, onde o aspirante é “curtido”, adquirindo regras e valores do mundo político”<sup>150</sup>.*

Considerando-se os 30 titulares efetivados na Assembléia eleitos em 1994, 26 parlamentares possuíam raízes ou eram ligados a famílias tradicionais. Em alguns casos os laços de sangue e a ascendência política remontam ao período Colonial<sup>151</sup>. Em suma, o perfil da elite política mostra que nas suas trajetórias históricas estas dinastias políticas moldaram uma sólida liderança política nos postos executivos e, principalmente, dentro do Legislativo, uma hegemonia há muito tempo consolidada. Condição que algumas famílias capitalizam e se colocam acima dos partidos que comandam e pelos quais seus membros são eleitos.

#### **3.4. HERANÇA POLÍTICA: HEGEMONIA FAMILIAR E RENOVÇÃO OLIGÁRQUICA**

O objetivo desse tópico também é mostrar a genealogia política como uma fonte primordial para a compreensão do recrutamento e de circulação das elites políticas no Legislativo e como um atributo importante na determinação e alavancagem de uma carreira política no Piauí. Neste tópico, pretende-se enfatizar a “*herança política*” como um elemento importante no subsistema político local uma vez que ocorre uma sucessão de poucas famílias na política estadual.

A intenção não é fazer um estudo profundo das árvores genealógicas, mas retirar daí os galhos políticos das principais famílias a fim de fornecer dados seguros para se acompanhar e compreender a história das linhas de sucessão das famílias piauienses que vêm se revezando no poder político local. Em resumo, o objetivo é mostrar factual e numericamente que no Piauí a

<sup>150</sup>Santos André dos. *Nas Fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional*. Revista brasileira de Ciências Sociais. Nº 33 ano 12, 1997. pág. 89.

<sup>151</sup> O deputado estadual Francisco de Sousa Martins Neto tem como tronco familiar o Visconde da Parnaíba, Manuel de Souza Martins. Do conjunto de 13 deputados estreantes na legislatura 1995-1999, 7 auferiam um fator relevante a mais para a conquista de uma cadeira: a ocupação prévia de um mandato eletivo; eram 4 ex-prefeitos, 3 ex-veredores e 6 herdeiros políticos. Entre novatos e veteranos, encontramos 7 ex-prefeitos, 4 ex-veredores e 11 filhos, 4 sobrinhos, 2 netos e 1 cunhado de antigos parlamentares.

estrutura do poder político tem se perpetuado, através de sucessivas linhagens de parentesco.

A importância da genealogia política ocorre mais facilmente onde se combinam a permanência dos resquícios das políticas coronelísticas com baixos indicadores socioeconômicos, de urbanização e insipiência de modernização dos setores produtivos e de comunicação. Na seqüência histórica de quatro eleições pode-se observar a pura e simples sucessão de parentes dentro das bancadas legislativas eleitas, num verdadeiro revezamento. Assim, irmãos substituem irmãos ou primos. Filhos sucedem ao pai ou aos tios e genros entram na vaga de sogros ou, o contrário, estes sucedem aqueles.

O conceito de herança política no caso piauiense tem um sentido que vai além do simples fato de qualquer cidadão possa transmitir ou assumir cabedais políticos de outrem. O conceito aqui aplica-se tanto de forma mais geral quanto de forma literal, ou seja, o fato de “herdar” ou “transmitir” por via hereditária, determinados *patrimônios eleitorais*, redutos e bases eleitorais para outra pessoa que pertence à mesma família, quer por laço de sangue, quer por casamento.

Em resumo, a herança política é o processo pelo qual um político é substituído por um parente próximo e desta forma mantém suas clientelas e transfere a esses parentes e afilhados políticos os meios para a continuidade do parentesco no poder político local. Assim, considera-se aqui como *herdeiro político* os deputados que tenham parentes políticos em linha direta ou colateralmente, ou descendam de lideranças políticas com poder e influência no cenário piauiense e dão prosseguimento às carreiras políticas de seus ascendentes. Na prática, herdeiros são os filhos, sobrinhos, primos e/ou netos (herdeiros diretos) e genros e cunhados, parentes colaterais

De acordo com o material coletado e pela análise dos perfis biográficos dos deputados, verifica-se uma vasta relação de políticos que herdaram enormes cabedais políticos – seja o prestígio político, o sobrenome famoso, as vastas extensões das fazendas e os colégios eleitorais deixados por seus ascendentes. É dessa forma que a parte mais tradicional e conservadora da classe política piauiense *hereditariamente* vem mantendo e transmitindo seu poder em sucessivas gerações, como pode ser visto na tabela a seguir.

Mas, vale dizer, no entanto, que a fonte dessa continuidade se realiza, atualmente,

dentro do processo político democrático e institucional, ou seja, a “nova oligarquia” participa e respeita o jogo eleitoral livre e regular, diferentemente do que ocorria nas eleições *a bico de pena* características da política da Primeira República. No entanto, nada muito alvissareiro, visto que, mesmo com as transformações demográficas e sócio-econômicas ocorridas no Piauí, o subsistema político ainda se reproduz a reboque do personalismo, do clientelismo e do assistencialismo de lideranças políticas ancoradas no uso indiscriminado das máquinas políticas, especialmente nas cidades do interior. No Estado, os pleitos são pouco mais do que a competição entre elites, ou, dito de outra forma, uma disputa entre as oligarquias.

A tabela abaixo mostra a quantidade de parentes eleitos a cada uma das quatro legislaturas estudadas, separados por partidos. Procura-se apontar o grau de parentesco de cada deputado em relação a seus antecessores.

**Tabela 11: Composição da Assembléia Legislativa segundo as relações de parentesco, Piauí: 1982-1994**

Graus de Parentesco	1982	1986	1990	1994
Filho	5	11	9	11
Sobrinho/ neto	2		4	4
Irmão	8	6	4	4
Parente colateral	2	-	2	4
Total	17	17	19	23

Fonte: José Lopes dos Santos; ALEPI e pesquisa de campo.

De acordo com a tabela acima, as relações de parentesco são um fator importante na composição do Legislativo local e uma prática crescente na seqüência dos pleitos estudados. Dito de outra maneira, o grau de oligarquização da representação parlamentar enquanto a permanência ou continuismo das famílias é um fato evidente do regionalismo político local. Em todos os pleitos observa-se o fenômeno da continuidade política de vários dos deputados eleitos que são “filhos e netos de políticos que tiveram atuação destacada na vida social, política e administrativa do Estado”<sup>152</sup>. No limite, a herança política eleva o grau de oligarquização parlamentar.

Nos pleitos de 1986 e 1994, o número de deputados filhos – herdeiros políticos

<sup>152</sup> Santos, José L. dos. *Política e Políticos...* op. cit.

diretos – atingiu a sua maior expressão com mais de um terço da bancada, ou 11 cadeiras. Analisando os diferentes pleitos, o número de herdeiros filhos mais que duplicou em 1994 relativamente a 1982, com 11 e 5 ocorrências, respectivamente. A legislatura 95-99 representa o ápice da oligarquização do subsistema político piauiense, tendo por base a numerosa presença de famílias tradicionais ocupando grande parte das cadeiras nas duas Casas analisadas, ao reunir 23 deputados com ascendência política direta.

Outro dado que expressa bem o continuismo de mandatos é o número de 12 deputados eleitos em 1982 que se reelegeram em 1990. Ocorre aí o fenômeno da oligarquização das lideranças partidárias, uma segunda definição do conceito de oligarquia na clássica abordagem elaborada por Robert Michels.

A herança política é, portanto, uma forma pela qual algumas famílias tradicionais conseguem se manter vivas na arena política local, utilizando-se das prerrogativas de sua influência e prestígio, transmitindo aos seus descendentes, de geração a geração, o acesso e o controle sistemático do poder político. O que seria um estilo típico de vários municípios do interior, onde famílias e grupos rivais disputam o poder político, transforma-se em regra para alguns núcleos familiares que também atuam na capital do Estado.

A consequência mais visível nessa série histórica de eleições é o grande impacto da herança dos grupos oligárquicos na arena política piauiense engendrando um quadro político marcadamente concentrado do ponto de vista da ocupação e do controle das organizações partidárias e do Parlamento piauienses. Dessa forma, a arena política torna-se altamente excludente do ponto de vista do ascenso ou mobilidade social das classes subalternas, inclusive dentro das agências institucionais de exercício político – os partidos<sup>153</sup>. O quadro abaixo traz a bancada eleita em 1994, por partidos, e o grau de parentesco de cada um dos deputados dentro de seu núcleo familiar.

---

<sup>153</sup> Como já foi mostrado, entre as principais famílias catalogadas e com tem representantes eleitos na última legislatura estudada (1995-1999), a família Freitas já elegeu 11 representantes e o clã dos Portella já elegeu 10 representantes nas últimas três décadas. A seguir vem a família Paes Landim com 7, a família Castro de São Raimundo Nonato, com 5, as famílias Tavares e Silva e Nogueira, com 4 cada uma e, com 3, as famílias Dantas Eulálio e Moraes Souza.

**Quadro 3: Relação dos deputados e dos herdeiros políticos, por partidos, eleitos em 1994.**

Deputados	Partidos	Filho	Sobrinho	Irmão	Neto	Colateral
Adolfo Nunes	PPB	X	X			
Antônio M. Souza	PFL			X		
Cezar Melo	PFL			X		
Eurimar Nunes	PPB					
Fernando Monteiro	PFL	X				
Francisco Martins	PFL					X
Francisco Rego	PMDB					X
Francisco Filho	PMDB					
Juraci Leite	PFL					X
Xavier Neto	PL					
Humberto Reis	PFL	X				
Ismar Marques	PFL			X		
Kennedy Barros	PFL	X	X			
José Ferreira Landim	PFL		X	X		
José Nery	PPB					
Bona Medeiros	PFL	X				
Wellington Dias	PT					
Tadeu Maia	PPB					X
Kleber Eulálio	PMDB	X		X		
Luís Menezes	PPB					
Mathias Melo	PPB				X	
Olavo Rebelo	PT		X			
Paulo H. Paes Landim	PFL		X	X		
Pompílio Evaristo	PTB	X				X
Robert Freitas	PFL	X	X		X	
Bona Carbueto	PMDB			X		
Leal Júnior	PFL	X				
Warton Santos	PMDB	X				
Wilson Nunes Martins	PMDB					
Wilson Nunes Brandão	PFL	X	X			

Fonte: Assembléia Legislativa do Piauí e pesquisa de campo.

De acordo com o quadro acima, na legislatura 95-99, apenas 7 deputados não possuem qualquer antecedente político na suas famílias. O quadro expõe de forma clara a *carne e osso* da herança política oligárquica no Piauí, quando se observa que 19 deputados estaduais, ou quase 2/3 da bancada estadual são compostas por filhos, sobrinhos irmãos, primos e neto de ex-parlamentares, governadores e senadores, ou seja, 63,3% da representação estadual têm parentes

consangüíneos ou pertencem a famílias que já ocuparam mandatos na política estadual e nacional. Se a estes se juntarem mais 4 deputados – novatos e veteranos – que adentraram no cenário político e *herdaram* patrimônios eleitorais de sogros e cunhados com carreiras políticas consolidadas, então a proporção das famílias dentro da Assembléia aumenta para 23 deputados ou 76,6% de representantes com laços de parentesco. Todos entraram na política basicamente pela influência da longa história política de suas famílias. Assim, a grande quantidade de deputados ligados por algum tipo de parentesco e/ou interesses comuns transforma o cenário legislativo estadual “numa esfera caracterizada pela participação e competição bastante limitadas”<sup>154</sup>.

A presença contínua de algumas famílias tem como pilares a tradição e o nome famoso, mas também pode ser medida na quantidade de patrimônio adquirido ou recebido ao longo de sua história nas circunvizinhanças do poder político. Nas últimas quatro décadas, a classe política recrutou em apenas oito dos principais núcleos familiares, 55 membros para os cargos de deputados, senadores e governadores<sup>155</sup>. Para citar apenas um exemplo, o número de herdeiros políticos entre os treze novatos eleitos em 1994 para a Assembléia Legislativa foi de 6 entre 30 deputados eleitos.

Outro dado referente aos estreantes de 1994: apenas os herdeiros políticos Manin Rego, que anteriormente era vereador, e Pompílio Evaristo, que era prefeito, possuíam o estágio político inicial<sup>156</sup>. Mas a inexperiência política e a carência de um capital político institucional de boa parte dos estreantes foram compensadas pelo prestígio herdado graças aos antecedentes familiares que traziam do berço; assim, 6 deputados herdeiros eleitos em 1994, pertenciam a famílias com uma longa experiência legislativa no Piauí. Outra leitura dos dados é que pela quantidade de herdeiros sem uma carreira prévia, a herança política pode prescindir dos degraus “menores” da vereança e da prefeitura. No entanto, é necessária a proximidade com o ambiente

<sup>154</sup> Laços familiares e propriedade da terra eram, até 1930, os principais atributos para a implementação de uma carreira política. Depois disso, a ocupação de cargos públicos também se tornou muito relevante (pelo menos em São Paulo). Ver Bilac, op. cit.

<sup>155</sup> Apesar de sua importância e influência, a família Castelo Branco não foi contada, neste total, o que elevaria para 72 membros em nove troncos. A razão da não contagem é pelo maior número de representantes ser anterior à década de cinquenta, quando começamos a contar as famílias.

<sup>156</sup> Manin Rego (PMDB) e Wellington Dias (PT) eram vereadores e José Nery (PPB), Pompílio Evaristo (PTB), Francisco Filho (PMDB) e Bona Carbureto (PMDB) eram prefeitos antes de assumir uma cadeira na Assembléia em 1994. Wilson Martins foi Secretário de Saúde do município de Teresina.

político, ou seja, ocupar algum cargo na burocracia partidária ou na administração pública nos órgãos do governo<sup>157</sup>.

A herança política dentro do Legislativo nada mais é do que um dos traços mais marcantes da política oligárquica brasileira e aparece de forma clara no Piauí. Nos quatro pleitos analisados são vários os casos de deputados com uma linha de ancestrais políticos em alguma família tradicional, uma vantagem adicional na competição eleitoral, pois estas famílias têm um peso significativo face às questões históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas no Estado, especialmente nas cidades e regiões onde atuam. Em suma, a herança política ou o filhotismo reforça a importância do núcleo familiar na dinâmica e no recrutamento do mundo político Legislativo piauiense.

### 3.5. FAMÍLIAS E ESTRATÉGIAS POLÍTICAS

Como se pôde observar até aqui, a importância do núcleo familiar é evidente e decisiva na alavancagem da carreira de parlamentares locais. De acordo com Bilac, estudando as elites políticas do interior paulista, a importância do núcleo familiar ocorre exatamente devido ao

*“auxílio que os membros das famílias políticas recebem em suas carreiras: a introdução aos partidos e seus líderes, a arrancada através de conexões familiares e o prestígio proporcionado por um nome famoso”<sup>158</sup>.*

Bilac afirma ainda que uma das formas de uma família política tradicional manter-se sempre na vizinhança do poder é a sua “dispersão” entre várias legendas<sup>159</sup>. Assim, a fragmentação da família pode ser apenas um expediente do jogo de cena político: integrantes de uma mesma família dividem-se em mais de um partido lançando-se candidatos a mandatos diferentes ou não. No entanto, a fragmentação é apenas aparente, não significa a quebra ou

---

<sup>157</sup> Mathias Melo e Kennedy Barros, embora não trouxessem uma bagagem política eleitoral, exerciam cargos de relevo nas administrações públicas do Estado e da prefeitura de Picos, respectivamente.

<sup>158</sup> Bilac, op. cit. p. 292.

<sup>159</sup> Bilac, op. cit. p. 295.

divisão da estrutura e/ou harmonia interna familiar.

Neste tópico objetiva-se discutir alguns destes mecanismos ou estratégias de poder utilizadas pelos grupos dominantes que são a pulverização familiar em vários partidos e os casamentos realizados entre famílias próximas por laços consangüíneos ou por interesses.

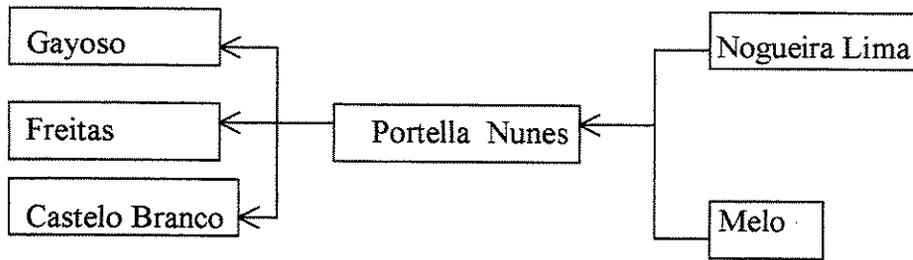
Ainda nos primórdios da colonização do Piauí, as primeiras famílias estabeleceram a sua hegemonia social, econômica e política no Estado em muitos casos via casamentos entre parentes próximos ou entre famílias políticas<sup>160</sup>. Através de interligação de núcleos familiares e suas sucessivas gerações, o Piauí foi sendo paulatinamente governado e representado por esse restrito estrato social. O impacto destas famílias no Legislativo pode ser mensurada pela enorme quantidade de parentes consangüíneos presentes na arena política estadual, como foi mostrado no item anterior. Assim, concentrar o poder político nas mãos de um pequeno grupo de elite é um mecanismo de maximização *estratégico* que as redes de famílias utilizam para manter e ampliar a sua hegemonia socioeconômica.

A partir dos diversos graus de parentesco, infere-se que estes são dois atributos importantes na formação e no recrutamento dos quadros políticos, enfim, são indicativos importantes para se verificar os catalisadores dos processos de continuidade e manutenção de quadros na Assembléia e na bancada federal, como ficou demonstrado nos organogramas 1 e 2. O organograma a seguir é uma síntese dos anteriores e mostra os vínculos entre os dois maiores clãs políticos do Piauí e algumas de suas variações com base nos casamentos realizados intraelites.

---

<sup>160</sup> Para um estudo mais aprofundado do período colonial no Piauí, entre outros, consultar Brandão. *op cit.*

### Organograma 6: Casamentos entre famílias políticas no Piauí



Fonte: Pesquisa de Campo

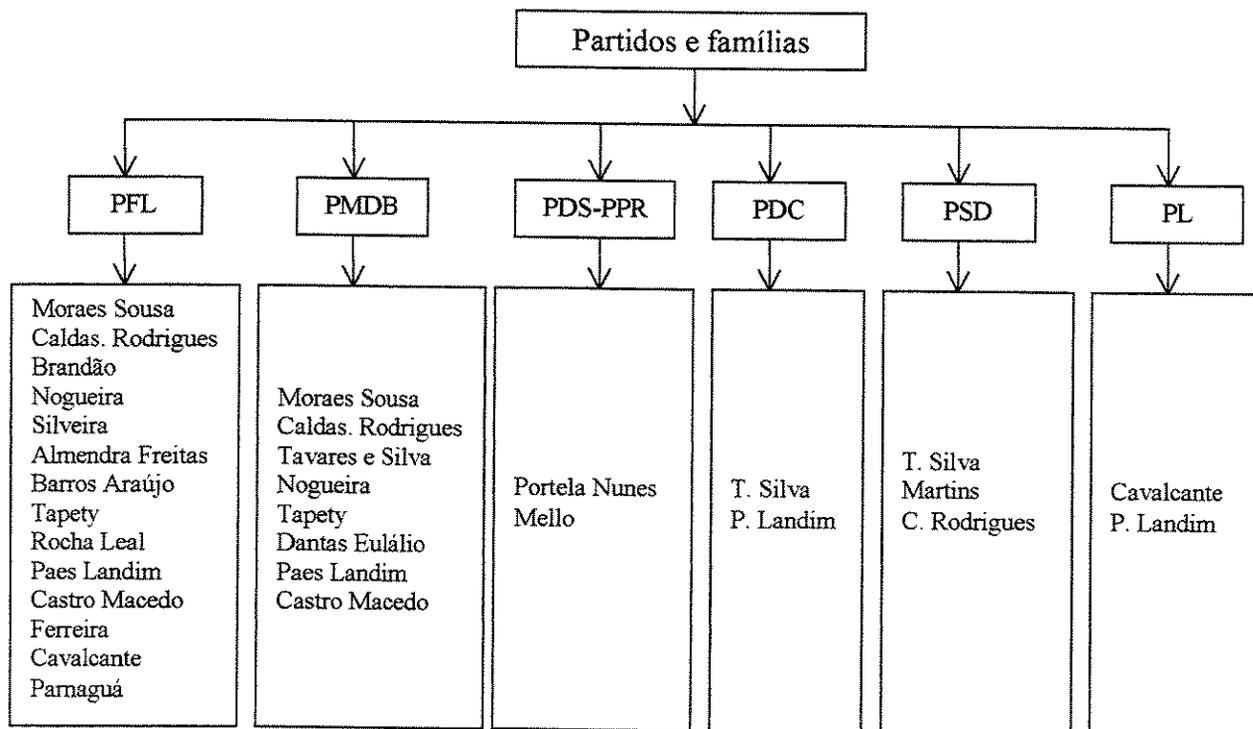
Pelo que se observa acima, o imbrincamento matrimonial que reúne seis clãs é uma evidência de que os casamentos com conveniências políticas enquanto artifício ou manobra utilizadas por algumas famílias nos períodos mais remotos ainda são prática corrente na política local. O cálculo político que encerram pode até ser secundário, dado que existem outras razões relevantes como a agregação ou intercâmbio de indivíduos com interesses e afinidades econômicas e/ou pelo convívio social comum das elites. No entanto, esta teia de relações que envolvem o ambiente social em muitos casos determina os destinos políticos via alianças e acordos entre as elites; nesse meio, o casamento intraelites é uma das estratégias que empreendem.

Como ficou demonstrado anteriormente, o principal casamento que propiciou uma sólida aliança política uniu as famílias Portella e Almendra Freitas, que permaneceram coesas e vitoriosas até metade da década passada. Os frutos do esquema Portella ainda hoje podem ser vistos ocupando cadeiras na Assembléia e no Senado federal.

A família Portella protagonizou ainda mais dois casamentos envolvendo outras famílias políticas. A herdeira Iracema Portella casou-se em primeiras núpcias com o ex-deputado e ex-governador Guilherme Melo (PDS). Seu segundo casamento, com Ciro Filho (PFL) uniu sua família com o clã Nogueira Lima, tradicional da cidade de Pedro II. Na última legislatura, outros deputados que protagonizaram foram Pompílio Evaristo (PTB), Wilson Martins (PSDB), Manin Rego (PMDB), Bona Medeiros e Juraci Leite (ambos do PFL)

O organograma 4, a seguir, aponta a pulverização das famílias, ou de uma mesma família, dentro de vários partidos. A distribuição das famílias obedeceu uma ordem que vai de Norte a Sul do Estado.

### Organograma 7: Dispersão das famílias em partidos políticos



Fonte: Pesquisa de Campo

Como se observa no organograma acima, algumas famílias chegam a transitar por diversas legendas numa mesma eleição. A lógica deste processo é a possibilidade de um ou mais candidatos se eleger mantendo assim o nome e o prestígio da família em evidência, como aconteceu com a família Paes Landim: José Francisco (PFL), Paulo Henrique (PMDB) e José Ferreira (PFL) nas eleições de 1990.

Este procedimento pode ser entendido como um mero jogo de cena como forma de amortecer eleitoralmente o grande desgaste político que o nome da família possa apresentar num dado momento. Assim o fez Petrônio, que, após três representantes de sua família à frente do governo, aceitou um nome de fora do seu clã ao governo do Estado em 1970, o engenheiro Alberto Silva. Pouco mais de 15 anos depois, na legislatura 87-91, em face do governo desastroso de Alberto Silva no seu segundo mandato à frente do Executivo estadual, a família Silva se fragmenta em partidos para não perder a hegemonia política e se manter viva no cenário político estadual; Alberto e seu sobrinho João Silva permaneceram no PMDB, mas o deputado Paulo Silva transferiu-se para o recém-criado PSDB, enquanto, animada pelo seu pai, Suzana Silva

fundou o diretório regional do PDC no Piauí, dentro dos limites do próprio Palácio de Governo.

Como as principais famílias rateiam as várias esferas do poder público entre si e tecem uma teia impermeável de patrimônio e poder políticos de difícil penetração, conclui-se que, nesse contexto, a estratificação social também é rígida. Para tanto, não hesitam em utilizarem-se de todos os métodos para a manutenção do mando, seja através do assistencialismo e do clientelismo, da intimidação e da violência políticas dentro dos chamados “currais eleitorais”, seja pela alegação de suposta experiência e competência administrativas à frente dos poderes Executivo e Legislativo.

Devido a estreita ligação histórica, social e econômica entre si e com o poder político desde o século passado, estas famílias antigas têm legado ao Piauí várias gerações de políticos com algum destaque no cenário local e nacional, e continuam ainda a fornecer quadros para os cargos de gerência administrativa, judiciária e política estadual. O continuismo político enquanto manobra que visa a perpetuação no poder e a permanência do clientelismo como instrumento de reforço ao mando, deixam ver as formas “operacionais”, tradicionais e atrasadas de como as elites conduzem o Piauí.

Em última análise, o exercício dessa dominação tradicional traz conseqüências danosas para o conjunto das forças sociopolíticas locais pois bloqueia o dinamismo econômico, o processo histórico de democratização social e a ampliação dos horizontes culturais da sociedade e do Piauí, como um todo.

### **3.6. OUTRAS CONCLUSÕES**

A análise dos dados sobre a genealogia de alguns dos clãs políticos do Piauí permitiu algumas conclusões. Em primeiro lugar, constatou-se que a circulação interna das elites políticas é tímida e comandada muitas vezes na base da sucessão hereditária, ou seja, os líderes antigos, após cumprirem vários mandatos parlamentares, são substituídos por herdeiros diretos, filhos, irmãos e sobrinhos, ou indiretos, genros e sogros dentro de um reduzido número de famílias

tradicionais, o que impede também a entrada de novas lideranças no cenário político.

As famílias políticas locais mais tradicionais, como os Moraes Sousa, os Almendra Freitas, os Brandão, os Dantas Eulálio, os Paes Landim, os Castro Macedo e os Portella, controlam social e politicamente grandes contingentes de eleitores em suas cidades natais, áreas de influência ou “currais eleitorais” de onde tiram vantagens nos períodos eleitorais. Com base no compromisso entre proprietários rurais e deputados, procuram carrear votos e apoio para beneficiar determinados grupos, propriedades e regiões com os quais estejam vinculados. Quando os deputados pertencem a famílias com tradição na política local e estadual, o controle eleitoral é mais amiúde, mas sem dispensar o clientelismo, a relação básica dos proprietários e chefes políticos com o eleitorado “cativo”<sup>161</sup>.

A conclusão a que se chega após a confrontação dos dados sobre a origem desta parcela da classe dominante e a composição do poder Legislativo estadual é de que a reprodução do poder político pode ser demonstrada através do estudo empírico da sucessão de gerações das principais redes familiares. Um estudo mais apurado das genealogias demonstra, em última análise, a continuidade histórica da dominação e do poder que umas poucas famílias exercem sobre o Piauí. Considerando-se apenas os 30 titulares efetivados na legislatura 95-99, quase todos são oriundos de famílias grandes latifundiárias ou não, entretanto, com vastos cabedais políticos ao longo da história do Piauí. Em suma, as relações de parentesco apontam para um forte amálgama que permite a sucessão de várias gerações no controle do poder e da riqueza no Piauí.

---

<sup>161</sup> A insignificância econômica cuja produção é de subsistência e autoconsumo, faz com que para os grandes proprietários a quantidade de votos continue sendo decisiva como instrumento de barganha e assume cada vez mais a importância de mercadoria cujo valor de troca visa benesses, cargos, empregos e especialmente obras públicas que beneficiem suas terras, como açudes, estradas e eletrificação e telefonia rurais.

## CAPÍTULO 4

### PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DEPUTADOS PIAUIENSES

#### 4.1. INDICADORES UTILIZADOS NA PESQUISA

O objetivo deste capítulo é apresentar o perfil demográfico e socioeconômico da elite política piauiense eleita entre 1982 e 1994. Os indicadores utilizados são a faixa etária, o nível de escolaridade e a ocupação profissional dos deputados piauienses. A questão central que procuro responder é sobre as características socioeconômicas da elite política dentro da Assembléia Legislativa e na bancada na Câmara Federal. Busca-se também identificar algum processo de mobilidade política na trajetória dos deputados do Piauí. O índice de mobilidade aqui será o processo de ocupação de cadeiras na Assembléia e na Câmara Federal.

Pelo menos até a primeira metade deste século, uma das características básicas da estrutura de dominação brasileira é o histórico processo de seleção e recrutamento de seus quadros parlamentares basicamente dentro do estreito círculo das elites agrárias<sup>162</sup>. A ocupação de cargos na política possuía um caráter altamente excludente, restrito e relativamente hierarquizado, e, sobretudo, oligárquico. Isso porque o caráter concentrador da elite dirigente brasileira terminou por engendrar uma elite de tipo eminentemente agrária, patrimonial e familiar. No entanto, esse processo foi-se modificando com o paulatino avanço dos processos de urbanização, industrialização e modernização instaurados no Brasil especialmente a partir de meados da década de 70.

A literatura piauiense que se debruça sobre a sua história social e política ainda é bastante escassa. Entre as obras de maior expressão sobre o tema encontra-se Brandão, para quem a formação da sua estrutura de poder político se deu concomitantemente à formação da sociedade local. Segundo a autora, “a relação entre as estruturas familiares e de poder decorreu da contemporaneidade existente entre o processo de formação das famílias e o da estrutura político-

---

<sup>162</sup> Veja-se a tese referida de Bilac, *op. cit.* p. 318.

administrativa” ainda nos primórdios da colonização do Piauí, no século XVIII<sup>163</sup>. Assim, a seu modo e ritmo próprios, no contexto da sociedade local, a instituição do casamento também era um recurso muito utilizado pelas famílias para a manutenção, ampliação e consolidação a um tempo de prestígio e do poder econômico e político<sup>164</sup>.

Os reflexos e o significado das relações das famílias tradicionais com o poder político, como se viu nos capítulos anteriores, são dimensões ainda dominantes no Piauí, observados através dos vínculos de parentesco, da concentração da propriedade da terra e a ocupação de postos-chave de influência e prestígio na burocracia estatal e de grande parte do Poder Legislativo, culminando um processo político claramente patrimonialista e oligárquico. Portanto, a permanência de grupos políticos tradicionais e suas clientelas resistem ao tempo e às transformações ocorridas na sociedade piauiense. Em suma, objetiva-se analisar essa composição de forças hegemônicas na política estadual e o mecanismo de recrutamento da elite política parlamentar em grande parte realizado num círculo muito estreito e excludente da sociedade, o que faz do Parlamento praticamente um monopólio de minorias representantes das elites sociais e econômicas dominantes locais, via de regra, esferas coincidentes.

## 4.2. A FAIXA ETÁRIA DOS DEPUTADOS

Na elaboração do perfil social dos deputados a variável faixa etária das bancadas partidárias pode fornecer os indícios do grau de renovação geracional e parlamentar com base na idade dos representantes piauienses. Outros indicativos do nível de renovação parlamentar a cada pleito são a estréia de novos mandatos eletivos e o aparecimento de novas lideranças no cenário político estadual. Pela tabela abaixo, tem-se uma visão da composição da Assembléia Legislativa

---

<sup>163</sup> O estudo mais completo acerca da família piauiense em sua gênese, dinâmica e desdobramentos, bem como de suas relações com o poder político local no período Colonial se encontra em Brandão. *"A Elite Colonial..."* op. cit.

<sup>164</sup> Brandão, op. cit. Ver especialmente a quarta parte de seu brilhante estudo, no qual aborda as questões da família no poder local.

com base na faixa etária e nos partidos<sup>165</sup>.

**Tabela 12: Faixa etária dos deputados estaduais, por partidos e Legislaturas**

	PDS	PMDB	PFL	PT	PL	PTB	PSDB	PDC	Total
1982 20-30 anos	2	1	-	-	-	-	-	-	3
31-40	1	3	-	-	-	-	-	-	4
41-50	7	2	-	-	-	-	-	-	9
51-60	5	2	-	-	-	-	-	-	7
mais de 60	2	-	-	-	-	-	-	-	2
1986 20-30 anos	-	1	-	-	-	-	-	-	1
31-40	3	2	4	-	-	-	-	-	9
41-50	1	5	4	-	-	-	-	-	10
51-60	2	-	4	-	-	-	-	-	6
mais de 60	-	-	4	-	-	-	-	-	4
1990 31-40 anos	-	2	3	-	1	-	-	-	6
41-50	3	3	2	-	1	-	-	1	10
51-60	-	3	3	-	-	-	-	1	7
mais de 60	-	-	3	-	-	-	-	-	3
1994 31-40 anos	1	2	3	1	-	-	-	-	7
41-50	4	2	5	1	1	1	1	-	15
51-60	1	1	2	-	-	-	-	-	4
mais de 60	-	-	3	-	-	-	-	-	3

Fonte: José Lopes dos Santos, 1987; ALEPI, 1995 e pesquisa de campo.

A sistematização dos dados coletados sobre a constituição etária dos deputados revela ainda que a maior proporção de deputados estaduais é eleita na faixa acima dos 40 anos. Pode-se ver que a faixa modal, isto é, a faixa mais freqüente em todas as legislaturas é a de 41-50 anos: em 1982, havia 9 deputados (36%), em 1986 e 1990, 10 deputados cada uma, no entanto, percentualmente, representavam 33,3% e 38,4%, respectivamente. Na bancada eleita em 1994 observa-se o maior número de casos com 15 membros, embora significasse apenas 51,7%. Isso se deve ao fato de que a quase totalidade dos 30 deputados foi analisada, enquanto na bancada anterior apenas 26 casos foram arrolados pela inexistência de dados de alguns deputados.

Deve-se dizer ainda que o aumento absoluto sucessivo do número de casos na faixa

<sup>165</sup> Vale esclarecer que devido à insuficiência de dados biográficos dos deputados, como a idade, mesmo utilizando-se uma publicação interna da Assembléia Legislativa, apenas 110 dos 117 postos analisados foram arrolados na pesquisa. Apenas a bancada de 1986 está devidamente contemplada com a análise de todos os 30 membros. No pleito de 1982, dos 27 deputados apenas 25 foram pesquisados neste item; em 1990 foram 26 e 1994, 29. Portanto, o cálculo percentual foi feito com base nestes números absolutos a cada legislatura.

etária de 41–50 anos ocorreu em face do grande número de deputados reeleitos sucessivamente, ou seja, a manutenção de quadros especialmente nos partidos mais conservadores – PFL, PPR e PMDB – eleva a faixa etária das bancadas.

Acima dos 40 anos de idade, em 1982 eles eram 18, ou 72% daquela bancada; em 1986, eram 20, ou 66,7%; em 1990, também eram 20, 76,9% e em 1994 eram 22, que significavam 75,8% da composição, ou seja, houve um contínuo crescimento de deputados nessa faixa etária.

Deputados entre 51 e 60 anos representavam em média 22% das cadeiras enquanto que aqueles acima de 60 anos ocupavam em média 10,7% das vagas no período. Por outro lado, observa-se também que somente em duas legislaturas o intervalo entre 20-30 anos foi ocupado, exatamente nas duas primeiras. Em 1982 os deputados mais jovens eram 3 e representavam 12% das cadeiras. Em 1986, eles eram apenas 3,3%, desaparecendo nas outras bancadas, donde se conclui que não ocorreu renovação etária entre os parlamentares piauienses na Assembléia a partir de então<sup>166</sup>. Outra constatação é de que no que se refere à carreira política na Assembléia, ela tende a começar um pouco tarde, basicamente após os 30 anos de idade, outro fato sugestivo da pouca renovação da representação política estadual.

Numa análise global dos dados da tabela 1, no geral, entre 1982 a 1995, dos 110 deputados analisados, 44 deputados estaduais eleitos, ou 40%, estavam situados na faixa de 41 a 50 anos de idade. Outros 26 (23,6%) localizavam-se entre 51 a 60 anos, enquanto 12 (10,9%) estavam acima dos 60. Ao todo foram 80 deputados nestas faixas (72,7%), contra 30 (27,3%) representantes abaixo dos 30 anos de idade. Este fato se refletirá nas médias dos partidos, como mostra a tabela número 2, a seguir. As médias etárias dos partidos em cada legislatura, como se vê, são bastante elevadas, sempre acima dos 44 anos, como mostra a tabela abaixo.

---

<sup>166</sup> Na faixa etária dos 20 aos 30 anos, apenas três deputados estaduais foram eleitos em 1982 e 1 em 1986.

**Tabela 13: Bancadas estaduais: média etária por partidos e Legislatura**

	PDS-PPR	PMDB	PFL	PT	PL	PTB	PSDB	PDC
1982	47,6	42,1	-	-	-	-	-	-
1986	44,3	40,2	51,2	-	-	-	-	-
1990	44	45,3	51	45	41	-	-	50,5
1994	42,4	46	50,2	37	50	50	42	-
Total	44,5	43,4	50,8	41	45,5	50	42	50,5

Fonte: Pesquisa de campo.

Numa correlação entre as forças partidárias e as médias etárias a cada legislatura, a tabela 2, acima, mostra que a rigor, não há muita diferença entre partidos e faixas etárias. Observa-se também uma elevação contínua da média etária do PMDB e a queda também constante da média do PPR. No primeiro caso explica-se em razão da permanência de grande parte de seus quadros, enquanto que a diminuição etária do segundo vem ocorrendo na mesma proporção de seu declínio enquanto força eleitoral no Piauí.

O PFL também se destaca pela alta média etária, devido basicamente aos motivos levantados acima: uma experiência política prévia e a reeleição da maior parte de seus deputados. Dessa forma, a passagem pela política municipal, aumenta o tempo de “treinamento político” para a entrada na Assembléia, o que eleva a média de idade do conjunto geral dos deputados ampliada pelas sucessivas reeleições. Estes dados permitem entrever a um tempo a consolidação das carreiras políticas e a pouca renovação de quadros ou circulação das elites políticas. Outra inferência ainda apoiada na tabela número 2 acima é de que as maiores médias etárias são proporcionais ao grau de conservadorismo dos partidos e à taxa de reeleição dos deputados. Isso permite estabelecer uma associação com o perfil ideológico partidário; nesse sentido, quanto mais conservador for o bloco ideológico mais alta é a faixa etária dos deputados, ou, ainda, os partidos tradicionais e conservadores reelegem mais deputados por isso têm as mais altas médias etárias.

Na análise dos deputados em função dos partidos, o PFL é a agremiação que possui a faixa etária mais elevada dentro do conjunto dos partidos ali representados, em média 50,8 anos. Em 1994, o PFL também se apresenta como o partido com maior número de deputados na faixa dos 40 anos, com 5 membros nesta situação. O PPR encontra-se um pouco abaixo da média geral, na casa de 44,5 anos. Já o PMDB tem a terceira maior média, 43,4 anos. Estes partidos possuem as bancadas mais sedimentadas em termos de experiência de vida. Na legislatura 95-99, o PL, o

PTB e o PSDB possuíam apenas um representante cada um, com idades de 45,5, 50 e 42 anos, respectivamente<sup>167</sup>. Já o PT, mesmo tendo ampliado sua bancada, diminuiu sua média, que era de 45 anos em 1990 para 37 anos em 1994. Em ambas as legislaturas tinha a representação mais jovem.

A tabela número 3 apresenta a faixa etária dos deputados federais do período pertencentes aos cinco partidos parlamentares<sup>168</sup>.

**Tabela 14: Média etária geral das bancadas federais, por partidos: 1982 – 1994**

	1982	1986	1990	1994
PDS-PPR	50	47,3	49	-
PMDB	44,6	33,5	51	61
PFL	-	45,6	53,4	-
PSDB	-	-	34	-
PP	-	-	-	49

Fonte: José Lopes dos Santos, 1989 e Perfis Biográficos dos Deputados – ALEPI

Em que pese a ausência de dados de alguns partidos, de um modo geral, pode-se apontar algumas observações a partir da tabela acima: a média das idades das bancadas parlamentares eleitas em 1994 é considerada muito elevada, na casa dos 46,5 anos<sup>169</sup>. Em parte, a representação federal piauiense contrasta com a conclusão de Rodrigues de que “os deputados nordestinos revelam uma propensão maior de entrar mais cedo para a política”, um fato que ele supunha ser explicado pela existência de clãs políticos estruturados nos Estados capazes de eleger seus representantes mais cedo<sup>170</sup>. Sem dúvida, os clãs políticos existem e continuam reproduzindo seu domínio e sua hegemonia, mas como os velhos caciques permanecem por longos períodos ocupando cadeiras, de certa forma atrasam a entrada de seus herdeiros e

<sup>167</sup> Aqui as médias foram conseguidas pelo somatório de cada legislatura.

<sup>168</sup> Durante o período, apenas estes cinco partidos elegeram representantes. A despeito de estar representado na segunda legislatura estudada, o PC do B não elegeu representantes. O único deputado do partido foi eleito pela legenda do PMDB em 1986, que assumiu a vaga do deputado Heráclito Fortes (PMDB) eleito prefeito de Teresina em 1988.

<sup>169</sup> Não há dados disponíveis sobre as idades de Ciro Nogueira Filho e Júlio César (PFL) e Ari Magalhães (PPR), o que impossibilita fazermos a média de idades destas bancadas para a legislatura de 1994 e, assim, a média total das bancadas geral e a média geral de cada legislatura.

<sup>170</sup> Rodrigues, op. cit. p. 69.

sucessores, seja no Legislativo estadual e, principalmente, para a Câmara Federal<sup>171</sup>. Assim, os deputados com herança política direta tendem, ao contrário, a adentrar mais tarde na Assembléia, e muitas vezes já trazem alguma experiência na burocracia partidária, administrativa ou na vereança municipal. Enfim, esse capital político indica duas coisas: a primeira é que os herdeiros de famílias tradicionais desde cedo entram em contato com os canais de acesso à arena política; a segunda, decorrente da primeira, sugere que nesse contexto a competitividade é baixa.

Os indicadores das altas médias de idade das bancadas dos deputados estaduais são explicados pela grande frequência de reeleição, principalmente entre os partidos grandes e tradicionais, e a existência de uma carreira política já pavimentada. Dos 14 deputados eleitos em 1994 pela legenda do PFL, apenas três (Kenedy Barros, Leal Júnior e Francisco Martins) estrearam mandatos na Assembléia. O restante foi reeleito. O PPB (José Nery, Tadeu Maia e Matias Melo) e PMDB também apresentaram três “novos” deputados (Manin Rego, Chico Filho e Bona Carboreto). Percentualmente, o PPR renovou metade de sua bancada enquanto o PMDB, 60% de sua representação. Entre os partidos pequenos, o PT, PTB e PSDB estrearam deputados novos. O PL foi o único que não renovou sua bancada, mantendo o seu único representante.

A maior parte dos 13 deputados “novatos” eleitos em 1994 já ocupara cargos e mandatos nos Legislativos e Executivos municipais, daí a maior frequência de idades encontrarse acima dos 40 anos; no total são oito, ou 61,5% neste grupo de estreantes. Somente cinco ou 38,4% podem ser considerados “novatos” apenas quanto à sua condição etária, pois entre estes estão dois ex-vereadores.

Na legislatura 95-99, o PFL piauiense possui também o deputado mais velho e o mais antigo e também o mais jovem na bancada estadual, com 77 e 31 anos de idade, respectivamente<sup>172</sup>. Ou seja, o partido alia a um tempo a experiência dos caciques políticos do interior e a juventude de um herdeiro político. Enfim, mescla antigas raposas políticas com uma ala jovem composta por herdeiros, em geral, profissionais liberais e empresários do setor urbano. No entanto, a verificação dos elos de parentesco destes novatos revela que a mudança é apenas

---

<sup>171</sup> Um exemplo clássico dessa forma de renovação política é o de Ciro Filho, cujo pai “*abriu-lhe*” a vaga depois de uma longa estada pela política local. O caso de Humberto Silveira é exemplar, posto que permanecia há mais de 50 anos no poder e tinha um filho homônimo vereador na capital, entre outros casos.

<sup>172</sup> O deputado mais velho é Humberto Silveira e o mais jovem é Kennedy Barros, ambos eleitos pela legenda do PFL.

aparente, não passando de uma estratégia para manter o seu domínio e a sua hegemonia na política local.

Dessa forma, as elites políticas locais mantêm no Legislativo estadual um quadro de manutenção e hegemonia altamente concentrador e excludente da grande maioria da população, o que se reflete no baixo nível de renovação e circulação de lideranças políticas. Em última análise, isso termina por ampliar as médias etárias das bancadas estaduais e federais.

#### **4.3. CARREIRA POLÍTICA: MOBILIDADE E RENOVAÇÃO PARLAMENTAR**

Este tópico é uma discussão sobre as carreiras políticas dos deputados. Os dados analisados referem-se apenas às atividades públicas exercidas nos vários níveis de representação política, seja no nível municipal, estadual ou federal. O objetivo é responder as seguintes questões: Quais seriam os fatores ou recursos necessários que podem influenciar no ingresso e na construção de uma carreira política? Que requisitos influenciam o padrão de recrutamento dos membros da elite política?<sup>173</sup> Por último, procuro também inferir sobre o grau de renovação das lideranças e a estréia de novos deputados a cada pleito eleitoral e o grau de mobilidade no interior da elite para, a partir daí, verificar o grau de democracia interna do sistema político estadual.

Dessa forma, o subsistema parlamentar será definido como aberto e democrático observando-se o grau de mobilidade social no seu interior, assim, quanto maior for a mobilidade ou a entrada de estratos diferentes nas composições dos partidos, maior será o grau de abertura ou de democracia interna da Assembléia .

A rigor, o conceito de renovação consiste, neste estudo, na estréia de mandatos, ou seja, a maior ou menor entrada de novos deputados, a renovação numérica e a renovação geracional, isto é, a renovação que ocorre observando-se a variável faixa etária dos deputados eleitos. De acordo com André dos Santos, o processo de renovação parlamentar não consiste

---

<sup>173</sup> Devo destacar dois importantes trabalhos que serviram de base para a análise deste dimensão da realidade política piauiense: *Quem é Quem....?*, Leôncio Rodrigues, São Paulo, Oesp-Maltesc, e *Quem Foi Quem na Assembléia Constituinte de 1946*, de Sérgio Braga, Campinas, UNICAMP, 1996.

“apenas na substituição ou no revezamento entre os quadros políticos já experimentados, mas a franquia pura e simples das cadeiras legislativas a indivíduos estranhos ao campo político”<sup>174</sup>.

Já o conceito de mobilidade política significa o movimento – ascendente ou descendente – de parlamentares que passam de uma condição política menor para outra maior e vice-versa, ou seja, de vereador a prefeito, ou deste para deputado, e assim por diante. Assim, um vereador que consiga um mandato de deputado indica ou implica a ascensão de um estágio a outro, portanto, um movimento político ascendente, ou seja, indica alguma mudança interna na composição das elites políticas no Legislativo.

A construção do modelo de mobilidade política adotado obedece à seguinte ordem, que engloba os vários níveis de representação parlamentar, a saber: Vereador – Prefeito – Governador - Deputado Estadual - Deputado Federal e Senador. No entanto, para uma melhor adequação à realidade piauiense, esta ordem hierarquizada não é absoluta ou fixa, uma vez que podem haver avanços, *saltos* ou recuos durante o percurso da carreira política dos deputados, devendo a mesma ser flexibilizada pela constatação de que alguns parlamentares já iniciam a carreira como deputados, sem terem ocupado qualquer posto eletivo anterior, bem como devido ao fato de que dificilmente uma carreira política evolui na forma ideal apresentada.

Em que pese a rigidez da estrutura de classe no Piauí, que bloqueia substancialmente inclusive as possibilidades de ascensão social, o Legislativo piauiense só aos poucos está se abrindo aos deputados recrutados fora do padrão elitista historicamente determinado. Mesmo assim, 6 dos deputados estaduais (56,15%) que estrearam mandatos em 1994 eram herdeiros da tradição política de algumas famílias, portanto, recrutados no seio da elite social e política; 5 deles estavam em processo de ascendência política. Apenas dois deputados (15,39%) foram recrutados junto aos setores organizados da sociedade pertencentes ao PT, o que por si só já é um indicativo de algum processo de mobilidade sociopolítica da classe trabalhadora, via sindicatos corporativos.

Estes são os casos mais claros de mobilidade social e política dentro das bancadas estudadas. Um caso emblemático no sentido de que um deles saiu da vereança e o outro do sindicato e ambos procedem de famílias de origens mais populares que, relativamente, teriam um

---

<sup>174</sup> Santos, André dos. Op. cit. p. 90.

capital cultural e intelectual mais baixo que o da grande maioria dos deputados desta legislatura. Exemplo de inovação política como esse fato só pode ter comparação com o caso de César Sindô (PMDB), eleito na bancada de 1990, posto que não procedia de nenhuma família política tradicional, era natural de uma pequena cidade do interior e não possuía fortuna nem nível educacional superior. No entanto, seu nome foi envolvido em denúncias de corrupção eleitoral que teriam favorecido a sua eleição naquele pleito, tendo inclusive seu mandato cassado. Em suma, esse cenário marcado pela alta incidência de manutenção de mandatos barra a renovação no Legislativo, não apenas no que tange à substituição ou revezamento de quadros parlamentares já experimentados, mas à franquia pura e simples de indivíduos estranhos ao mundo político – os *outsiders*<sup>175</sup>.

A reflexão sobre a entrada na política mostra que com relação à renovação geracional, isto é, a entrada de elementos jovens, nas duas últimas legislaturas do período, 91-94 e 95-99, não houve renovação pelo fato de nenhum deputado eleito encontrar-se abaixo dos trinta anos. De forma geral, é raro algum deputado ascender ao mandato abaixo dos 30 anos de idade. Os únicos casos ocorreram exatamente na mesma legislatura, 1982. Ambos os deputados eram também herdeiros políticos diretos, Marcelo Coelho do PDS (do clã dos Portella) e Paulo Silva (PMDB), filho de Alberto Silva, tinham, à época, 26 anos de idade. Ou seja, as elites políticas estavam apenas substituindo peças ou mesmo ampliando seus membros. Para se ter uma idéia, o deputado estadual mais jovem eleito em 1994 – Kennedy Barros, do PFL – iniciou a carreira política na Assembléia com 31 anos e era herdeiro da tradicional família Barros Araújo da cidade de Picos. No outro extremo, o deputado Humberto Reis, também do PFL naquela legislatura, iniciou o seu décimo terceiro mandato consecutivo desde 1946<sup>176</sup>.

---

<sup>175</sup> Utilizamos aqui a expressão de Santos, André dos. op. cit. pág. 90.

<sup>176</sup> Tendo permanecido até o final de seu mandato, em 1999 recebeu comenda oferecida pelo Parlamento do Canadá como reconhecimento pela sua intensa atividade política de meio século.

**Tabela 15: Deputados estaduais em primeiro mandato, por faixa etária e legislaturas**

	1982	1986	1990	1994	Média
20 – 30 anos	3	1	-	-	1
31 – 40 anos	4	3	2	5	3,5
41 – 50 anos	3	5	2	7	4,2
51 – 60 anos	1	2	1	1	1,2
Mais de 60	-	-	-	-	-

Fonte: José Lopes dos Santos; ALEPI e pesquisa de campo.

Outro indicativo de que a renovação em termos de quadros não significa necessariamente renovação etária é que a maioria dos estreantes em todas as legislaturas está na faixa etária entre 41 e 50 anos, uma média de 4,2 a cada pleito durante o período estudado. Da mesma forma, a estréia na Assembléia ou na Câmara Federal não significou o início na atividade política, isto porque alguns políticos já adentraram nessas casas com uma carreira bem pavimentada. Para a Câmara Federal, embora a faixa etária modal seja a mesma, 41 a 50 anos, os deputados estreantes chegam àquela casa bem mais velhos. Tendo-se como referência a bancada de 1986 – a maior renovação –, a média de idades era de 44 anos, contra 41 anos dos estreantes na Assembléia Legislativa naquela legislatura.

Se o pleito de 1994 foi amplamente animado pela entrada de novos atores partidários, como o PSDB e o PTB, bem como pela renovação etária fornecida pelo PT, os maiores partidos ainda são os que mais renovam em termos absolutos, embora a manutenção de seus quadros ainda seja infinitamente maior que a renovação de suas lideranças.

#### **4.4. NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E FEDERAIS**

O objetivo principal, neste tópico, é analisar o grau de escolaridade das bancadas parlamentares piauienses. De modo geral, os estudos sobre a ocupação dos representantes políticos das elites no Brasil demonstram que, no processo de dominação, estabelece-se uma

afirmação política de minorias governantes sobre a imensa massa ou as maiorias governadas. Nesse processo entram como elementos basilares, de um lado, a história e a tradição, e, de outro, a superioridade econômica e intelectual das elites políticas<sup>177</sup>.

Existem várias metodologias para a análise da estrutura social da classe política, tendo em vista a sua escolaridade<sup>178</sup>. Leôncio Rodrigues (1988), procurando dimensionar o grau de mobilidade social dos constituintes de 1988, utilizou a variável *nível de escolaridade paterna* dos deputados. A metodologia aqui utilizada não adota esse critério para medir o grau de ascensão social dos deputados piauienses.

A princípio, seu estudo revelou fortes indícios de que a maior proporção de deputados da bancada nordestina vinha de “elites políticas locais”, ou seja, do interior das classes econômica e socialmente privilegiadas<sup>179</sup>. Uma vez que se faça uma associação entre o perfil social dos deputados e as famílias às quais pertencem, os indícios apontam que o recrutamento da elite política piauiense tende a ocorrer basicamente ou em maior proporção no interior das classes médias altas e altas<sup>180</sup>, ou seja, boa parte deles é descendente de clãs familiares tradicionais na arena política, enfim, pertencem à elite econômica estadual que, teoricamente, são estratos sociais detentores de um capital cultural e intelectual considerável. Donde se conclui que “esse ambiente constitui ainda a escola política, onde o aspirante é ‘curtido’, adquirindo regras e valores do mundo político”<sup>181</sup>. A tabela número 5, abaixo, mostra a formação escolar dos deputados observados os três níveis de ensino em vigor no período nos quatro ciclos eleitorais estudados.

<sup>177</sup> A esse respeito também se reportou Michels, op. cit, p. 53.

<sup>178</sup> Além do estudo de Rodrigues, que serve de base para o trabalho de análise do perfil socioeconômico da elite política brasileira, um outro trabalho nos foi também de imensa valia para a análise de alguns de seus aspectos mais relevantes. Trata-se da dissertação de Sérgio Soares Braga, já citada em notas anteriores.

<sup>179</sup> Rodrigues, op. cit. p. 72-3.

<sup>180</sup> Cabe ainda ressaltar que as classes média alta e alta foram definidas como aquelas essencialmente urbanas e metropolitanas, compostas por profissionais liberais, intelectuais e letrados das médias e grandes cidades, principalmente destas.

<sup>181</sup> Santos, André dos. op. cit. pág. 89.

**Tabela 16: Nível de escolaridade dos deputados estaduais, por partidos, 1982-1994**

Partidos	1982			1986			1990			1994		
	1º grau	2º grau	3º grau	1.º	2.º	3.º	1.º	2.º	3.º	1.º	2.º	3.º
PFL	-	-	-	-	2	14	-	2	10	-	-	14
PDS/PPR	-	4	6	-	-	8	-	3	6	-	2	3
PMDB	-	3	14	-	1	5	-	2	2	-	2	4
PT	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2
PL	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	1
PDC	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
PSDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
PTB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
<b>Total</b>	-	-	20	-	3	27	-	7	23	-	4	26

Perfil Biográfico dos Deputados Estaduais – ALEPI, 1995.

Uma das leituras possíveis é de que ao concentrar uma representação política majoritariamente detentora de títulos universitários e a ausência de elementos com baixos níveis de escolaridade, o cenário político mostra-se bastante seletivo, excludente e concentrador, repartindo o controle político entre as faixas escolares e socioeconômicas mais elevadas socialmente e mais bem aquinhoadas economicamente.

Os dados de escolaridade dos deputados estaduais apontam a alta formação educacional das quatro bancadas. A maior incidência do segundo grau só ocorreu nas bancadas de 1982 e 1990, ambas com 7 representantes; o restante possuía formação universitária. A legislatura 1987-1990 foi a que registrou o maior número de deputados portadores de diploma superior, 27 contra apenas 3 do ensino médio. Em todas as quatro eleições os deputados com nível universitário ultrapassam sempre os 2/3 das bancadas, como se vê na tabela 5 da página anterior.

No que se refere às bancadas eleitas para a Câmara dos Deputados, os níveis de instrução também apontam a ausência de deputados com o primeiro grau, prevalecendo os com diploma universitário. Na bancada eleita para o período 87-91, por exemplo, nove deputados federais tinham formação superior e apenas um o segundo grau. O ponto culminante ocorreu na legislatura 91-95, quando todos os deputados tinham instrução universitária.

**Tabela 17: Nível de escolaridade dos deputados federais, por legislaturas.**

Legislaturas	Grau de Instrução	Partidos				
		PDS-PPR	PMDB	PFL	PSDB	PP
1983-87	1.º Grau	-	-	-	-	-
	2.º Grau	1	1	-	-	-
	3.º Grau	5	2	-	-	-
1987-91	1.º Grau	-	-	-	-	-
	2.º Grau	-	-	-	-	-
	3.º Grau	3	2	5	-	-
1991-95	1.º Grau	-	-	-	-	-
	2.º Grau	-	-	1	-	-
	3.º Grau	2	2	4	1	-
1995-99	1.º Grau	-	-	-	-	-
	2.º Grau	-	-	1	-	-
	3.º Grau	1	2	4	-	1

Fonte: José Lopes dos Santos, 1987; ALEPI, 1995 e pesquisa de campo.

A tabela 6, acima, mostra o alto nível educacional da bancada federal piauiense posto que nenhum deputado possuía o curso primário ou antigo primeiro grau, fato ocorrido somente na legislatura eleita em 1982, com dois deputados, enquanto 77,7% deles haviam cursado uma faculdade. Toda a bancada eleita em 1986 tinha formação universitária. O deputado Heráclito Fortes, do PFL, que voltou à Câmara em 1980 e reeleito em 1994, era o único que não possuía diploma de terceiro grau. Desagregando os dados por partidos, todos os deputados do PFL majoritariamente possuem o curso universitário. O PDS-PPR e o PMDB nas três últimas legislaturas possuem unicamente deputados com o curso superior.

Como se observa pelos dados das tabelas 5 e 6, mesmo não sendo uma necessidade formal para o acesso ao mandato, o nível de instrução tende a ser um elemento objetivo de controle e seleção “natural” da representação política dentro da Assembléia. Os números apontados pela tabela 6 revelam que o recorte escolar secundário é pouco provido de representação naquela casa. O nicho escolar predominante onde se localiza a elite política são os estratos mais altos do sistema educacional de graduação e pós-graduação universitária.

Levando-se em conta os dados da realidade escolar piauiense, os números

apresentados acima são bastante sugestivos. Primeiro porque ainda são altos os índices de analfabetismo que até 1991, de acordo com o IBGE, atingia quase a metade da população piauiense. Assim, o alto grau de formação acadêmica da elite política local está em descompasso com a realidade educacional do Piauí. Os dados relativos às bancadas estaduais apontam uma elevada proporção de deputados com diploma universitário, sempre com mais de 2/3, o que indica a existência ou predomínio relativo de candidatos mais instruídos na competição. Segundo, o cruzamento do número de diplomas universitários com a ausência de deputados jovens tende a reforçar a dimensão elitista e o grau de concentração política nas mãos da elite social e econômica em geral, e da elite política em particular.

Um dado histórico da educação piauiense ajuda a compreender melhor essa inferência: a tardia implantação de sua universidade. Esse fato obrigava os filhos das elites agrárias locais a deixarem o Piauí para a conclusão dos estudos em outros centros educacionais mais avançados do Nordeste e do Brasil até o início da década de 70, quando foi fundada a universidade no Piauí<sup>182</sup>. Isso indica que a maioria dos atuais deputados – a parcela mais velha – necessitou se deslocar para outros centros urbanos mais distantes e desenvolvidos, especialmente para Recife, Salvador e Rio de Janeiro, para a obtenção do diploma superior, o que demandava recursos.

A associação entre as variáveis nível de escolaridade e ideologia partidária mostra que a porcentagem de deputados dos partidos conservadores e tradicionais que frequentaram o curso superior é maior do que a dos deputados pertencentes aos partidos de centro e de esquerda. Neste conjunto, o PFL é o partido com a mais alta formação intelectual, sendo também o partido mais *velho*, tendo o PT como contraponto. De acordo com a dinâmica estadual e a partir desses indicadores até aqui analisados, verifica-se que tendem a coincidir num mesmo partido o elevado nível educacional, de reeleição e as altas médias etárias dos deputados.

---

<sup>182</sup> A Universidade Federal do Piauí só foi implantada no início da década de 1970. Até então existiam apenas as faculdades de Medicina, de Filosofia e de Direito. Historicamente, a elite social e econômica, até o advento da UFPI, enviava seus filhos para completarem seus estudos superiores em centros mais avançados, como o Recife, Salvador e o Rio de Janeiro.

#### 4.5. OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DA ELITE PARLAMENTAR

Neste tópico o objetivo é analisar o perfil das atividades profissionais dos parlamentares piauienses no sentido de identificar as classes e os setores sociais representados nos Legislativos. Este indicador enfatiza o predomínio político-eleitoral de certos setores da elite como as ocupações da classe média – os profissionais liberais – na esfera parlamentar. De antemão chama a atenção o grande número de advogados, médicos e engenheiros com mandatos naquelas casas.

Estas profissões são relativamente detentoras de status, poder e privilégios reconhecidos em nome de uma suposta competência e autoridade dentro da sociedade piauiense; supõe-se que estas características sejam racionalizadas e capitalizadas enquanto estratégia para alavancar uma carreira política. A alta incidência dessas profissões traduz uma espécie de controle das cadeiras e do poder político por estas categorias profissionais.

No trabalho de análise das atividades econômicas dos deputados, utilizo basicamente os mesmos critérios de classificação socioprofissional elencados por Leôncio Rodrigues para a análise dos deputados constituintes de 1986<sup>183</sup>. O conjunto das ocupações profissionais dos deputados estaduais eleitos em 1994 mostra a existência basicamente de apenas três dos grupos apontados por Rodrigues: **grupo I** que engloba as profissões intelectuais, **grupo II**, que reúne os empresários e o **grupo III**, no qual se classificam os servidores públicos, como mostra a tabela abaixo, que apresenta dados das quatro legislaturas<sup>184</sup>.

---

<sup>183</sup> Rodrigues, Leôncio M. op. cit. p. 76-79. Refiro-me à classificação efetuada pelo autor para as atividades profissionais dos deputados federais e senadores constituintes em cinco grupos principais: **Grupo I**: profissões intelectuais; **Grupo II**: empresários; **Grupo III**: servidores públicos; **Grupo IV**: profissões manuais ou de nível médio; **Grupo V**: profissões outras.

<sup>184</sup> Rodrigues, L. op. cit. p.79.

**Tabela 18: Grupos de ocupação profissional na Assembléia Legislativa: 1994**

Grupos Profissionais	1982	1986	1990	1994
GI	22 (81,4%)	24 (80%)	23 (76,6%)	22 (73,3%)
GII	3 (11,1%)	2 (6,6%)	4 (13,3%)	6 (20%)
GIII	2 (7,4%)	4 (13,3%)	3 (10%)	2 (6,6%)
Total	27 (100%)	30 (100%)	30 (100%)	30 (100%)

Fonte: Biografias dos Deputados Estaduais – ALEPI.

Na seção anterior foi mostrada a hegemonia da formação universitária dentro das bancadas partidárias na Assembléia, fato que se reproduz no perfil profissional dos deputados com o predomínio de deputados oriundos ou atuantes em setores socioeconômicos de elite. Mais uma vez a composição das bancadas se mostra bastante seletiva e concentrada nos estratos de atividades mais elevadas, com uma proporção superior das profissões intelectuais, seguidas de empresários e por último, e em menor número, as profissões de nível médio.

Em todas as quatro bancadas estudadas, a maioria dos deputados, em média 77,8%, encontra-se no bloco I das ocupações ou atividades, revelando profissionais hipoteticamente mais capacitados e intelectuais enquanto que o GII está representado com 12,7% e o GIII em média com 9,3% em todo o período estudado. Estes dados sugerem que de alguma forma o capital cultural dos deputados – candidatos – pode ser um requisito importante na construção de uma carreira política.

A divisão dos grupos de ocupação profissional pelo espectro partidário mostra que o bloco da direita está completamente enquadrado dentro dos grupos I e II, com amplo predomínio do primeiro grupo de profissões. Na composição eleita em 1994 o agrupamento intrabloco para o grupo I está dividido da seguinte maneira: PFL, 14 deputados; PPR, 3; PL, 1 e PTB, 1. Para o Grupo II, apenas o PPR está representado com 3 empresários.

O bloco de centro possui três grupos de profissões, é composto por 3 deputados do grupo I do PMDB e 1 do PSDB. O PMDB tem ainda um representante nos grupos II e III. O PT tem perfil social enquadrado no grupo III, com 2 funcionários públicos. Uma vez que se desagregue a bancada por sua formação escolar, ambos integram o grupo I, embora não tenham terminado seus respectivos cursos.

Os dois deputados petistas foram recrutados junto ao funcionalismo público federal e alcançaram seus mandatos impulsionados pela sua liderança e suas atuações frente ao movimento sindical dos bancários no Piauí, porquanto, representam o emergente sindicalismo urbano piauiense. Este é, em si, um indicador de que a atuação sindical no Piauí começa a possibilitar uma via de acesso à carreira política a seus dirigentes de maior expressão.

Desagregando-se os dados coletados por partido, o PFL é o que conta com maior proporção de deputados incluídos apenas no grupo I das atividades profissões liberais classificadas como de alto nível cultural ou intelectual. No seu interior, a categoria que mais aparece é a dos advogados. Essa mesma situação parece ser uma tendência dentro do próprio país, uma vez que em todas as regiões brasileiras os deputados que foram – e são – advogados estão sempre muito bem representados, seja nas bancadas estaduais, seja nas bancadas federais<sup>185</sup>. No Piauí, a sua proporção dentro do grupo pefelista é de 42,8%. A seguir vem a categoria dos médicos, com 28,5%, logo depois os economistas, 14,2% e, por fim, engenheiro e dentista com 7,1% cada um.

Para a bancada federal apresento uma tabela um pouco mais resumida, que reúne num único campo as atividades ditas intelectuais, pertencentes ao grupo I, do modelo adotado, isto é, a área médica, engenheiros, economistas e jornalistas, como mostra a tabela a seguir.

---

<sup>185</sup> Refiro-me aqui às constatações de Rodrigues acerca das bancadas federais de 1986, nas quais o autor concluiu que a categoria constitui a frequência modal em todas as regiões do país, variando de 25% dentro da bancada do Centro-Oeste para 15% da bancada da região Sul. Rodrigues, op. cit. p. 89.

**Tabela 19: Atividades profissionais dos deputados federais, por partidos e legislaturas**

ANOS	ATIVIDADES	PARTIDOS				
		PFL	PMDB	PDS-PPR	PSDB	PP
1982	Atividades Intelectuais	-	1	4	-	-
	Empresários	-	1	-	-	-
	Agropecuária	-	1	1	-	-
	Func. Público	-	-	-	-	-
1986	Atividades Intelectuais	4	-	2	-	-
	Empresários	1	-	-	-	-
	Agropecuária	-	-	-	-	-
	Func. Público	-	2	1	-	-
1990	Atividades Intelectuais	2	2	2	-	-
	Empresários	2	-	-	-	-
	Agropecuária	-	-	-	-	-
	Func. Público	1	-	-	1	-
1994	Atividades Intelectuais	3	2	1	-	1
	Empresários	1	-	1	-	-
	Agropecuária	-	-	-	-	-
	Func. Público	1	-	-	-	-

Fonte: Dados biográficos dos deputados federais

Os dados acima permitem observar o grau de elitismo da bancada federal piauiense com base na ocupação profissional dos deputados. Mesmo quando aparecem como funcionários públicos, caso da deputada Myriam Portella, do PDS, eleita em 1986, a formação educacional é elevada, posto que era advogada, ou o caso de Paulo Silva, que também possuía nível superior, tendo cursado duas faculdades. Por outro lado, os empresários estão em minoria em todas as legislaturas. No entanto, deve-se afirmar que alguns médicos e advogados são proprietários ou sócios de clínicas e escritórios particulares.

Da mesma forma, é possível encontrar deputados em duas categorias profissionais, como é o caso de Jesus Tajra, bacharel em Direito e empresário do setor automobilístico, de casas de comércio, dono de jornal e de uma emissora de televisão na capital, sendo enquadrado nesta categoria; Ciro Nogueira (pai), formado em Direito e ao mesmo tempo era empresário em Teresina, também foi enquadrado nesta última. Outro caso é o de José Francisco Paes Landim, formado em Direito, mas professor da Universidade de Brasília, que foi enquadrado como funcionário público. Ainda na bancada de 1982, Ludgero Raulino era fazendeiro, mas exercia a profissão de médico, e somente Milton Brandão (PDS) era um legítimo representante da

categoria dos agropecuaristas.

Pelos números apresentados, pode-se observar a influência de determinadas categorias profissionais para a conquista de um mandato parlamentar. Assim, a atividade profissional ganha importância e pode contribuir na medida em que possa facilitar “a familiaridade com a retórica e com a linguagem política (...) [e que permita o deputado ser] capaz de se mover com desenvoltura no cipoal de leis, acordos, negociações etc.”<sup>186</sup>

Para a Assembléia Legislativa, é possível ainda estabelecer uma correlação entre as variáveis nível das profissões e ideologia dos partidos, no sentido de que a tendência geral observada é aumentar drasticamente o peso das profissões intelectuais à medida que se vai da esquerda – ou, mais precisamente, do centro - para a direita. Mesmo que se proceda um recuo à bancada federal eleita em 1986, majoritariamente de direita, a situação não é diferente, ou seja, predominam as profissões intelectuais no seu interior. Exatamente o contrário da conclusão a que chegou Rodrigues no seu estudo dos deputados constituintes brasileiros, os piauienses incluídos<sup>187</sup>. Segundo ele, de um modo geral, as ocupações e atividades profissionais dos parlamentares constituintes tendiam a aumentar o peso das profissões intelectuais à medida que o deslocamento se dava da direita para a esquerda, segundo a terminologia corrente. No Piauí isso ocorria devido a pouca representatividade numérica da bancada de esquerda – do PT – e, pelo fato de que nenhum dos dois deputados desse bloco possuía profissões ou atividades que exigiam grande formação intelectual, posto que eram sindicalistas do setor dos bancários.

Dessa forma, o perfil socioeconômico das bancadas partidárias eleitas em 1994 aponta 24 deputados recrutados junto à categoria dos profissionais liberais, o que equivale a 80% inclusos no grupo I. Quatro deputados ou 13,3%, possuem ocupações ligadas ao capital econômico, industrial e agropecuário classificados no grupo II<sup>188</sup>.

Analisando os dados coletados em função da formação profissional, observa-se que a formação universitária dos deputados é muito diversificada e ocupa várias áreas do conhecimento

<sup>186</sup> Santos, André dos. op. cit. pág. 93.

<sup>187</sup> Rodrigues, op. cit. p. 83.

<sup>188</sup> Mathias Melo (PPR) e Bona Carureto (PMDB) são empresários do setor de gado de corte; Eurimar Nunes é empresário do setor de veículos e agropecuarista, Chico Filho (PMDB) é empresário do setor agrícola, produz soja, arroz etc.; José Nery (PPR) é empresário do setor de bebidas.

científico<sup>189</sup>. Assim, encontramos convivendo no mesmo ambiente legislativo médicos, advogados, engenheiros eletricitas, biólogos, geólogos, economistas, sindicalistas e fiscais de tributos, estes com formação ou nível educacionais apenas médio, como aponta a tabela 9 abaixo<sup>190</sup>.

**Tabela 20: Profissões dos deputados estaduais, por legislatura**

	1982	1986	1990	1994
Advogado	10	9	5	8
Área Médica	6	10	11	10
Economista	-	1	1	2
Engenheiro	3	3	5	2
Empresários	3	2	4	6
Jornalista	2	-	1	-
Func. Público	2	4	3	2
Geólogo	1	1	-	-
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>

Fonte: Pesquisa de campo.

O estudo das bancadas segundo os diferentes níveis de formação escolar mostra que a maior parte dos deputados em todas as quatro legislaturas possui diploma superior. Desagregando os dados em termos de áreas de conhecimento, a maioria dos deputados é formada em Direito, seguida de Medicina, o que é, em si, um indício adicional da influência do chamado “bacharelismo” na formação das lideranças políticas brasileiras,

De acordo com a tabela 9, acima, no seu conjunto, as maiores proporções (as frequências modais) de atividades profissionais distinguidas na pesquisa na Assembléia Legislativa são as categorias de médicos, com 37 elementos, ou 31,6%, e de advogados, com 32 representantes (27,3%). A seguir vêm os empresários urbanos e rurais, com 15 membros (12,8%) e os engenheiros com 13 representantes. Os jornalistas com três cadeiras, garantiram 02,5% das vagas.

Se, por um lado, todos os deputados do PFL encontram-se no grupo I, de outro, o PT

<sup>189</sup> No campo “área médica” estão incluídos, além dos médicos, dentistas, bioquímicos e médicos veterinários. Vale dizer também que entre os engenheiros alguns trabalhavam no funcionalismo público estadual na Cepisa e na Agespisa, as empresas de economia mista que controlam o fornecimento de água e energia elétrica no Piauí.

<sup>190</sup> Braga, Sérgio S. op. cit. p. 66.

detém todos os deputados inclusos no grupo III que tinha em 1995 uma bancada com perfil sindical. A eleição desses dois deputados oriundos do movimento sindicalista urbano é um indicativo de que as atividades sindicais já aparecem como estágio prévio para o acesso a cargos eletivos no quadro partidário piauiense.

A predominância de profissões liberais implica também na existência de verdadeiras corporações profissionais dentro da Assembléia. Estes dados atuam no reforço do alto grau de elitismo dentro das bancadas parlamentares piauienses e reforçam a desproporção com relação aos altos índices de analfabetismo da maioria da população estadual.

De uma forma geral, todas as bancadas eleitas, em sua grande maioria possuem categorias profissionais inseridas no grupo das atividades que exigem um elevado nível de escolaridade, enfim, um alto capital cultural. Em tese, esse capital intelectual é utilizado para a manutenção e ampliação do capital econômico, característico dos profissionais liberais e que, segundo Rodrigues, teoricamente, não difere também do grupo II. A bancada de 1994 apresentou como novidade a pequena alteração no perfil dos ocupantes de cadeiras legislativas quando pela primeira vez elementos das classes trabalhadoras – sindicalistas recrutados junto ao setor organizado dos bancários, uma categoria até então excluída do poder –, pertencentes à bancada do Partido dos Trabalhadores. Contudo, se a tênue democratização face a ampliação dos grupos recrutáveis na composição da Assembléia é um dado significativo, de uma forma geral, os quadros legislativos piauienses ainda são a expressão da continuidade histórica das velhas oligarquias no poder atualmente legitimadas pelo guarda-chuva institucional, as eleições periódicas e relativamente competitivas, o voto universal e a grande liberdade que gozam os partidos políticos.

#### 4.6. CONCLUSÕES

Pode-se afirmar que a atividade política enquanto um processo dinâmico e social envolve várias e poderosas formas de poder, seja econômico e/ou intelectual. Nesse sentido, as abordagens clássicas geralmente equacionam a capacidade de domínio das elites sobre a

sociedade com base no controle de uma ou da conjunção de todas estas forças sociais e a prevalência de um ou de outro elemento delinea os distintos tipos de elites existentes<sup>191</sup>.

Embora tenham sido encontradas diferenças de geração, educacionais e regionais entre os deputados, a diversidade das composições é apenas aparente quando são observados os indicadores descritos na pesquisa. Via de regra, a classe política local é composta por elementos da classe média, muitas vezes unidos por laços sociais, familiares e corporativos.

O nível educacional desse estrato da classe política era bastante elevado. Considerando-se as 117 cadeiras em disputa durante o período, 94 titulares, 80% possuíam o curso superior; nas bancadas federais esse percentual atinge uma proporção ainda maior, 89,7%, ou seja, de um total de 39 vagas, 35 tinham formação universitária.

No que se refere à faixa etária, encontrou-se um forte indicativo da oligarquização interna da elite parlamentar piauiense: as altas médias etárias em todas as legislaturas e em todos os partidos políticos; seja para o mandato estadual, seja para a Câmara federal, a faixa etária modal, isto é, mais freqüente, sempre esteve acima dos 40 anos de idade. Esse fato sugere que a classe política deva possuir algum mecanismo de seleção e controle interno que produza esse quadro. A rigor, a estréia de mandatos na Assembléia ocorre com mais freqüência (4,2, em média) com deputados com idades entre 41 e 50 anos. Nas duas últimas legislaturas estudadas, nenhum deputado estreou mandato abaixo dos 30 anos de idade.

A análise do perfil profissional dos deputados piauienses revelou um alto grau de elitismo com base nas suas ocupações profissionais ao reunir 77,8% de seus membros entre aqueles que exercem atividades consideradas intelectualizadas, ou seja, aquelas que para o desempenho de sua função exigem um elevado capital cultural. Nas quatro legislaturas os médicos representaram 31,6% das cadeiras, os advogados, 27,3% e os engenheiros, 11,1%. Isso significava, em média, 9,2, 8 e 3,2 cadeiras a cada eleição, respectivamente. As atividades do setor produtivo – empresários urbanos e rurais – desempenham um papel menor na correlação de forças políticas, com 3,7 cadeiras por legislatura. Esses números são mais ampliados quando se observa a composição das bancadas federais.

---

<sup>191</sup> Ettore Albertoni, op. cit.

O exame realizado com os dados educacionais conduziu também à conclusão de que se trata de um grupo altamente elitizado, em média acima dos 80%<sup>192</sup>. A grande novidade apresentada na composição das quatro legislaturas ocorreu na bancada petista eleita em 1994 para a Assembléia, que era composta por dois sindicalistas oriundos do setor dos bancários. Esse dado mostra que, embora ainda em pequena escala, houve uma ampliação dos estratos sociais naquela casa, pois a rigor a composição das bancadas é recrutada dentro dos setores médios da sociedade, ou seja, os profissionais liberais, mais de 73% em 1994, ou 22 deputados.

---

<sup>192</sup> Em 1982 o percentual de deputados com o nível superior era de 74%; em 1986, era de 90%; em 1990, 76,6% e em 1994, era de 80%.

## CAPÍTULO 5

### A POLÍTICA OLIGÁRQUICA PIAUIENSE: ESTRUTURA E MANUTENÇÃO

Este capítulo tem como objetivo oferecer uma interpretação do processo de oligarquização da arena político-partidária do Piauí centrada nas carreiras políticas dos deputados. Procura, outrossim, mostrar que a experiência política é um indicador da manutenção de elites dentro das casas legislativas estudadas. Esta dimensão do estudo permite-nos: primeiro, argumentar sobre o maior ou menor grau de oligarquização do subsistema político-partidário; segundo, examinar as agremiações que mais reelegem representantes; terceiro, mostrar o grau de mobilidade política observando-se os cargos eletivos anteriores ocupados pelos deputados piauienses.

Mesmo que se leve em consideração a regularidade dos pleitos eleitorais (na média, uma eleição a cada dois anos), da instituição do pluripartidarismo, da grande oferta de agremiações, da ampliação da magnitude da circunscrição eleitoral e parlamentar – o número de votos e de cadeiras em disputa – e da democratização do processo eleitoral visto pela ampliação do sufrágio estendido em 1985 a menores de idade e aos analfabetos etc., a tendência básica da elite política piauiense nas duas décadas é a sua pouca renovação tanto etária como quantitativa dos quadros legislativos estadual e federal. Enfim, se o multipartidarismo ampliou o leque de partidos, as forças conservadoras e oligárquicas ocuparam os espaços, e mesmo nos momentos de crise souberam a seu modo e às suas necessidades acomodar e conciliar suas diferenças e interesses, confeccionando alianças entre grupos políticos e familiares. A esse respeito, Silva (1997) diz que:

*“há que reconhecer que nossa elite política é muito competente para forjar processos políticos que possibilitem a sua permanência no poder, através de alianças, acordos, rompimentos e conagraçamento, quase todos tidos e havidos com a união de esforços para resolver o problema de nosso subdesenvolvimento”<sup>193</sup>.*

---

<sup>193</sup> Da Silva, Roberto J, op. cit.

De modo geral, este quadro político pode ser explicado como resultante da influência de certos determinantes históricos e sociológicos, como o caráter oligárquico de sua formação política ou ainda ligá-lo a fatores socioeconômicos locais, tais como, a) a pobreza da população, b) os altos índices de analfabetismo, c) os baixos níveis de urbanização e infra-estrutura física e social nas cidades do interior, d) a incipiente industrialização no Estado e, e) por último, a histórica presença de grupos familiares ancorados na concentração fundiária. Estes são os elementos que compõem a cadeia oligárquica garantidora da hegemonia, da coesão e da reprodução de um reduzido grupo social e político de elite dentro das duas casas legislativas estudadas.

### 5.1. OCUPAÇÃO PRÉVIA DE MANDATOS ELETIVOS E MOBILIDADE POLÍTICA

A análise dos repertórios biográficos elaborados pela Assembléia Legislativa<sup>194</sup> revelou uma grande incidência de deputados com extensas carreiras políticas na ocupação de cargos eletivos em diferentes níveis de representação.

Dessa forma, a ocupação de cargos eletivos municipais de vereador e de prefeitos e as atividades desenvolvidas na burocracia partidária, são capitalizadas pelos candidatos como “atividades que facilitam a familiaridade com uma linguagem especificamente política”<sup>195</sup>. Uma vez instalados no poder, vereadores e prefeitos procuram dar seqüência às suas carreiras políticas empreendendo uma carreira política ascendente, daí o grande número de vereadores candidatos a uma cadeira na Assembléia.

Deve-se lembrar também que a ascendência política nos principais clãs familiares, como se viu atrás, é na verdade uma “rota alternativa” para um *début* político queimando etapas iniciais da carreira política. Em última análise, estes fatores ampliam ainda mais o grau de hegemonia e o caráter excludente e elitista no recrutamento da elite política legislativa piauiense

<sup>194</sup> Dada a exigüidade de dados constantes nos repertórios da Assembléia tive que muitas vezes recorrer às inestimáveis obras do professor José Lopes dos Santos, jurista e maior historiador da história política piauiense.

<sup>195</sup> Santos, André dos. op. cit. p. 93.

em espécie. Vale dizer ainda que por experiência política entende-se o exercício de qualquer atividade pública anterior, seja no Parlamento, estadual, federal ou mesmo municipal – experiência parlamentar –, seja no comando do Poder Executivo. A tabela abaixo apresenta um resumo da carreira ou da experiência política de cada deputado eleito nas quatro bancadas analisadas.

**Tabela 21: Experiência política dos deputados estaduais piauienses: 1982-1994**

Experiência política	1982	1986	1990	1994
Sem experiência	11	8	7	6
Ex-vereador	4	3	2	2
Ex-prefeito	4	2	4	4
Reeleitos	15	19	22	17

Fonte: Pesquisa de campo.

A rigor, todas as composições analisadas apresentam um número cada vez menor de deputados inexperientes, como mostra a tabela número 1. Por outro lado, tem aumentado o número de estreantes que já trazem alguma experiência política prévia, seja parlamentar, seja na administração pública municipal. Ainda de acordo com os dados acima, no pleito de 1982, dos 10 deputados sem experiência política anterior, 4 eram herdeiros políticos – filhos –, 2 possuíam famílias com alguma ramificação política e apenas dois poderiam ser considerados “*outsiders*”; outros dois já possuíam vida política iniciada na burocracia partidária sem, contudo, assumirem cargos eletivos<sup>196</sup>. Da composição parlamentar da Assembléia na legislatura 91-95, dos 7 “inexperientes”, dois vêm de famílias políticas e dois são “estranhos” ao mundo político.

Os dados acima mostram claramente que existe uma tendência contínua e decrescente à entrada de deputados sem algum tipo de experiência política anterior. Em síntese, isso significa que a entrada de *outsiders* ou de candidatos fora dos esquemas já estabelecidos fica cada vez mais afunilada. Exemplo disso são altas as taxas de continuismo político, sempre acima de 60%, ultrapassando os 70% em 1990<sup>197</sup>.

Por outro lado, infere-se também que a ocupação prévia de mandatos eletivos é uma

<sup>196</sup> Expressão de Santos, André dos. op. cit. para definir aqueles que antes do mandato parlamentar viviam à margem ou afastados do mundo político.

<sup>197</sup> As taxas de reeleição para o Legislativo estadual foram as seguintes: 1982: 60,7%; 1986: 66,6%; 1990: 70%; 1994: 65,6%. De acordo com as listas de eleitos fornecidas pelo TRE local.

dimensão relevante na construção da carreira política dos deputados estaduais. O pleito de 1994 manteve 18 representantes do quadro anterior (60%) e apenas 12 deputados estrearam no Parlamento estadual (43,4%). Destes alguns davam seqüência às carreiras paternas, 6 herdeiros políticos, dos quais 5 não possuíam nenhuma experiência eletiva, seriam considerados “outsiders” não fosse o ambiente político familiar no qual foram criados e curtidos<sup>198</sup>. Contudo, cinco herdeiros já haviam ocupado cargos na burocracia dos partidos ou em alguma Secretaria ou órgãos do governo<sup>199</sup>.

Outros 7 deputados estreantes estavam em processo de ascensão política como descrito acima. Desagregando este grupo encontram-se 4 ex-prefeitos (30,7%) e 3 ex-vereadores municipais (23,0%)<sup>200</sup>. Assim, a maioria dos novatos já possuía alguma experiência política. No bloco dos veteranos é também possível encontrar ex-governador e ex-prefeitos entre atuais representantes legislativos.

De acordo com a tabela número 1, em 1994, 18 deputados estaduais reeleitos somados a 6 em processo de mobilidade política representam 80% de deputados que já ocuparam outras funções eletivas. Isso mostra que na política local a ocupação prévia de cargos executivos ou legislativos é um capital político relevante para a conquista de uma cadeira no Legislativo piauiense. De um modo geral, o exame da distribuição dos 30 deputados eleitos em 1994 mostra um significativo grau de mobilidade com base na carreira política dos 13 estreantes, posto que 7 já possuíam uma carreira política prévia. No total geral, a bancada era composta por 8 ex-prefeitos (26,6%)<sup>201</sup> e 3 ex-vereadores (16,6%)<sup>202</sup>.

<sup>198</sup> Os herdeiros políticos eram Leal Júnior, filho do ex-deputado Sebastião Leal; Kennedy Barros, filho de Barros Araújo; Mathias Melo, neto de Olimpio de Melo e primo do ex-governador Guilherme Melo; Olavo Rebelo, pertencente à família Lages Rebelo da cidade de Esperantina; Tadeu Maia, primo do ex-deputado José Luiz Maia e Francisco Martins, herdeiro da família Souza Martins.

<sup>199</sup> O deputado Leal Júnior já havia sido diretor da COHAB e Secretário de Comunicação do Governo; Mathias Melo já foi diretor administrativo financeiro da Vice-Governadoria à época que seu primo Guilherme Melo ainda era vice-governador; Kennedy Barros, fora secretário de Planejamento da cidade de Picos, sua maior base eleitoral; Olavo Rebelo era dirigente sindical do setor dos bancários federais.

<sup>200</sup> Um destes ex-prefeitos, Bona Carbureto, foi também vereador em sua base eleitoral, a cidade de Campo Maior, na região Norte do Piauí.

<sup>201</sup> Os deputados que foram prefeitos, divididos por partidos, eram: César Melo, Ismar Marques e Bona Medeiros (PFL); Francisco Filho e Bona Carbureto (PMDB); José Nery e Luiz Menezes (PPB) e Pompílio Evaristo, do PTB. Cabe dizer que o deputado Bona Carbureto pode ser considerado como o modelo mais acabado de ascensão política. Isto se deve ao fato de que ele ocupou todos os cargos eletivos na escala estabelecida até alcançar o de deputado estadual. Já o deputado Bona Medeiros exerceu as funções de ex-prefeito de Teresina e de ex-Governador do Piauí.

<sup>202</sup> O somatório de três partidos: o PTB que no dia 1º de janeiro de 1994 estava com 49 anos; o PSDB e o PL, também com um deputado cada com idade de 42 e 48 anos, respectivamente.

Mas na reprodução da elite política legislativa, a ascendência de parentes com cargos políticos é outro fator muito relevante. A incursão no perfil biográfico dos deputados estaduais eleitos em 1994 revela um grande número de ex-prefeitos municipais e ex-vereadores (um total de 4 e 2, respectivamente) que durante o período ascenderam à condição de deputados estaduais.

## 5.2. CONTINUISMO E CIRCULAÇÃO DA ELITE POLÍTICA

A permanência de quadros partidários nos Legislativos também tem claras implicações no processo de circulação das elites nas duas Casas pesquisadas, devido ao fato de que a renovação de lideranças políticas no Piauí ocorre em níveis relativamente insatisfatórios, seja quanto à faixa etária ou em termos de quantidade.

É interessante dizer ainda que neste grupo minoritário que inicia a vida política já com uma cadeira na Assembléia, o recrutamento foi bastante seletivo, basicamente feito entre os círculos familiares e suas parentelas. Sobre este aspecto o ex-deputado federal e então prefeito de Teresina Wall Ferraz, em 1994, assim se reportou sobre a situação da circulação das elites e do familismo na política local: “está piorando, porque antigamente [...] muitos subiam. Hoje ninguém sobe mais porque a política é dominada por um grupo de quatro ou cinco famílias e estamos conversados”<sup>203</sup>.

Dessa forma, o quadro político estadual vem sofrendo pouca transformação, uma vez que o poder hegemônico das oligarquias no Estado resiste ao tempo e às mudanças socioeconômicas e demográficas, e sobretudo porque a classe política vem renovando seus quadros no interior das redes familiares mais tradicionais,

*“numa linha de sucessão que remonta ao final do século passado e se mantém até hoje, ocupando os cargos de governador, senador, deputados federal e estadual com raras interrupções que não provocam deslocamento significativo da estrutura de poder estadual ...”*<sup>204</sup>.

<sup>203</sup> Wall Ferraz – *O Homem e o Estadista*. Teresina, Fundação Cultural Mons. Chaves – PMT, 1985, p. 172.

<sup>204</sup> Silva, Roberto J. da. op. cit.

A reflexão sobre a entrada e a permanência de quadros na política local será melhor exposta após a observação dos dados da tabela a seguir.

**Tabela 22: Taxas de renovação e permanência na bancadas federal e estadual**

	Câmara Federal				Assembléia Legislativa			
	1982	1986	1990	1994	1982	1986	1990	1994
Tx de Permanência	33,4%	20%	70%	60%	60,7%	63,3%	73,3%	65,5%
Tx de Renovação	66,6%	80%	30%	40%	39,3%	36,7%	26,7%	43,5%

Fonte: Relação dos deputados eleitos – TRE-PI.

De acordo com a tabela número 2, pode-se observar que nas três primeiras eleições do período estudado era bastante reduzida a estréia de mandatos na Assembléia Legislativa, prevalecendo a continuidade de mandatos da maioria do grupo dominante anterior.

No plano federal, no pleito de 1982 a bancada federal renovou dois terços de seus membros<sup>205</sup> ao eleger seis estreantes com relação a 1978. Já as eleições de 1986 marcam o ápice de renovação no período estudado ao atingir a expressiva marca de 80% das cadeiras em disputa. Isto se deve em grande parte à força do PFL, que debutava eleitoralmente se sobrepondo ao velho esquema Portelista que ainda emplacou três deputados, entre eles, Myriam Portella, esposa de Lucídio, o substituto político de Petrônio Portella e que em aliança com o seu maior rival e inimigo político, Alberto Silva (PMDB), elegeu-se vice-governador<sup>206</sup>.

O pleito de 1990 refreou o ímpeto de renovação ao manter 7 de uma representação de 10 deputados da legislatura anterior; dentre estes, 4 eram do PFL, que manteve assim, 80% de sua bancada. Já a renovação da bancada federal de 1994 aumentou, atingindo o patamar de 40%, mas pode ser considerada apenas aparente uma vez que entre os 4 estreantes encontram-se Alberto Silva (PMDB), duas vezes governador e uma vez senador, com uma carreira política de mais de quarenta anos; Júlio César (PFL) que fora prefeito biônico por mais de uma década da cidade de Guadalupe, e Ciro Nogueira Filho (PFL), herdeiro do deputado do mesmo nome pertencente a

<sup>205</sup> A bancada federal piauiense de 1982 fora aumentada de 8 para 9 representantes após a mudança na Constituição naquele ano que terminou por ampliar a representação dos Estados menores em detrimento dos Estados maiores e mais importantes, uma medida casuística do regime militar procurando aumentar o seu poder no Colégio Militar que elegeu o Presidente da República em 1985.

<sup>206</sup> Embora significasse uma novidade nas urnas, o PFL era composto pela antiga composição do PDS, reeleita pela nova sigla.

família política tradicional da cidade de Pedro II. Por último, o deputado Ari Magalhães (PPR), empresário do setor agrícola com algumas passagens por órgãos da administração direta do Estado. Dessa forma, pode-se, no máximo, falar de renovação geracional com a entrada do herdeiro político Ciro Filho.

A Assembléia Legislativa, embora possua uma magnitude três vezes maior que a da bancada para a Câmara Federal e um coeficiente eleitoral menor, além de financeiramente constituir-se numa disputa relativamente menos onerosa para os candidatos, possui um nível maior de oligarquização em todo o período com base na manutenção de mandatos. A menor taxa de permanência (60,7%), em 1982, ainda representava quase o dobro da encontrada na bancada federal. O ápice deste processo se deu no pleito de 1990, quando 24 deputados mantiveram seus mandatos contra a entrada de apenas 6. Essa situação modificou-se ligeiramente nas eleições de 1994. Dessa forma, a circulação no interior das elites políticas é “apenas ocasional”, já que a maioria das cadeiras tende a permanecer circunscrita aos grupos políticos tradicionais.

Vale dizer que, entre os 30 deputados eleitos em 1994, somente 13 eram estreantes na Assembléia (43,3%). Esta é a maior taxa de renovação parlamentar no período estudado, no entanto, deve-se observar que dentre estes encontram-se sete parlamentares que estão em processo de ascensão política procedendo dos Executivos (5) e dos Legislativos Municipais (2). Nenhum deles era um “outsider político”, ao contrário, eram indivíduos que já possuíam um considerável *background* político ao chegarem à Assembléia. No grupo dos 13 “novatos”, apenas 6 são realmente “neófitos”, ou seja, não possuem nenhuma ligação ou experiência anterior na política. Em termos percentuais, a renovação das bancadas tende a ser mais acentuada nos micro e pequenos partidos (PSDB, PTB e PT, respectivamente). Todos os deputados destes partidos foram eleitos pela primeira vez. Na verdade, os dois primeiros partidos estrearam na Assembléia em 94. O PL é a exceção entre os pequenos ao reeleger seu único representante para o quarto mandato, embora, em termos percentuais, o PT seja o partido que mais renova deputados na Assembléia. Aliás, o Partido dos Trabalhadores ainda não conseguiu reeleger nenhum deputado. Nas duas legislaturas em que se fez presente, o partido elegeu três deputados diferentes para a

Assembléia Legislativa<sup>207</sup>.

Em síntese, a alta taxa de permanência dos quadros parlamentares, mesmo decaindo em 1994, imprime um caráter claramente concentrador e oligárquico no plano das lideranças e uma relativa estabilidade no subsistema político-partidário estadual, com base na hegemonia do PFL seguido pelos outros dois grandes partidos – o PMDB e o PDS-PPR.

### 5.3. NÚMERO DE MANDATOS DOS DEPUTADOS

Neste tópico procuro investigar o grau de manutenção de quadros. O principal indicador das longas carreiras aqui será o número de mandatos dos deputados. A tabela número 3 a seguir mostra de forma sintética a evolução do número de mandatos com o passar dos doze anos em que se realizaram os pleitos em discussão. Uma primeira leitura aponta a relativa estabilidade de quadros da classe política que permaneceu quase inalterada.

**Tabela 23: Número de mandatos dos deputados estaduais, por legislatura**

N.º de mandatos	1982	1986	1990	1994
Primeiro	11	10	9	12
Segundo	6	11	9	7
Terceiro	2	2	7	5
Quarto	2	2	-	4
Quinto	2	1	2	-
Sexto	2	2	1	-
Sétimo ou mais	-	1	1	2

Fonte: Relação dos deputados eleitos, TRE-PI.

A análise global dos quatro pleitos mostra, no entanto, que a bancada na Assembléia Legislativa vem mantendo uma renovação numérica de quadros dentro de uma faixa de 11,2 deputados a cada pleito: 1982 e 1986 com 12 deputados e 1990 com apenas 9, voltando em 1994 ao patamar de 12 deputados estreando mandatos. Essa renovação, no entanto, é apenas aparente,

<sup>207</sup> Ambos os deputados do PT, Wellington Dias e Olavo Rebelo, são oriundos do movimento sindical dos bancários federais antes de assumirem uma cadeira parlamentar. O primeiro teve uma rápida passagem pela Câmara de Vereadores de Teresina.

dada a existência de uma carreira política anterior já consolidada.

A leitura dos números acima, de forma resumida, é a seguinte: em 1982, numa bancada de 27 deputados estaduais, 15 (53,3%) estavam no segundo mandato ou mais, sendo que destes 7 (25%) cumpriam o quarto mandato ou mais. Essa proporção se avolumou na legislatura de 1987-91, quando 20 deputados (66,6%) encontravam-se com mais de um mandato eletivo acumulado nas legislaturas anteriores. Na legislatura seguinte (91-95), o número de deputados com dois ou mais mandatos ultrapassou 2/3 das cadeiras na Assembléia, chegando ao ápice da oligarquização com a permanência de 21 cadeiras da safra anterior.

A curva ascendente de continuísmo ou reeleição só teve movimento contrário nas eleições de 1994, quando declinou vertiginosamente 13,4% pontos, chegando a 56,6%, ainda assim, uma taxa elevada. Essa queda se deveu em grande parte à entrada de herdeiros políticos, isto é, à substituição de peças no tabuleiro político dentro do círculo familiar. Em números, eram 8 herdeiros entre os 12 deputados estreantes em 1995.

De acordo com a tabela número 3, o resultado do pleito de 1990 é marcante no que tange à manutenção política. Naquele pleito, a continuidade de mandatos alcançou marca expressiva com 21 deputados estaduais permanecendo na Casa, ou seja, mais de dois terços das vagas não mudaram de dono, restando para a disputa, de fato, apenas nove cadeiras. Pode-se afirmar a partir daí que foi o pleito onde a disputa por vagas foi mais renhida ou ainda que o subsistema político atingiu seu ponto máximo de oligarquização vista pela concentração de poder entre poucas pessoas pertencentes aos mesmos partidos. Comparando as duas legislaturas vê-se que praticamente a composição de forças anterior não se alterou; mesmo que o leque de partidos tenha-se ampliado, o grosso das cadeiras permaneceu com o PFL e o PMDB.

**Tabela 24: Número de cadeiras na bancada federal do Piauí, por partidos e legislatura.**

<b>Eleições</b>	<b>PDS</b>	<b>PMDB</b>	<b>PFL</b>	<b>PSDB</b>	<b>PP</b>
1982	6	3	-	-	-
1986	3	2	5	-	-
1990	2	2	5	1	-
1994	2	2	5	-	1

Fonte: TRE-PI.

**Tabela 25: Número de cadeiras na assembleia, por partidos e legislatura.**

Eleições	PDS	PMDB	PFL	PT	PL	PTB	PSBD	PDC
1982	17	10	-	-	-	-	-	-
1986	6	8	16	-	-	-	-	-
1990	4	9	12	1	2	-	-	2
1994	6	5	14	2	1	1	1	-

Fonte: TRE-PI.

De acordo com a tabela número 5, o cenário partidário estadual só se modificou após as eleições de 1986 com a entrada do PFL. Até então permanecia o bipartidarismo anterior à reforma político-partidária de 1979. A tabela número 6 abaixo mostra o número de mandatos exercidos por cada um dos deputados eleitos na legislatura 95-99, dentro da Assembleia Legislativa, por partidos.

**Tabela 26: Número de mandatos na Assembleia Legislativa, por partidos, 1994**

Partidos	Um	Dois	Três	Quatro	Sete	Treze
PFL	3	4	3	2	1	1
PPB	2	3	1	-	-	-
PMDB	3	-	1	1	-	-
PT	2	-	-	-	-	-
PTB	1	-	-	-	-	-
PL	-	-	-	1	-	-
PSDB	1	-	-	-	-	-
Total	12	7	5	4	1	1

Fonte: Biografia dos Deputados – Assembleia Legislativa, 1995.

A observação dos dados em função dos partidos políticos aponta também para uma correlação entre número de mandatos-ideologia política. Isso é possível em virtude de que à medida que nos deslocamos da direita para a esquerda do espectro político-partidário,

indicativo de sua grande força eleitoral na política local. Isso se deve ao fato de que, dentro do contexto estadual, o PFL é um partido com penetração intensa em todos os municípios, especialmente nas regiões menos urbanizadas, menos industrializadas e, por isso mesmo, menos politizadas e mais eficientemente controladas pelos chefes políticos locais ancorados no assistencialismo e na compra de votos. Dentro do Legislativo, o partido reflete o caráter mais geral da região Nordeste ao conservar a maioria dos seus representantes em todos os pleitos de que tomou parte. Um exemplo típico é o pleito de 1990, quando 8 (66,6%) dos 12 deputados eleitos pelo partido renovaram seus mandatos. Proporcionalmente ao tamanho das suas bancadas, o PMDB teve uma média maior de renovação de mandatos, com 60% de deputados em início de carreira; no PFL essa proporção era de apenas 25% de sua bancada.

Desagregando os dados referentes à legislatura 95-99, a carreira política dos deputados piauienses em função do número de mandatos também aponta o PFL como o partido que possui maior número de parlamentares com dois ou mais mandatos. De uma bancada de 14 deputados titulares, 11 (78,5%) foram reeleitos, 4 membros, ou 28,8% desse grupo, estavam no segundo mandato parlamentar e 7 deputados, ou 43,7%, encontravam-se com três ou mais mandatos naquela Casa.

Vale dizer também que o PT aparece como a contrapartida às carreiras políticas já consolidadas dentro dos grandes partidos hegemônicos e tradicionais locais, o PFL e o PPR e o PMDB. O quadro abaixo, referindo-se à legislatura 95-99, mostra em números a carreira política dos 30 deputados que assumiram como titulares e enfatiza o alto grau de oligarquização dos quadros parlamentares dentro do Legislativo estadual.

Cabe ainda dizer que o processo de manutenção dos mandatos não se dá somente com a reeleição dos candidatos. Alguns deputados conseguem se manter no poder na condição de suplentes bem colocados na coligação vencedora<sup>208</sup>. Esta prática corriqueira de rearranjos e de acomodação no interior das elites políticas é comum nos momentos de montagem das equipes de

<sup>208</sup> O caso do deputado estadual Homero Castelo Branco, do PFL, é exemplar. Descendente e herdeiro de uma longa linhagem política no Piauí, exerce o seu quinto mandato sem nunca ter sido efetivamente eleito; Homero representa a quinta geração de políticos da família Castelo Branco, uma velha oligarquia piauiense de origens portuguesas. Para mais detalhes dos representantes desta família no cenário político Legislativo. Para maiores detalhes sobre a família Castelo Branco, consultar o livro *“Temas Para uma Intensa Vida Parlamentar”*, Castelo Branco, Homero. S/E: Teresina 1997, especialmente o capítulo *“O Avô do Meu Avô Foi Deputado”*, págs. 157 a 161. Outra obra que trata da família é *Os Herdeiros do Poder*, de Francisco Dória, op. cit.

governo. Alguns deputados são convocados para assumir pastas no poder Executivo, abrindo vagas nas bancadas, a chance de os suplentes assumirem o mandato temporária ou definitivamente.

**Quadro 4: Relação dos deputados e número de mandatos, por partidos, 1994**

Deputados Estaduais	Partidos	Número de Mandatos
Humberto Reis	PFL	13
Bona Medeiros	PFL	7
Juraci Leite	PFL	4
Moraes Souza	PFL	4
Robert Freitas	PFL	3
Cezar Melo	PFL	3
Fernado Monteiro	PFL	3
Ismar Marques	PFL	2
Wilson Brandão	PFL	2
Paulo H. Paes Landim	PFL	2
José Ferreira Paes Landim	PFL	2
Leal Junior	PFL	1
Francisco Martins	PFL	1
Kennedy Barros	PFL	1
Adolfo Nunes	PPR	3
Eurimar Nunes	PPR	2
Luiz Meneses	PPR	2
Tadeu Maia	PPR	2
José Nery	PPR	1
Mathias Melo	PPR	1
Kleber Eulálio	PMDB	4
Warton Santos	PMDB	3
Chico Filho	PMD	1
Manin Rego	PMB	1
Bona Carbureto	PMDB	1
Wellington Dias	PT	1
Olavo Rebelo	PT	1
Xavier Neto	PL	4
Pompílio Evaristo	PTB	1
Wilson Martins	PSDB	1

Fonte: Assembléia Legislativa do Piauí, 1995.

De acordo com os dados sobre a composição parlamentar eleita em 1994, 18 representantes, ou 60%, já haviam exercido pelo menos um mandato naquela Casa. Apenas 40% estavam na primeira legislatura. No entanto, dentre estes, metade já havia passado pelos Executivos e Legislativos municipais, ou seja, já trazia uma bagagem política anterior. Desses

estrepantes, 7 eram herdeiros políticos. Isso, de certa forma, reduz o espaço para a entrada de candidatos fora dos esquemas oligárquicos e de candidatos *outsiders* do mundo político.

O quadro confirma, assim, a idéia de Schwartzman de que o Legislativo seja “um sistema corporativo controlado de cima para baixo, com pouca participação das bases e utilizado com bastante eficácia nas disputas eleitorais no mercado político aberto para garantir a continuidade dos detentores do poder”<sup>209</sup>. Em suma, existe um acentuado monopólio da arena política e o fechamento da participação e das regras do jogo em favor de uma elite política calcada no poder econômico, na influência de algumas famílias tradicionais e na identificação de classe. Estes fatos tendem a dificultar, embora não impeçam, a renovação ou revezamento de quadros fora dos grupos dirigentes hegemônicos no Piauí.

#### **5.4. CONTINUIDADE DE MANDATOS E PARTIDOS: INSTITUCIONALIZAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA?**

Uma última consequência que este quadro de manutenção política propicia é a relativa estabilidade partidária e parlamentar no Piauí, como pode ser observado na tabela abaixo. Os três maiores partidos do estado, o PFL, o PMDB e o PPB, conseguem sempre mais de dois terços das cadeiras em disputa na Assembléia e mais de 90% das vagas para a bancadas federal. Assim, o quadro político-partidário é relativamente estável no sentido da supremacia eleitoral e parlamentar dos partidos conservadores locais no Legislativo, especialmente do PFL e uma baixa fragmentação partidária medida pelo reduzido número de partidos parlamentares efetivos, isto é, aqueles que elegem representantes<sup>210</sup>.

<sup>209</sup> Schwartzman, S. op. cit. p. 67.

<sup>210</sup> Sob este aspecto, denomino o subsistema partidário piauiense – nos moldes descritos por Sartori – de moderadamente fragmentado, isto é, a existência de 3 a 5 partidos com real e efetiva importância na correlação de forças dentro das casas legislativas ou que influenciam no governo. A esse respeito ver Giovanni Sartori, *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília, ed. UnB, 1982.

**Tabela 27: Porcentagem de cadeiras obtidas na Assembléia pelos 3 maiores partidos, 1982-94**

Anos	Bancada Câmara dos Deputados		Bancada Assembléia Legislativa	
	PMDB+PDS+PFL	Outros Partidos	PMDB+PDS+PFL	Outros Partidos
1982	100%	-	100%	-
1986	100%	-	100%	-
1990	90%	10%	83,4%	16,6%
1994	90%	10%	83,3%	16,7%

Fonte: relação dos deputados eleitos, TRE-PI.

De acordo com os dados, os três maiores partidos conseguiram, juntos, 100% das cadeiras até 1986, quando o cenário local ainda era claramente bipartidário. Somente a partir dos resultados eleitorais de 1990 é que a distribuição de poder político se dilui um pouco, apontando o início da fragmentação partidária local com o avanço dos pequenos partidos, especialmente com a entrada em cena do PT. Mesmo assim, os grandes ainda conseguiram manter boa margem de distância sobre os demais, que se manteve na casa dos 16% em 1994.

No plano da bancada federal a superioridade desses três partidos ainda se mantém alta, na casa dos 90% das vagas. Até 1986 eles detinham todas as 10 cadeiras que cabem à representação piauiense naquela Casa. Nas eleições de 1990 e 1994, o PSDB e o PP, respectivamente, conseguiram representação com uma cadeira cada<sup>211</sup>.

Ainda de acordo com a tabela acima, no pleito de 1994 o arco declinante do poder dos partidos conservadores na Assembléia manteve-se em 83%, embora ainda seja um patamar significativo de poder. Enquanto isso, os médios partidos, isto é, aqueles que conseguiram pelos menos 5% das cadeiras, como foi o caso do PT, e pequenos partidos, aqueles abaixo desse índice – PSDB, PL, PTB – aumentaram sua parcela de participação na ordem de 16,6% das cadeiras na

<sup>211</sup>Na disputa para a Câmara, o PFL e o PMDB apresentam-se com extrema regularidade. Mas o PFL é mais constante nas duas casas. Para a Câmara Federal, o partido consegue sempre metade das cadeiras em disputa. O PPB alcançou uma média de mais de 20% das cadeiras nas três disputas. O PMDB fica sempre com 20%. Um dos motivos do predomínio destes partidos é porque, antes de tudo, são eleitoralmente já sedimentados no Estado, com uma rede de diretórios instalados em todos os municípios do interior, além de suas íntimas relações com as lideranças políticas locais. Os resultados dos pleitos estudados, bem ou mal, demonstram que já existe um certo mas ainda tênue enraizamento tanto no plano do eleitorado quanto no quadro institucional local.

Assembléia Legislativa.

A hegemonia do PFL e a manutenção da hierarquia partidária provoca uma espécie de institucionalização, embora, em si, seja *enviesada*, em primeiro lugar, em razão de localmente os partidos converterem-se em agregados sociais ancorados no personalismo de lideranças, à frente das máquinas políticas. Em segundo lugar, devido a que a maior parte do eleitorado é composta por analfabetos e por aqueles que detêm um grau de instrução muito precário. Para se ter uma idéia desse quadro, basta dizer que, de um total de 1.781.150 eleitores, 328.953 (18,4%) são analfabetos, outros 722.223, ou 40,5%, apenas lêem e escrevem. Com uma situação educacional parecida estão aqueles eleitores dos municípios do interior que possuem apenas o primeiro grau – incompleto ou não –, que somam 500.430 (28%). Assim, tem-se então 1.549.609 (87%) eleitores numa faixa escolar muito reduzida<sup>212</sup>.

Estes dados sugerem um alto grau de controle e assistencialismo dessas massas pelas lideranças locais, desde o alistamento até o momento dos pleitos eleitorais. certo grau de indiferença e apatia entre essa massa residente sobretudo no sertão; por tudo isso, acredita-se aqui que os vínculos com os partidos sejam, portanto, muito frágeis e, sobretudo, sem uma clara identificação de classe ou que se mantenha na base da ideologia, que é um elemento que fortalece o desenvolvimento partidário. Assim, a referida institucionalização partidária é, em si, resultado muito mais da ação predatória e pragmática das práticas oligárquicas e clientelistas, das alianças políticas puramente eleitoreiras, da cooptação de lideranças que marcam o panorama local, e menos da criação de raízes e da identificação entre o eleitorado e as instituições de representação política existentes.

Dessa forma, algumas das mais destacadas lideranças políticas no Piauí, os senadores Hugo Napoleão (PFL), Lucídio Portella (PPB) e Alberto Silva (PMDB), exercem um forte controle personalista e clientelista sobre a máquina partidária cujos interesses familiares e de grupos muitas vezes se sobrepõem às idéias e aos princípios de suas respectivas agremiações<sup>213</sup>. Assim, a dinâmica partidária depende significativamente dos interesses e objetivos desses chefes

<sup>212</sup> De acordo com dados da Secretaria de Informática do TSE e do TRE do Piauí.

<sup>213</sup> A autonomia e ao mesmo tempo controle destes três políticos em relação aos seus partidos reproduz no Piauí a constatação de Mainwaring, de que: “os detentores de cargo executivo normalmente dominam os partidos políticos”, tal como ocorre no Piauí, onde muitas vezes “a disciplina partidária implica mais lealdade a um cacique do que a idéias”. Mainwaring, Scott. **Políticos, partidos e sistemas eleitorais**. *Novos Estudos*, n.º 29, março de 91, p. 55.

políticos.

Esse padrão de comportamento que essas lideranças piauienses exercem assemelha-se a um tipo de “dominação privada” sobre os partidos, administrando-os de forma particular, seja na confecção de listas de candidatos, seja para ditar as regras de com quem os partidos se aliam entre si e se relacionam com a sociedade civil. Em decorrência disso, a existência e as funções sistêmicas dos próprios partidos são ofuscadas, descaracterizando-os enquanto agências ou canais de canalização e expressão das demandas da sociedade. Em resumo, estes partidos políticos por não serem a expressão de qualquer viés ideológico, transformam-se em instrumentos do pragmatismo, do personalismo e da afirmação de interesses das lideranças políticas enquistadas em suas direções regionais.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procurei apresentar uma radiografia completa da elite política piauiense eleita para a Assembléia Legislativa e para a Câmara Federal no período entre 1982 a 1994. Outrossim, montei o mapa político do poder familiar oligárquico e discuti acerca dos elementos que permitem entender as causas dessa oligarquização que reveste as composições de ambas as Casas.

De uma maneira geral, o cenário político-parlamentar do Piauí não destoa muito do que a bibliografia teórica clássica e recente produziram acerca dos temas da política local, das elites e das oligarquias. No entanto, comprovou-se que a realidade local tende a escapar de algumas reflexões mais gerais, especialmente no que se refere à educação, seja relacionando-se ao processo de desenvolvimento das capacidades intelectuais dos cidadãos, seja com relação à inserção e aptidão política das massas, principalmente daquelas localizadas no interior do Estado – nas cidades e na zona rural. Outra constatação é que Teresina é o contraponto econômico, social e político, mas que no contexto geral só corrobora as bases teóricas sobre a relação urbanização, industrialização e comportamento político. Assim, Teresina é historicamente uma cidade opositora enquanto os municípios do interior do estado são, a rigor, situacionistas.

Segundo o modelo de análise adotado, historicamente, em toda parte quase sempre que ocorreram grandes mudanças econômicas e sociais, o sistema político também se transformou, muitas vezes, em novas entidades quase irreconhecíveis. Se a industrialização e tudo o que ela traz consigo foi o motor que acelerou a velocidade de algumas das mais poderosas mudanças, inclusive do sistema político em grande parte do país, sua quase inexistência no Piauí explica, em parte, por que até o momento não se observou a falência da ordem fundamental da organização política tradicional nas cidades do interior.

Relativamente estático desde algumas décadas atrás, o subsistema político piauiense tem mudado muito lentamente, além do que, tem apresentado uma capacidade de se impor às tensões externas que ocorreram, como as recentes mudanças econômicas, sociais e

demográficas. Essas transformações ainda não ameaçaram com o colapso irremediável a estrutura da sua organização política tradicional, eminentemente agrária e rural. Assim, o subsistema político-partidário piauiense tem desenvolvido condições de adaptações à nova realidade e mantido alguns parâmetros e práticas tradicionais que, de alguma maneira, permitem estabelecer uma conexão histórica com o sistema político em vigor até as primeiras décadas deste século.

A permanência desses elementos produz uma relativa estabilidade das bancadas e do subsistema político-partidário piauiense como um todo (posto que é pouco alterado através do tempo). Produto de um somatório de fatores políticos internos e externos, pode-se apontar como os suportes básicos da estabilidade política: o controle familístico, a homogeneidade das elites estaduais tendo-se por base os perfis socioeconômicos dos deputados, as altas taxas de manutenção e as longas carreiras políticas, a inércia do eleitorado e, por último, o fato da manutenção dos mesmos partidos parlamentares dominantes em todas as legislaturas. Esta reflexão permite ainda outra conclusão, de que, em decorrência desse quadro, o nível de competição política seja bastante reduzido.

A reflexão sobre o conceito de estabilidade política aplicado aqui ao cenário piauiense exige algumas considerações de cunho semântico e teórico. Segundo o referencial teórico adotado, a estabilidade política é algo desejável e essencial para o funcionamento do conjunto de instituições socio-políticas que estão no bojo da estrutura democrática em toda parte. A sua ausência, por outro lado, é reconhecidamente danosa àquela. Em sua clássica e consagrada obra *Sociologia dos Partidos Políticos*, Michels considerava a falta de estabilidade como um dos mais graves defeitos da democracia, ou seja, o *perpetuum mobile democraticum*, na sua opinião, não criava condições sólidas para assegurar uma certa continuidade necessária para o fortalecimento e desenvolvimento dos partidos e, em consequência, do próprio sistema político<sup>214</sup>. Com base neste pressuposto, tem-se que a ausência de estabilidade política traz consequências para a coesão interna tanto das bancadas quanto dos partidos, o que por seu turno repercute na estabilidade do sistema como um todo.

A análise realizada permitiu algumas conclusões sobre a composição e a origem da

---

<sup>214</sup> Michels, R. op. cit. p. 66.

classe política dentro das Casas legislativas do Piauí e, num segundo momento, sobre o conceito de estabilidade do seu subsistema político, que será definida com base em um conjunto de indicadores articulados entre si.

O primeiro argumento dessa reflexão sobre a estabilidade diz respeito ao controle familístico da arena política, uma realidade comum em todas as regiões do Piauí, como ficou demonstrado no capítulo 3. Por esse mecanismo, famílias tradicionais controlam as máquinas partidárias em suas respectivas cidades e fornecem continuamente as ‘peças de reposição’ das elites, os herdeiros políticos. A substituição de elites no subsistema político-partidário piauiense tende a ocorrer, via de regra, no seu interior, a renovação significa a “criação de novas oligarquias unidas às antigas” até porque nascidas e criadas em suas fileiras. Dessa forma, a estabilidade do sistema político piauiense é resultado direto do signo oligárquico que permeia a história política estadual. Num primeiro momento, é essa tendência oligárquica que marca a sua estabilidade e representa o limite da democracia interna, isto é, a possibilidade de participação política mais ampla de outros segmentos da sociedade. Ao contrário, observa-se no Piauí “uma espécie de hereditariedade da qual as massas ainda não conseguiram se livrar”<sup>215</sup>. Para citar apenas a bancada eleita em 1994, dos 30 membros 26 possuíam algum grau de parentesco dentro das oligarquias mais tradicionais.

Essas linhagens mais antigas procuram arraigadamente monopolizar todo acesso ao ofício político no subsistema estadual e, assim, põem em cena outro fenômeno oligárquico comum no Estado: o nepotismo. Assim, o espectro político nas disputas locais transforma-se numa prioridade nas mãos das famílias mais importantes, passando de pai para filhos, irmãos e parentes. Este fato fica patente com grande influência de famílias como Almendra Freitas, os Portella, os Brandão, os Moraes Sousa e os Tavares Silva, no Norte do Piauí, os Dantas Eulálio, os Silveira, os Paes Landim e os Castro no Centro e no Sul piauiense. Todas estas oligarquias maiores têm o apoio de outras menores ou menos importantes como sustentáculos locais, e estiveram representadas nas duas Casas estudadas no período.

Outro parâmetro colocado por este trabalho como fonte de estabilidade do subsistema político estadual é a questão da homogeneidade das elites parlamentares. Este argumento já foi

---

<sup>215</sup> Michels, R. op. cit. p. 239.

discutido no capítulo inicial e estabelece que quanto mais homogêneas as elites, mais estável a dinâmica de funcionamento da organização política. Com base nos indicadores socioeconômicos analisados, percebe-se um alto grau de homogeneidade na composição da elite política estadual, o que garante um enorme poder de sobrevivência de certos grupos e famílias no comando político estadual. Nas quatro legislaturas em estudo, pode-se observar alguns traços comuns a todas as composições formadas, que são faixa etária, nível de escolaridade e ocupação profissional, compondo um alto grau de homogeneidade social.

Desagregando esse argumento, tem-se que o nível de instrução dos deputados também mostra o elitismo que acompanha a formação das bancadas, ou seja, em todas as legislaturas, o número de representantes que possuíam diploma superior esteve sempre acima dos 80%. Quando a atenção se dirige à faixa etária, novamente observa-se outro elemento de coesão ou homogeneidade das bancadas que possuem médias sempre acima de 44 anos de idade, e a grande maioria dos deputados que adentrou a cena política no período possuía entre 41 a 50 anos de idade. No que diz respeito à ocupação profissional dos deputados, esta se localiza majoritariamente entre as profissões liberais, com o predomínio de médicos e de advogados, sempre acima dos 2/3 das bancadas que, somadas aos engenheiros e jornalistas, o percentual atinge mais de 76% do conjunto dos deputados.

A forma de sucessão que ocorre dentro das bancadas examinadas aponta que o critério da competência e treinamento não sejam requisitos necessários para o desenvolvimento da atividade política, embora exista um alto índice na formação educacional dos deputados em todas as legislaturas. O fato de o recrutamento de grande parte da elite política ocorrer no seio das classes dominantes e de famílias políticas tradicionais revela outro dado da homogeneidade do conjunto das bancadas no período, a sucessão dos antigos líderes políticos ocorre no seio do grupo político ou da própria família, assim, a herança política fornece um certo grau de homogeneidade social.

Neste ponto é possível estabelecer algumas conclusões: a grande identificação social, econômica, profissional e de formação educacional demonstra haver um claro domínio de classe. Em segundo lugar, estas evidências, de certa forma, arrefecem as possibilidades de fragmentação dentro do subsistema político local, possibilitam a manutenção da estabilidade do poder e servem como o amálgama para selar alianças e recomposições nos momentos de crise interna. Um

exemplo disso foi o cisma oligárquico que deu origem ao PFL em 1984. Outrossim, a inexistência ou mesmo a pouca influência de um elemento adicional de base ideológica entre os partidos políticos locais<sup>216</sup>, a despeito da existência do PT dentro da bancada estadual, é outro fiador da estabilidade dentro da organização política local.

Um terceiro elemento que deve ser observado como apoio à hipótese do relativo processo de efetividade político-partidária após o exercício de quatro pleitos eleitorais é a inércia do eleitorado piauiense, ou seja, a tendência do voto nos mesmos candidatos e partidos ao longo dos vários pleitos, especialmente, mas não necessariamente, dentro dos currais eleitorais.

Fica bastante claro que a pouca pressão política de grande parte da população que ainda vive nas cidades do interior, ao não questionar as bases da estrutura social, econômica e política que as submete, tem promovido a sobrevida e fornecido a base para a manutenção dessa unidade e dessa estabilidade do subsistema político piauiense como um todo.

Para fundamentar essa análise, vale dizer que em 1995, início da 13.<sup>a</sup> e última legislatura analisada, observa-se que 5 deputados estaduais continuavam ocupando as mesmas funções que assumiram 13 anos antes, quando foram eleitos em 1982<sup>217</sup>. Essa proporção só não foi maior devido a ausência de outros 2 que, compulsoriamente, “aposentaram-se” da vida política<sup>218</sup>. Se a estes juntarem-se outros 3 antigos políticos que foram indicados para o Tribunal de Contas do Estado – TCE –, tidos e havidos como “bons de votos” pois *imbatíveis* nas urnas até então, seriam 10 deputados ou 33,3% do total eram remanescentes de 1982<sup>219</sup>.

Deve-se dizer, no entanto, que tanto Barros Araújo quanto Wilson Brandão, que se aposentaram no fim do mandato em 1990, deixaram seus filhos, Kenedy Barros e Wilson Brandão, em suas respectivas vagas. Sebastião Leal, que morrera no exercício do mandato, deixou o herdeiro Leal Júnior que elegeu-se em 1994, todos pela legenda do PFL.

---

<sup>216</sup> Ainda que esta característica não seja uma exclusividade dos partidos políticos do Piauí, mas de grande parte do Brasil.

<sup>217</sup> Os deputados eram Humberto Reis (PFL), Antônio José Moraes Souza (PFL), Xavier Neto (PL) e Kleber Eulálio (PMDB).

<sup>218</sup> Os dois deputados que se aposentaram foram dois antigos caciques oriundos de cidades do interior piauiense: Wilson Brandão e Barros Araújo, ambos do PFL.

<sup>219</sup> Os deputados que foram indicados para o cargo de conselheiros do Tribunal de Contas do Estado foram Jesualdo Cavalcante, Sabino Paulo e Luciano Nunes, todos do PFL.

Como se vê as perdas sofridas pelo partido e as peças de reposição foram recrutadas imediatamente no seio de suas próprias fileiras, o que mostra a vitalidade do PFL e de suas lideranças no suprimento e substituição dos antigos caciques do partido, aqui pela via hereditária. Os herdeiros aparecem então como um “*exército de reserva*” político, criado e curtido nas redondezas do poder e nos momentos de crise interna e de ausência dos antigos líderes. Em suma, a substituição política dentro da família tende a impedir alguma instabilidade potencial dentro dos grupos oligárquicos que dominam os partidos políticos.

Um último argumento para enfatizar ainda mais a idéia do voto inercial, que dos 30 deputados que assumiram em 1990, 5 fizeram parte da composição eleita em 1970, e 10 estavam entre aqueles que tinham mandatos em 1975<sup>220</sup>. A tendência do eleitorado em votar nos mesmos candidatos e partidos produziu a solidez de mandatos dos políticos tradicionais, um importante indicador da estabilidade alcançada pelo sistema político piauiense, bem como da própria organização partidária, embora as raízes estejam no autoritarismo e na força do regime militar a partir de 1966.

Vale lembrar ainda que mesmo após a passagem do bipartidarismo para o pluripartidarismo no final de 1979, as composições e a correlação de força política presente nas bancadas das duas Casas estudadas praticamente mantiveram-se inalteradas até meados de 1984, quando foram abaladas pela crise e cisão do grupo Portelista como desdobramento local dos embates políticos nacionais em torno da indicação do candidato à Presidência da República pelo PDS, surgindo a partir daí o PFL.

Em que pese algumas mudanças e realinhamentos políticos entre os maiores partidos – o PDS e o PMDB – em torno da formação de partidos locais, os primeiros anos da reforma político-partidária foram marcados pelo sentimento de tradição, isto é, o eleitorado optou pela manutenção do quadro vigente no passado recente e desprezou a aposta no presente que àquele momento lhe oferecia um cardápio mais variado, permanecendo a dicotomia plebiscitária vigente

---

<sup>220</sup> Os deputados estaduais Waldemar Macedo, Humberto Reis, Wilson Brandão, Wilson Parente (PDS) e Ribeiro Magalhães (PMDB), eleitos em 1982, constavam da lista de presença da bancada de 1970. Os que estavam na bancada de 1975, além destes citados eram, Sebastião Leal, Barros Araújo, Sabino Paulo, Homero Castelo Branco todos do PDS e Juarez Tapety (PMDB).

até 1979<sup>221</sup>.

A expressão visível e tangível de que um novo quadro político iria surgir a partir de 1982 foi a participação do PT naquelas eleições. Sem embargo de uma votação pífia – pouco mais de 1% do votos – no interior e na capital, a participação de um terceiro partido após 20 anos foi a grande novidade. No entanto, como se viu pelos dados, valeu a lei da inércia do eleitorado, que manteve a disputa polarizada entre os dois maiores partidos políticos que conservou o mandato de 15 representantes dos 27 eleitos em 1978, alguns que renovariam seus mandatos para além de 1994.

Assim, a chance ofertada às massas de corrigir ou mudar seu destino através das eleições faz com que o caráter democrático do voto secreto e a regra da maioria absoluta que as reveste, se transformasse no pano de fundo institucional para a hegemonia da classe política e dos partidos de perfis conservadores. Enfim, os procedimentos eleitorais democráticos tornam-se no aparato institucional formal pelo qual as elites políticas têm transformado os cargos temporários em postos fixos e têm assegurado uma certa e contínua estabilidade política, ao manter os mesmos partidos e grande parte dos seus representantes por vários mandatos.

Outro ponto fiador dessa estabilidade diz respeito à manutenção do corpo partidário no Parlamento. A permanência por vários mandatos, resultado direto do argumento anterior, propicia longas carreiras políticas. Uma conseqüência desse fato é uma certa experiência capitalizada pelos deputados nos momentos oportunos de empreender alianças úteis e necessárias na correlação de forças políticas e para o aumento de sua influência. Constatou-se ainda que a dimensão das carreiras políticas dos deputados tende a obedecer a dois critérios básicos: os partidos políticos a que pertencem e o nível de disputa eleitoral. Por esses parâmetros, as carreiras políticas tendem a ser mais extensas quando os deputados pertencem aos partidos tradicionais e conservadores, o PFL, PMDB e o PPB, e quando o mandato é de deputado estadual. Os deputados mais velhos, experientes e consolidados, essencialmente oligárquicos, montados em

---

<sup>221</sup> Em 1979, ocorreu a reforma político-partidária com base na lei n.º 6.767 de dezembro daquele ano, que entre outras coisas extinguiu o bipartidarismo e implantou o pluripartidarismo. Inicialmente contou com 5 partidos, o PDS, remanescente da antiga Arena, o PMDB, que agrupou o antigo MDB, o PTB, que aglutinou o que restou do Varguismo liderado por uma sobrinha neta do antigo político, o PDT, montado com os dissidentes daquele partido liderado por Leonel Brizola e o PT, que nasceu no meio sindical dos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo, o único que se enquadrava no modelo criado por Duverger do Partido de Massas.

seu prestígio, procuram ocupar os espaços desenvolvendo grande capacidade de atrair lideranças para seu partido ou grupo político. Alguns parlamentares conseguem manter-se no poder reelegendo-se indefinidamente, muitos deles prolongando suas carreiras até o fim de suas existências<sup>222</sup>. Assim, a mobilidade política vertical dentro dessa estrutura política, até o momento, tem sido pouco permeável ao pluralismo de oportunidades.

Por último, o aspecto institucional-formal, isto é, a sólida presença dos grandes partidos no comando dos poderes Executivo e Legislativo, e a consolidação na arena eleitoral destes e de outros pequenos partidos. Isso pode ser confirmado pela contínua participação de pelo menos seis partidos nas disputas eleitorais nas últimas oito eleições realizadas no Piauí<sup>223</sup>. Definindo a estabilidade com base no controle de cadeiras e na permanência dos partidos dentro das duas Casas, observa-se que isto ocorre em taxas elevadas; na Assembléia Legislativa, a hegemonia dos partidos conservadores supera sempre a casa dos 80% das cadeiras, enquanto na bancada federal estabilizou-se na casa dos 90% das vagas. A permanência de mandatos atinge patamares também sempre acima de 60 e 30%, respectivamente.

Já no âmbito das disputas para o Executivo, o PDS-PPR assumiu o papel de terceiro partido, aparecendo como o fiel da balança, garantindo as vitórias pró PMDB ou PFL, dependendo com quem esteja coligado. Além destes grandes partidos, outras legendas de expressão eleitoral, como o PT, o PL, o PSDB, o PDT, o PTB, o PC do B, o PPS e PSB, também já deitaram raízes no solo partidário eleitoral, posto que já de há muito participam das disputas estaduais.

O enorme controle político exercido pelos grandes partidos a rigor são instrumentos a serviço dos interesses das oligarquias e de seus chefes. As estruturas internas desses partidos são absolutamente conservadoras e concentradoras de poder. A centralização do poder está nas mãos de uns poucos chefes políticos e de partidos oligárquicos que se encarregam de fazer o sistema funcionar nos municípios do interior e as eleições se colocam a seu serviço. Na correlação de interesses e de forças internas os pequenos partidos parlamentares transformam-se em reféns

---

<sup>222</sup> Como ocorreu com os deputados federais Pinheiro Machado e Milton Brandão, e os estaduais Sebastião Leal (PFL) e Francílio Almeida (PMDB). Um pouco antes haviam falecido Petrônio Portella e Dirceu Arcoverde, senadores, todos antigos caciques políticos estaduais que morreram no exercício dos mandatos.

<sup>223</sup> Contabilizou-se aqui também as eleições para a Prefeitura e a Câmara de Vereadores, 1988, 1992 e 1996.

daqueles, sem poder de chantagem ou de barganha, atuando dentro de estreitos limites que o jogo político impõe, ou seja, como meros coadjuvantes.

Ora, uma vez que o subsistema partidário ainda é construído com base nos currais eleitorais, no voto rural e da população analfabeta que é sempre mais fácil de controlar, mas sobretudo porque o processo de circulação das elites mantém-se num âmbito circunscripto das elites econômicas e sociais, conclui-se que esta condição, portanto, não é de todo benéfica. Ou seja, não é uma estabilidade positiva no estrito sentido do termo pois mantém de fora do processo político parlamentar outros setores e categorias da sociedade, seja pela cooptação política de lideranças, seja pelos compromissos clientelistas ou pelo uso indiscriminado do poder econômico que torna a competição, em tese, uma disputa entre iguais, em uma democracia competitiva, embora extremamente olicarquizada e conservadora.

É evidente, e os números fornecem vários exemplos ao apoio da hipótese levantada, que as legislaturas têm se constituído não numa sucessão pura e simples de minorias no poder. Isso significa dizer que a renovação das bancadas da Assembléia e da Câmara não se dá na forma de uma “circulação de elites” como estabelecido no modelo de Pareto, mas sim numa renovação hereditária na forma da herança política, entendida aqui de forma literal, isto é, sucessão dos antigos caciques por filhos, irmãos, tios e genros, enfim, parentes próximos assumem o legado político deixado pelos antecedentes. Um processo amplamente estimulado pelas lideranças partidárias remanescentes, como diria Michels, “misturam-se elementos novos e velhos, estes atraindo, cooptando e assimilando aqueles”<sup>224</sup>. Assim, as velhas lideranças políticas, ao morrerem ou se aposentarem, deixam de herança a seus filhos as riquezas acumuladas e asseguram-lhes a sucessão nos cargos que ocupavam. É óbvio que a transmissão exige a chancela do processo eleitoral, que muitas vezes se transforma no simples rito de passagem formal, para a transmissão do legado político aos parentes dos antigos representantes. Assim o significado de estabilidade nada mais é do que o sinônimo mais próximo de oligarquia ou de oligarquização do subsistema político partidário estadual.

Em linhas gerais, a relativa estabilidade e a homogeneidade das elites ratificam ou fortalecem o caráter oligárquico imanente ao sistema político local. Assim, constata-se que a

---

<sup>224</sup> Michels, R. op. cit. p. 66.

estabilidade não indica uma dimensão positiva do sistema político pois na verdade é fruto da oligarquização da arena política que se reproduz a cada pleito sob a falsa máscara da igualdade de oportunidade e de meios na disputa eleitoral. Ora, a própria estrutura e a organização do sistema político deitam raízes nas manifestações oligárquicas.

Em resumo, pode-se afirmar que, a rigor, o conceito de estabilidade refere-se à manutenção de mandatos, à homogeneidade das elites políticas, à hegemonia dos grandes partidos e ao voto inercial do eleitorado em geral. Nesse sentido, falar da estabilidade do sistema político-partidário no Piauí significa encará-lo sob o ponto de vista da hegemonia das elites políticas mais antigas, da pouca mobilidade ascendente de outros setores e grupos da sociedade e do papel político das massas enquanto súditos e não como cidadãos, como agentes passivos face às elites políticas dominantes às quais se subordinam.

Por outro lado, e mesmo que ainda diminuta, a entrada de setores subalternos dentro da composição das bancadas – sindicalistas urbanos –, o aumento das bancadas de oposição e da participação eleitoral são sinalizadores de que uma modificação potencial está em curso; dito de outra forma, tem-se que o poder hegemônico das oligarquias encasteladas há anos no poder começa a ser questionado e ocupado por outros setores sociais politicamente emergentes e fora do padrão tradicional característico das elites e dos grupos oligárquicos hegemônicos.

## BIBLIOGRAFIA

1. AGUIAR, Neuma, **Urbanização, Industrialização e Mobilização Social no Brasil**, Rio de Janeiro, IUPERJ, Revista Dados, n.º11, 1973.
2. ALÉSSIO, Nancy. **Urbanização, Industrialização e Estrutura Ocupacional**. Rio de Janeiro, IUPERJ, Revista Dados, 1970.
3. BASTOS, Cláudio. *Família e poder*. Belo Horizonte: ADM –Imprimaset, 1991
4. BRAGA, Sérgio. *Quem foi quem na Constituinte de 1946*. Campinas: Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1996, mimeo.
5. BRANDÃO, Tânia M. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, PMT, 1995.
6. BILAC, Maria Beatriz. *As elites políticas de Rio Claro: o estudo sobre a formação dos setores dirigentes em um município paulista*. Campinas: Tese de Doutorado, Unicamp, 1995.
7. BLONDEL, Jean. *As condições de vida política no Estado da Paraíba*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
8. BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: EdUnB, 1982. 2 vols.
9. BOMFIM, Washington L. & SANTOS Jr, R. **Formação política**. In SANTANA, Raimundo N. *Piauí: formação, desenvolvimento e perspectivas*. Teresina: Fundapi, 1995.
10. BURSZTYN, Marcel. *O Poder dos Donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste*. Petrópolis, Vozes- CNPQ, 1984.
11. CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial*, Brasília. EdUnB. 1981, vol. 4.
12. \_\_\_\_\_ . **Barbacena: a Família, a Política e uma Hipótese**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, UFMG, n.º 20, 1966.
13. \_\_\_\_\_ . **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão**

- Conceitual** , Revista Dados, Rio de Janeiro, IUPERJ, v.40, n.º2; 1997.
14. \_\_\_\_\_. **Coronelismo**. In *Dicionário Histórico Brasileiro: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2.º vol., pp. 932-934.
  15. CASTRO, Iná Elias de. **Política e território: evidências da prática regionalista no Brasil**. In Revista Dados, vol.32,n.3, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989
  16. \_\_\_\_\_. *O Mito da necessidade. Discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
  17. CHACON, Vamireh. *História dos partidos políticos Brasileiros*, Brasília: EdUnB, 1981.
  18. \_\_\_\_\_. **Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994**. Dados, Rio de Janeiro. V.38, n.º 3, 1995.
  19. CHILCOTE, Ronald. **Família e Classe Dominante em Duas Comunidades Sertanejas do Nordeste**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, n.º67-68, jul.88-jan.89.
  20. COSTA, Wagner Cabral. *Do “Maranhão Novo” ao “Novo Maranhão”: a Trajetória da Oligarquia Sarney no Maranhão*. UFMA, São Luís, mimeo, 1997.
  21. **Deputados Piauienses**, Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, Teresina, Uranos Gráfica, 1994.
  22. DINIZ, Eli. **Clientelismo urbano: ressuscitando um antigo fantasma?**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v.1, p. 22, 1982.
  23. DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*, Rio de Janeiro , Zahar/UnB: 1980
  24. ETTORE, Albertoni. *Doutrina da classe política e teoria das elites*. São Paulo: Imago, 1995.
  25. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 2 vols. 2ª ed. São Paulo: Globo/USP, 1975
  26. FARIAS, Francisco P. *Do coronelismo ao clientelismo: a transição capitalista num,a região do Piauí – 1982-1986*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1999.
  27. FLEISCHER, David. **O regionalismo na política brasileira: as bancadas nordestinas na Câmara Federal (1983)**. in FALCÃO NETO, Joaquim de A (org.). *Nordeste: eleições*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Ed, Massangana, 1985.

28. FROTA NETO. *Urbanização no Brasil ( e alguns de seus limites)*. Brasília: Gráfica do Senado federal, 1978.
29. FUNDAÇÃO CEPRO, *Estudos Diversos: Análise do Processo de Urbanização no Piauí*. Governo do Estado do Piauí, Teresina, Seplan, s/d.
30. \_\_\_\_\_. *Relatório de Pesquisa: Causas e Tendências do Processo Migratório Piauiense*. Governo da Estado do Piauí, Teresina, Seplan, 1990.
31. FUNDAÇÃO IBGE: **Tendências demográficas: uma análise a partir dos resultados dos censos demográficos de 1991**. IBGE, Rio de Janeiro, 1995.
32. HAUSER, P & SCHNONE, Leo. *Estudos de Urbanização*. São Paulo, Livraria Pioneira, s/d.
33. KINZO, Maria D'Alva G. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*, São Paulo : Fundação Konrad Adenauer , 1993.
34. KUZNESOF, Elisabeth A. **A Família na Sociedade Brasileira: Parentesco, Clientelismo e Estrutura Social (São Paulo: 1700-1980)**. Revista Brasileira de História, v. 9, n.º17. set. 88- fev.89.
35. LAMOUNIER, Bolívar e Raquel Meneguello. *Partidos políticos e consolidação democrática - o Caso Brasileiro*, SP, Brasiliense: 1986
36. LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas. O processo partidário eleitoral brasileiro*, RJ ,Juperj/ Rio Fundo:1991.
37. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto( o município e o regime representativo no Brasil)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1997.
38. LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1993.
39. LIMA Jr. Olavo Brasil. *Democracias e instituições políticas no Brasil dos anos 80*, RJ, Ed. Loyola:1993.
40. \_\_\_\_\_. *Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional*, Rio de

Janeiro: Graal, 1983.

41. \_\_\_\_\_ (org) *O Sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
42. LINS, W; TEIXEIRA, C; FÁLCON E MELLO, M.<sup>a</sup> M. *Coronéis e Oligarquias*. Salvador, UFBA e Ianamá Editora, 1988.
43. MARTINS, Paulo C. **Coronelismo, poder burguês e movimentos populares**. Revista *Presença*, S/N, 1995.
44. MEDEIROS, Antônio J. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina : CEPC, 1996.
45. MENEGUELLO, Raquel. *PT - a formação de um partido(1979-1982)*, São Paulo: Paz e Terra: 1989.
46. \_\_\_\_\_ *Partidos e governos no Brasil contemporâneo.(1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
47. MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: EdUnB, 1982.
48. MOSCA Gaetano, *The rulling class( elementi di scienza política)*. N. Iorque: McGraw-Hill,1939.
49. NICOLAU, Jairo M. *Sistema eleitoral e reforma partidária*. Rio de Janeiro: Foglio, 1993.
50. OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis, Vozes, 1987.
51. PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias (1889-1943)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
52. RODRIGUES, Leôncio M. *Quem é quem na constituinte - uma Análise Sócio-Política dos Partidos e Deputados*, SP, OESP-Maltese:1987.
53. \_\_\_\_\_ **Eleições, fragmentação e governabilidade**. São Paulo : Novos Estudos Cebrap. N.º 41, março de 1995.

54. QUEIRÓS, Isaura P, *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega , 1976
55. REIS, Elisa P. *The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil* (tese de doutoramento). Massachusetts, Institute of technology, 1979 (manuscrito).
56. REIS, Elisa P. **Elites Agrárias, State-Building e Autoritarismo**. Dados, Iuperj, Rio de janeiro, vol. 25, n.º3, 1982.
57. SARTORI, Giovanni, *Partidos e sistemas partidária*, Brasília: EdUnB, 1982
58. SANTOS, André dos. **Nas Fronteiras do Campo Político: raposas e outsiders no Congresso Nacional**. Revista Brasileira De Ciências Sociais, n.º33, ano 12, 1997.
59. SANTOS, José Lopes dos. *1982: novo tempo chegou*. Brasília: Gráfica Senado, 1983.
60. \_\_\_\_\_ *Política e políticos*. Teresina: Gráfica Mendes, 1988.
61. \_\_\_\_\_ *Política e outros temas*. Teresina. Gráfica Mendes, 1992.
62. SANTOS, Wanderley G. *Retorno: As máscaras institucionais do liberalismo Oligárquico*. Rio de janeiro,1994.
63. SCHWARTZMAN, Simon. *As bases do autoritarismo brasileiro*. 3.ª edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.
64. SILVA, Roberto J. da. **Elites políticas: o caso piauiense**. In: *Serviço Social e Contemporaneidade*. Revista de Serviço Social, Teresina: EdUFPI, v.1, n.º 1,1997.
65. SOARES, Gláucio A. D. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo : Difel,1973.
66. SOUZA, Maria do Carmo C., *Estado e partidos políticos no Brasil(1930-1964)*,SP: Alfa-Omega:1976
67. TEIXEIRA, Tomaz. *A outra face da oligarquia: depoimentos*. 2.ª edição. Teresina, S/D.

# **ANEXOS**

## ANEXO I

## Bancadas federais do Piauí, por legislaturas e partidos políticos.

Eleições	Deputados Federais	Partidos
1982	Antônio Almendra Freitas Neto	PDS
	José Luiz Martins Maia	PDS
	Jônathas Barros Nunes	PDS
	Tertuliano Milton Brandão	PDS
	Ludgero Taulino da Silva Neto	PDS
	José Nogueira Tapety Jr.	PDS
	Ciro Nogueira Lima	PMDB
	Raimundo Wall Ferraz	PMDB
	Heráclito de Sousa Fortes	PMDB
1986	Heráclito de Sousa Fortes	PMDB
	Atila Freitas Lira	PFL
	Paulo de Tarso Tavares Silva	PMDB
	Mussa de Jesus Demes	PFL
	José Luiz Martins Maia	PDS
	Jesus Elias Tajra	PFL
	Jesualdo Cavalcante Barros	PFL
	José Francisco Paes Landim	PFL
	Myrian Nogueira Portela Nunes	PDS
Felipe Mendes de Oliveira	PDS	
1990	Atila Freitas Lira	PFL
	Benedito de Carvalho Sá	PDS
	Paulo de Tarso Tavares Silva	PSDB
	José Francisco Paes Landim	PFL
	José Luiz Martins Maia	PDS
	Murilo Ferreira de Resende	PMDB
	Jesus Elias Tajra	PFL
	João Henrique de Almeida Sousa	PMDB
	Mussa de Jesus Demes	PFL
Ciro Nogueira Lima	PFL	
1994	José de Arimatéa M. Magalhães	PPR
	Benedito de Carvalho Sá	PP
	Júlio César de Carvalho Lima	PFL
	Heráclito de Souza Fortes	PFL
	Mussa de Jesus Demes	PFL
	Felipe Mendes de Oliveira	PPR
	José Francisco Paes Landim	PFL
	Ciro Nogueira Lima Filho	PFL
	Alberto Tavares Silva	PMDB
João Henrique de Almeida Sousa	PMDB	

## ANEXO II

**Piauí: bancadas parlamentares eleitas em 1982**

	<b>Deputados Estaduais</b>	<b>Partido</b>
Legislatura 83-86	Sebastião da Rocha Leal	PDS
	Marcelo do Egito Coelho	PDS
	Waldemar de Castro Macedo	PDS
	Antônio de Barros Araújo	PDS
	José do Rego Lobão	PDS
	Jesualdo Cavalcante Barros	PDS
	Guilherme Xavier de O. Neto	PDS
	Gerardo Juracy C. Leite	PDS
	Humberto Reis da Silveira	PDS
	Wilson de Andrade Brandão	PDS
	Luiz Gonzaga Paes Landim	PDS
	Maurício Ribeiro Melo	PDS
	Sabino Paulo Alves Neto	PDS
	Wilson Parente da R. Martins	PDS
	Juarez Piauhyense F. Tapety	PDS
	Antônio José Moraes Sousa	PDS
	Ildefonso Vieira Dias	PDS
	Deoclécio Dantas Ferreira	PMDB
	Marcelo Costa e Castro	PMDB
	Elias Ximenes do Prado	PMDB
	Luciano Nunes Santos	PMDB
	Paulo de Tarso Tavares Silva	PMDB
	Aquiles Nogueira Lima	PMDB
	F. das C. Ribeiro Magalhães	PMDB
	Francisco Tomaz Teixeira	PMDB
	João Batista Castro Dias	PMDB
	Paulo Barbosa Santos Rocha	PMDB

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral – Pi, 1998.

## ANEXO III

**Piauí: bancadas estaduais eleitas em 1986.**

	<b>DEPUTADOS</b>	<b>PARTIDOS</b>
Legislatura 87-91	Marcelo Costa e Castro	PMDB
	Sebastião da Rocha Leal	PFL
	Waldemar de Castro Macedo	PFL
	Guilherme Xavier de O Neto	PL
	Warton Fco. N. de M. Santos	PMDB
	Francisco de Paula G. Costa	PFL
	Robert Almendra Freitas	PFL
	Sabino Paulo Alves	PFL
	Maurício Ribeiro Melo	PFL
	Gerardo Juracy C. Leite	PFL
	Antônio Barros Araújo	PFL
	Humberto Reis da Silveira	PFL
	Marcelo do Egito Coelho	PDS
	Juarez Piauhyense F. Tapety	PFL
	Antônio José Moraes Sousa	PFL
	Wilson de Andrade Brandão	PFL
	Antônio Rufino Sobrinho	PFL
	Luiz Gonzaga Paes Landim	PFL
	Adelmar Pereira da Silva	PDS
	Fernando A. de B. Monteiro	PFL
	Luciano Nunes Santos	PMDB
	João Silva Neto	PMDB
	Kleber Dantas Eulálio	PMDB
	José Reis Pereira	PMDB
	Gerson A da Araújo Mourão	PDS
	Temistocles Sampaio P Filho	PMDB
	Adolfo Júnior de A. Nunes	PDS
	Fco Figueiredo de Mesquita	PMDB
	Guilherme Cavalcante Melo	PDS
	Newton de Castro Macedo	PDS

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - pi, 1998.

## ANEXO IV

**Piauí: bancadas parlamentares eleitas em 1990**

<b>Legislatura</b>	<b>Deputados</b>	<b>Partidos</b>
	Marcelo Costa e Castro	PMDB
	Antônio José de M. Sousa	PFL
	Luiz Cavalcante Meneses	PDS
	Luciano Nunes Santos	PDS
	Ismar Aguiar Marques	PFL
	Francisco Tomaz Teixeira	PMDB
	Jesuaido Cavalcante Barros	PFL
	Kleber Dantas Eulálio	PMDB
	Antônio de Barros Araújo	PFL
	Robert de Almendra Freitas	PFL
	José Raimundo B. Medeiros	PFL
	Temístocles de S. P. Filho	PMDB
	Paulo Henrique Paes Landin	PFL
	Guilherme Xavier de O Neto	PFL
	João Silva Neto	PMDB
Legislatura 91-95	José Isaias da Silva	PDC
	Francilio Ribeiro de Almeida	PMDB
	Sabino Paulo Alves Neto	PFL
	João Batista de Castro Dias	PMDB
	Sebatião da Rocha Leal	PFL
	Wilson Nunes Brandão	PFL
	José Nazareno C. Fonteles	PT
	César Ribeiro Melo	PFL
	Warton Fco N. de M. Santos	PMDB
	Fernando A de B. Monteiro	PFL
	Waldemar de Castro Macedo	PFL
	Adolfo Nunes de A. Nunes	PL
	Pedro Borges da Silva	PDS
	Augusto César A. da Fonseca	PMDB
	Eurimar Nunes de Miranda	PDS

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral- Pi, 1998.

## ANEXO V

**Piauí: bancadas parlamentares eleitas em 1994**

<b>Legislatura</b>	<b>Deputados</b>	<b>Partidos</b>
	Robert de Almendra Freitas	PFL
	José Neri de Sousa	PPR
	Mathias Olympio P. de Melo	PPR
	Sebastião da Rocha Leal Jr.	PFL
	Ismar Aguiar Marques	PFL
	Fernando A de B. Monteiro	PFL
	Francisco de S. Martins Neto	PFL
	Antônio J. de Moraes Sousa	PFL
	Adolfo Júnior de A. Nunes	PPR
	Wilson Nunes Brandão	PFL
	Pompílio Evaristo Cardoso	PTB
	Gerardo Juracy C. Leite	PFL
	José F. Paes Landim Neto	PFL
	Luiz Cavalcante e Menezes	PPR
	César Ribeiro Melo	PFL
Legislatura 95-99	Eurimar Nunes de Miranda	PPR
	Guilherme Xavier de O. Neto	PFL
	Paulo Henrique Paes Landim	PFL
	Joaquim Kenedy N. Barros	PFL
	Francisco Linhares A Filho	PMDB
	Wilson Nunes Martins	PSDB
	Judas Tadeu Andrade Maia	PPR
	José Rdo Bona Medeiros	PFL
	Humberto Reis da Silveira	PFL
	Warton Fco N. de M. Santos	PMDB
	Raimundo N Bona Carbureto	PMDB
	Kleber Dantas Eulálio	PMDB
	Frco das C Rego Damasceno	PMDB
	José Wellington de A Dias	PT
	Olavo Rebelo de Carvalho F°	PT

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral – Pi, 1998.

## ANEXO VI

## Origem dos deputados estaduais, por partidos, 1994.

Partidos	Norte	Centro	Sul	Outro Estado
PFL	Moraes Souza	Fernando Monteiro	Francisco Martins	Leal Júnior
	Maurico Melo	Humberto Reis	José P. Landim	Wilson
	Juraci Leite	Kennedy Barros	Paulo P. Landim	Brandão
	Ismar Marques	-	-	-
	José Raimundo	-	-	-
	Robert Freitas	-	-	-
PPR	Adolfo Nunes	Tadeu Maia	Eurimar Nunes	José Nery
	Luiz Meneses	-	-	-
	Mathias Melo	-	-	-
PMDB	Bona Carureto	Francisco Filho	-	-
	Manin Rego	Warton Santos	-	-
	Kleber Eulálio	-	-	-
PT	Olavo Rebelo	Wellington Dias	-	-
PL	-	Xavier Neto	-	-
PTB	-	Pompílio Evaristo	-	-
PSDB	-	Wilson Martins	-	-
<b>Total</b>	13 deputados	10 deputados	4 deputados	3 deputados

Fonte: Assembléia Legislativa do Piauí, 1995.

## ANEXO VII

**Divisão das cadeiras na bancada federal, por região e legislatura.**

REGIÕES	1982	1986	1990	1994
Norte	05	03	05	04
Centro	04	03	04	04
Sul	-	03	01	02
Outro Estado	-	01	-	-

Fonte: Pesquisa de campo

## ANEXO VIII

**Divisão das cadeiras na assembléia legislativa, por regiões e legislaturas.**

REGIÕES	1982*	1986**	1990***	1994***
Norte	11	15	13	13
Centro	06	09	06	10
Sul-Sudeste	07	06	08	04
Outro Estado	03	-	03	03

Fonte: Pesquisa de campo

\* Em 1982, todos os deputados federais são piauienses, mas três cearenses [Ildefonso Dias (PDS) e Elias Ximenes (PMDB), nasceram em Sobral e Tomaz Teixeira (PMDB), nascido em Campos Sales, conseguiram eleger-se para a Assembléia Legislativa do Piauí;

\*\* Em 1986, apenas um deputado não é piauiense [Myriam Portella (PDS)], mas todos os deputados estaduais são piauienses;

\*\*\* Na bancada eleita em 1990: Todos os deputados federais são piauienses, mas há três deputados estaduais que não nasceram no Piauí 2 cearenses, [Tomaz Teixeira (PMDB) e Nazareno Fonteles (PT)] e um nascido na cidade do Rio de Janeiro, [Wilson Brandão (PFL)];

\*\*\*\*Na legislatura de 1994: Todos os deputados federais são piauienses de nascimento, mas três deputados nasceram fora: Wilson Brandão e Leal Júnior, ambos do PFL, nasceram na cidade do Rio de Janeiro e José Neri, nasceu em Ipaumirim, no Ceará.

## ANEXO IX

**Local de nascimento dos deputados federais, por partidos, 1982.**

<b>Ano</b>	<b>Deputados Federais</b>	<b>Partido</b>	<b>Cidade – Região</b>
1982	Antônio Almendra Freitas Neto	PDS	José de Freitas – N
	José Luiz Martins Maia	PDS	Picos – N
	Jônathas Barros Nunes	PDS	Jerumenha – C
	Tertuliano Milton Brandão	PDS	Pedro II – C
	Ludgero Raulino	PDS	Altos – N
	José Nogueira Tapety Júnior	PDS	Oeiras – C
	Ciro Nogueira Lima	PMDB	Pedro II – N
	Raimundo Wall Ferraz	PMDB	Teresina – N
	Heráclito de Souza Fortes	PMDB	Teresina – N

Fonte: José Lopes dos Santos, 1989 e Alepi, 1995.

## ANEXO X

**Local de nascimento dos deputados federais, por partidos, 1986.**

<b>Ano</b>	<b>Deputados Federais</b>	<b>Partidos</b>	<b>Cidades – Regiões</b>
1986	Heráclito de Souza Fortes	PMDB	Teresina- N
	Paulo Tavares Silva	PMDB	Parnaíba – N
	Átila Freitas Lira	PFL	Piripiri – N
	Mussa de Jesus Demes	PFL	Floriano – C
	Jesus Elias Tajra	PFL	Teresina – C
	Jesualdo Cavalcante	PFL	Corrente – S
	José Francisco Paes Landim	PFL	São João do Piauí – S
	José Luiz Martins Maia	PDS	Picos – C
	Myriam Nogueira Portella Nunes	PDS	Rio de janeiro – RJ
	Felipe Mendes de Oliveira	PDS	Simplicio Mendes – S

Fonte José Lopes dos Santos, 1989; Alepi, 1995 e Pesquisa de campo

## ANEXO XI

**Local de nascimento dos deputados federais por partidos, 1990.**

<b>Ano</b>	<b>Deputados federais</b>	<b>Partidos</b>	<b>Cidades – Regiões</b>
1990	José Luiz Martins Maia	PDS	Picos – C
	Benedito de Carvalho Sá	PDS	Oeiras – C
	Paulo Tavares Silva	PSDB	Parnaíba – N
	Murilo Rezende	PMDB	Piripiri – N
	João Henrique Almeida Souza	PMDB	Teresina – N
	Átila Freitas Lira	PFL	Piripiri – N
	José Francisco Paes Landim	PFL	São João do Piauí – S
	Jesus Elias Tajra	PFL	Teresina – N
	Mussa de Jesus Demes	PFL	Floriano – C
Ciro Nogueira Lima	PFL	Pedro II – N	

Fonte: José Lopes dos Santos, 1989; Alepi, 1995 e Pesquisa de campo

## ANEXO XII

**Local de Nascimento dos Deputados Federais, por Partidos, 1994.**

<b>Ano</b>	<b>Deputados Federais</b>	<b>Partidos</b>	<b>Cidades – Regiões</b>
1994	Arimatéia Magalhães	PPR	
	Felipe Mendes	PPR	Simplicio Mendes – S
	Benedito Sá	PP	Oeiras – C
	Júlio Cezar Lima	PFL	
	Heráclito Fortes	PFL	Teresina – N
	Mussa de Jesus Demes	PFL	Floriano – C
	José Francisco Paes Landim	PFL	São João – S
	Ciro Nogueira Lima Filho	PFL	Pedro II – N
	Alberto Tavares Silva	PMDB	Parnaíba – N
João Henrique Souza	PMDB	Teresina – N	

Fonte: José Lopes dos Santos, 1989; Alepi, 1995 e Pesquisa de campo.

## ANEXO XIII

**Local de nascimento dos deputados estaduais, por partidos e legislatura, 1982.**

<b>Ano</b>	<b>Deputados Estaduais</b>	<b>Partidos</b>	<b>Cidades – Regiões</b>
1982	Sebastião Leal	PDS	Uruçuí – S
	Marcelo Coelho	PDS	Teresina – N
	Waldemar Castro Macedo	PDS	São Raimundo Nonato – N
	Barros Araújo	PDS	Picos – C
	José Rego Lobão	PDS	União – N
	Jesualdo Cavalcante	PDS	Corrente – S
	Xavier Neto	PDS	Amarante – C
	Juraci Leite	PDS	Pedro II – N
	Humberto Silveira	PDS	Jaicós – C
	Wilson Brandão	PDS	Pedro II – N
	Luiz G. Paes Landim	PDS	São João do Piauí – S
	Maurício Melo	PDS	Campo Maior – N
	Sabino Paulo	PDS	São João do Piauí – S
	Wilson Parente	PDS	Cristino Castro – S
	Juarez Freitas Tapety	PDS	Oeiras – S
	Antônio Moraes Sousa	PDS	Parnaíba – N
	Ildefonso Dias	PDS	Sobral – Ceará.
	Deoclécio Dantas	PMDB	Teresina – N
	Marcelo Castro	PMDB	São Raimundo Nonato – S
	Elias Ximenes do Prado	PMDB	Sobral –Ceará.
	Luciano Nunes	PMDB	Oeiras – C
	Paulo Tavares Silva	PMDB	Parnaíba – N
	Aquiles Nogueira	PMDB	Pedro II – N
	Francisco Ribeiro Magalhães	PMDB	Piracuruca – N
	Tomaz Teixeira	PMDB	Campos Sales – Ceará.
	João B. Castro Dias	PMDB	São Raimundo Nonato – S
Paulo Santos Rocha	PMDB	Teresina – N	

Fonte: Pesquisa de campo

## ANEXO XIV

**Local de nascimento dos deputados estaduais por partidos, 1986.**

<b>Ano</b>	<b>Deputados Estaduais</b>	<b>Partidos</b>	<b>Cidades – Regiões</b>
	Sebastião Leal	PFL	Uruçuí – S
	Waldemar de Castro Macedo	PFL	São Raimundo Nonato – S
	Xavier Neto	PFL	Amarante – C
	Francisco Costa	PFL	Barras – N
	Robert Freitas	PFL	José de Freitas – N
	Sabino Paulo	PFL	São João do Piauí – S
	Maurício Melo	PFL	Campo maior – N
	Juraci Leite	PFL	Pedro II – N
	Barros Araújo	PFL	Picos – C
	Humberto Silveira	PFL	Jaicós – C
	Juarez Tapety	PFL	Oeiras – C
	Antônio Moraes Souza	PFL	Parnaíba – N
	Wilson Brandão	PFL	Pedro II – N
	Antônio Rufino	PFL	Novo Oriente – C
1986	Luiz G. Paes Landim	PFL	São João do Piauí – S
	Fernando Monteiro	PFL	Teresina – N
	Marcelo Castro	PMDB	São Raimundo Nonato – S
	Warton Santos	PMDB	Picos – C
	Luciano Nunes	PMDB	Oeiras – C
	João Silva Neto	PMDB	Parnaíba – C
	Kleber Eulálio	PMDB	Teresina – N
	José Reis Pereira	PMDB	São João do Piauí - S
	Themístocles Sampaio Filho	PMDB	Teresina – N
	Francisco Figueiredo	PMDB	União – N
	Marcelo Coelho	PDS	Teresina – N
	Aldemar Pereira	PDS	Floriano – C
	Gerson Mourão	PDS	Pedro II – N
	Adolfo Nunes	PDS	Teresina – N
	Guilherme Melo	PDS	Teresina – N
	Newton de Castro Macedo	PDS	São Raimundo Nonato – S

Fonte: José Lopes dos Santos, 1989; Alepi, 1995 e Pesquisa de campo.

## ANEXO XV

## Local de Nascimento dos Deputados por Partidos, 1990.

Ano	Deputados Estaduais	Partidos	Cidades – Regiões
1990	Antônio Moraes Sousa	PFL	Parnaíba – N
	Ismar Marques	PFL	Luzilândia – N
	Jesualdo Cavalcante	PFL	Corrente – S
	Barros Araújo	PFL	Picos – C
	Robert Freitas	PFL	José de Freitas – N
	José R. Bona Medeiros	PFL	União – N
	Sabino Paulo	PFL	São João do Piauí – S
	Sebastião Leal	PFL	Uruçuí – S
	Wilson Brandão	PFL	Pedro II – N
	Cesar Melo	PFL	Campo Maior – N
	Fernando Monteiro	PFL	Teresina – N
	Waldemar de Castro Macedo	PFL	São Raimundo Nonato – S
	Marcelo Castro	PMDB	São Raimundo Nonato – S
	Tomaz Teixeira	PMDB	Campos Sales – Ceará.
	Kleber Eulálio	PMDB	Teresina – N
	Themístocles Sampaio Filho	PMDB	Teresina – N
	João Silva Neto	PMDB	Parnaíba – N
	Francilio Almeida	PMDB	Teresina – N
	João B. Castro Dias	PMDB	São Raimundo Nonato – S
	Warton Santos	PMDB	Picos – C
	Augusto Cesar (Sindô)	PMDB	Alto Longá – N
	Luiz Cavalcante Menezes	PDS	Piripiri – N
	Luciano Nunes Santos	PDS	Oeiras – C
	Pedro Borges de Souza	PDS	Picos – C
	Eurimar Nunes	PDS	Canto do Buriti – S
	Paulo Henrique Paes Landim	PDC	São João do Piauí – S
	José Isaías da Silva	PDC	Oeiras – C
	Xavier Neto	PL	Amarante – C
	Adolfo Alencar Nunes	PL	Teresina – N
	Nazareno Fonteles	PT	Acaraú – Ceará

Fonte José Lopes dos Santos, 1989; Alepi, 1995 e Pesquisa de campo

## ANEXO XVI

**Local de nascimento dos deputados estaduais, por partidos, 1994.**

	<b>Deputados Estaduais</b>	<b>Partidos</b>	<b>Cidades - Região</b>
	Robert Freitas	PFL	José de Freitas – N
	Sebastião Leal Júnior	PFL	Rio de Janeiro – RJ
	Ismar Marques	PFL	Luzilândia – N
	Fernando Monteiro	PFL	Teresina – N
	Francisco de Sousa Martins	PFL	Bertolinia – S
	Antônio Moraes Sousa	PFL	Parnaíba – N
	Wilson Nunes Brandão	PFL	Rio de Janeiro – RJ
	Juraci Leite	PFL	Pedro II – N
	José Ferreira Paes Landim	PFL	São João do Piauí – S
	Paulo Henrique Paes Landim	PFL	São João do Piauí – S
	Cezar Melo	PFL	Campo Maior – N
	Joaquim Kennedy Barros	PFL	Picos – C
	José R. Bona Medeiros	PFL	União - N
	Humberto Reis	PFL	Jaicós – C
1994	José Neri	PPR	Ipaumirim – Ceará.
	Mathias Melo	PPR	Parnaíba – N
	Adolfo Nunes	PPR	Teresina – N
	Luiz Menezes	PPR	Piripiri – N
	Eurimar Nunes	PPR	Canto do Buriti – S
	Francisco Filho	PMDB	Floriano – C
	Warton Santos	PMDB	Picos – C
	Raimundo Bona Carbureto	PMDB	Campo Maior – N
	Kleber Eulálio	PMDB	Teresina – N
	Francisco Rego Damasceno (Manin)	PMDB	Barras – N
	Wellington Dias	PT	Oeiras – C
	Olavo Rebelo	PT	Esperantina N
	Wilson Nunes Martins	PSDB	Santa Cruz do Piauí – C
	Xavier Neto	PL	Amarante – C
	Pompílio Evaristo	PTB	São Miguel do Tapuio – C

Fonte José Lopes dos Santos, 1989; Alepi, 1995 e Pesquisa de campo.

## ANEXO XVII

## Representação do Sul na Assembléia, por partidos e legislaturas.

	Deputados	Partidos	Cidades
1982	João Batista Castro Dias	PMDB	São Raimundo Nonato
	Marcelo Castro	PMDB	São Raimundo Nonato
	Waldemar Castro Macedo	PMDB	São Raimundo Nonato
	Wilson P. da R. Martins	PDS	Cristino Castro
	Sabino Paulo	PDS	São João do Piauí
	Luiz Gonzaga Paes Landim	PDS	São João do Piauí
1986	Marcelo Castro	PMDB	São Raimundo Nonato
	Waldemar Castro Macedo	PFL	São Raimundo Nonato
	Newton Castro Macedo	PDS	São Raimundo Nonato
	Sabino Paulo	PFL	São João do Piauí
	Luiz Gonzaga Paes Landim	PFL	São João do Piauí
	José Reis Pereira	PMDB	São João do Piauí
1990	João Batista Castro Dias	PMDB	São Raimundo Nonato
	Marcelo Castro	PMDB	São Raimundo Nonato
	Waldemar Castro Macedo	PFL	São Raimundo Nonato
	Sabino Paulo	PFL	São João do Piauí
	Paulo Henrique Paes Landim	PDC	São João do Piauí
	Jesualdo Cavalcante	PFL	Corrente
	Eurimar Nunes	PDS	Canto do Buriti
	Eurimar Nunes	PPR	Canto do Buriti
	José Ferreira Paes Landim	PFL	São Raimundo Nonato
1994	Paulo Henrique Paes Landim	PFL	São João do Piauí
	Francisco Martins	PPR	Bertolína
	Francisco Filho	PMDB	Floriano (Bertolína)

Fonte: Pesquisa de campo.

## ANEXO XVIII

## Representação do Sul na Câmara, por partidos e legislatura.

	Deputados	Partidos	Cidades
1982	-	-	-
1986	Jesualdo Cavalcante	PFL	Corrente
	José Francisco Paes Landim	PFL	São João do Piauí
	Felipe Mendes	PDS	Simplicio Mendes
1990	José Francisco Paes Landim	PFL	São João do Piauí
1994	José Francisco Paes Landim	PFL	São João do Piauí
	Felipe Mendes	PDS	Simplicio Mendes

Fonte: Pesquisa de campo

## ANEXO XIX

## Resumo do nível de escolaridade dos deputados estaduais, por partidos e legislaturas

Partidos	1982			1986			1990			1994		
	1.º	2.º	3.º									
PFL	-	-	-	-	2	14	-	2	10	-	-	13
PMDB	-	4	6	-	-	8	-	3	6	-	2	3
PPR	-	3	14	-	1	5	-	2	2	-	2	4
PT	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1
PL	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	1
PDC	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
PSDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
PTB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Total	0	7	20	0	3	13	0	7	27	-	6	24

Fonte: Pesquisa de campo e Alepi, 1995.

## ANEXO XX

## Profissões dos deputados estaduais, por legislaturas. \*

	1982	1986	1990	1994
Advogado	10	9	5	8
Área Médica	6	10	11	10
Economista	-	1	1	2
Engenheiro	3	3	5	2
Empr. Rur-Urb	3	2	4	6
Jornalista	2	-	1	-
Func. Público	2	4	3	2
Geólogo	1	1	-	-
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>

Fonte José Lopes dos Santos, 1989 e Alepi, 1995.

\* Os deputados Mathias Melo (PPR) e Bona Carbureto (PMDB), são empresários do setor de gado de corte; Eurimar Nunes é empresário do setor de veículos e agropecuarista, Chico Filho (PMDB) é empresário do setor agrícola, produz soja, arroz etc.; José Nery (PPR) é empresário do setor de bebidas.

## ANEXO XXI

## Bancadas estaduais: média etária por partidos a cada legislatura e geral.

	PDS-PPR	PMDB	PFL	PT	PL	PTB	PSDB	PDC	M. Geral
1982	47,65	42,12	-	-	-	-	-	-	44,88
1986	44,33	40,25	51,25	-	-	-	-	-	44,27
1990	44	45,37	51	-	41	-	-	50,5	46,37
1994	42,4	46	50,16	37	50	50	42	-	45,36
<b>Total</b>	<b>44,59</b>	<b>43,43</b>	<b>50,80</b>	<b>37</b>	<b>45,5</b>	<b>50</b>	<b>42</b>	<b>50,5</b>	<b>45,47</b>

Fonte José Lopes dos Santos, 1989 e Alepi, 1995.

## ANEXO XXII

**Número de deputados estaduais e federais estreantes, por partidos e legislaturas, 1994.**

Ano	Partidos	Dep. Federais	Dep. Estaduais
1994	PDS-PPR	1	3
	PMDB	1	3
	PFL	1	3
	PP	1	-
	PT	-	2
	PTB	-	1
	PSDB	-	1

Fonte: José Lopes dos Santos, 1989 e Alepi, 1995.

\* A condição de estreantes de mandatos aqui é tomada de uma forma mais livre, assim, o “novato” em cada Casa Legislativa, não é necessariamente um “estreante” na forma clara da palavra, enfim, não se refere apenas ao iniciante na política. Aqui o termo distingue aquele que inicia sua carreira em determinada Casa podendo já ter uma carreira política iniciada em outra magistratura. Por exemplo, Freitas Neto (PDS) é considerado estreante na Câmara Federal em 1982, mas já era veterano na cena política do estado tendo sido deputado estadual, desde 1975, e com ele, há vários outros casos no decorrer do período.

## ANEXO XXIII

**Relação dos deputados federais em primeiro mandato, por partidos e por legislatura.**

Ano	Deputados	Idades	Partidos
1982	Freitas Neto	36	PDS
	Jônathas Nunes	49	PDS
	José Nogueira Tapety	50	PDS
	Ciro Nogueira	50	PMDB
	Wall Ferraz	51	PMDB
	Átila Lira	40	PFL
	Mussa Demes	48	PFL
1986	Jesus Tajra	51	PFL
	Jesualdo Cavalcante	43	PFL
	José Francisco Paes Landim	46	PFL
	Myriam Portella	55	PDS
	Felipe Mendes	38	PDS
	Paulo Silva	30	PMDB
	1990	B. Sá	45
João Henrique Sousa		41	PMDB
Júlio César			PFL
Ciro Nogueira Filho			PFL
1994	Ari Magalhães		PDS-PPR
	Alberto Silva	71	PMDB

Fonte José Lopes dos Santos, 1989 e Alepi, 1995.

Observa-se que a faixa etária dos debutantes na Câmara federal tende a ser bastante elevada, sempre acima dos 30 anos e, predominantemente na faixa dos 40.

Para se Ter uma idéia a média de idade dos “novatos” a cada pleito é a seguinte: 1982: 47,2 anos; 1986: 43,87 anos; 1990: 43 anos. A média geral de todos os estreantes na Câmara do período estudado é de anos.

A explicação para tal fato é de que boa parte dos deputados que chegam à Câmara Federal estão em processo de mobilidade política, isto é, estão ascendendo de cargos eletivos mais baixos e atingindo a magistratura federal.

## ANEXO XXIV

Relação dos deputados estaduais em primeiro mandato, por partidos e legislaturas.

Anos	Deputados	Idades	Partidos
1982	Marcelo Coelho	26	PDS
	Xavier Neto	36	PDS
	Juraci Leite	52	PDS
	Mauricio Melo	30	PDS
	Moraes Sousa	46	PDS
	Marcelo Castro	33	PMDB
	Luciano Nunes	37	PMDB
	Paulo Silva	26	PMDB
	Aquiles Nogueira	46	PMDB
	João B. Castro Dias	46	PMDB
	Paulo Santos Rocha	39	PMDB
1986	Adelmar Pereira	45	PDS
	Gerson Mourão	58	PDS
	Adolfo Nunes	34	PDS
	Guilherme Melo	35	PDS
	Warton Santos	43	PMDB
	João Silva	47	PMDB
	José Reis	44	PMDB
	Themistocles Filho	30	PMDB
	Francisco Costa	56	PFL
	Robert Freitas	40	PFL
	Fernando Monteiro	36	PFL
1990	Luiz Menezes	44	PDS
	Pedro Borges	55	PDS
	Eurimar Nunes	43	PDS
	Augusto César (Sindô)		PMDB
	Ismar Marques	40	PFL
	Wilson Brandão	31	PFL
1994	José Néri	50	PDS-PPR
	Mathias Melo	37	PDS-PPR
	Tadeu Maia	52	PDS-PPR
	Francisco Filho	35	PMDB
	Bona Carbureto	49	PMDB
	Francisco (Manim) Rego	36	PMDB
	Sebastião Leal Júnior	46	PFL
	Francisco Martins	47	PFL
	Kenedy Barros	31	PFL
	Wellington Dias	33	PT
	Olavo Rebelo	41	PT
	Pompílio Evaristo	50	PTB
Wilson Martins	42	PSDB	

Fonte: Pesquisa de campo.

## ANEXO XXV

## Número de mandatos dos deputados federais, por legislaturas.

Mandatos	1982	1986	1990	1994
Primeiro	6	8	2	3
Segundo	2	1	7	3
Terceiro	-	1	1	3
Quarto	-	-	-	1
Sétimo	1	-	-	-
<b>Total</b>	9	10	10	10

Fonte José Lopes dos Santos, 1989 e Alepi, 1995.

## ANEXO XXVI

## Número de mandatos dos deputados estaduais por legislatura.

Mandatos	1982	1986	1990	1994
Primeiro	12	10	9	13
Segundo	6	11	9	6
Terceiro	2	2	7	5
Quarto	2	2	-	4
Quinto	2	1	2	-
Sexto	2	2	1	-
Sétimo	-	1	1	1
Oitavo	-	-	1	-
Décimo	1	-	-	-
Décimo Primeiro	-	1	-	-
Décimo Terceiro	-	-	-	1

Fonte José Lopes dos Santos, 1989 e Alepi, 1995.

## ANEXO XXVII

**Quadro 1: Família Nogueira**

<b>Família Nogueira</b>	<b>Cargos</b>
Edgar Nogueira	Deputado estadual
Manoel Nogueira Lima	Deputado estadual
Manoel Nogueira Filho	Deputado estadual
Aquiles Nogueira	Deputado estadual
Ciro Nogueira	Deputado federal
Ciro Nogueira Filho	Deputado federal

Fonte: Pesquisa de Campo

## ANEXO XXVIII

**Quadro 2: Família Moraes Sousa**

<b>Família Moraes Sousa</b>	<b>Cargos</b>
Antônio J. M. Sousa	Deputado estadual
Francisco M. Sousa	Dep.Estadual, governador
Antônio J. M.S. Filho	Prefeito de Parnaíba

Fonte: Pesquisa de campo.

## ANEXO XXIX

**Quadro 3: Família Dantas Eulálio**

<b>Família Dantas Eulálio</b>	<b>Cargos</b>
Oscar Neiva Eulálio	Deputado estadual
Severo Maria Eulálio	Deputado Federal
Kleber Eulálio	Deputado estadual

Fonte: Pesquisa de Campo

## ANEXO XXX

**Quadro 4: Família Tavares e Silva**

<b>Família Tavares Silva</b>	<b>Cargos</b>
Alberto T. Silva	Dep est./ federal/ gov/ e Senador
Paulo de T. T. Silva	Deputado estadual e federal
Marcos Silva	Vereador
João Silva Neto	Deputado estadual

Fonte: Pesquisa de Campo

## ANEXO XXXI

**Quadro 5: Família Brandão**

<b>Família Brandão</b>	<b>Cargos</b>
Tertuliano Sólton Brandão	Deputado estadual
Tertuliano Milton Brandão	Deputado federal
Wilson de Andrade Brandão	Deputado estadual
Wilson Nunes Brandão	Deputado estadual

Fonte: Pesquisa de Campo

## ANEXO XXXII

**Quadro 6: Família Castro Macedo**

<b>Família Castro Macedo</b>	<b>Cargos</b>
José Dias de Castro	Deputado estadual
Waldemar de Castro Macedo	Deputado estadual
Newton Macedo	Deputado estadual
Marcelo Castro	Deputado estadual

Fonte: Pesquisa de Campo

## ANEXO XXXIII

**Quadro 7: Família Castelo Branco**

<b>Família Castelo Branco</b>
João Neponuceno C. Branco
Antônio Borges L. C. Branco
Silvestre José da Cunha C. Branco
Cândido Gil C. Branco
Lívio Lopes C. Branco
Miguel Carvalho C. B e Silva
Augusto da Cunha C. Branco
Lourenço Antônio Marreiro C. Branco
Miguel de Souza Borges L. C. Branco
Estêvão Lopes C. Branco
Mariano Gil C. Branco
Marcelino C. Branco
Urbano C. Branco
Francisco Santana C. Branco
Epaminôndas C. Branco
Antônio Manuel G. Almendra C. Branco
Homero Ferreira C. Branco Neto

Fonte: Pesquisa de Campo

## ANEXO XXXIV

**Quadro 8: Família Paes Landim.**

Família Paes Landim	Cargos
Antônio Fco Paes Landim	Deputado estadual
Raimundo Vaz da Costa Neto	Deputado estadual
Josefina Ferreira Costa	Deputada estadual
Sabino Paulo	Deputado estadual
José Francisco P. Landim	Deputado federal
Francisco Antônio P. Landim	Deputado estadual
Paulo Henrique P. Landim	Deputado estadual
Luís Gonzaga P. Landim	Deputado estadual
José Ferreira P. Landim	Deputado estadual

Fonte: Pesquisa de Campo

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE